1835 1935

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA
OTHELO ROSA
EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA
EDUARDO DUARTE

PÔRTO ALEGRE — BRASIL

OFICINAS GRÁFICAS DA LIVRARIA DO GLOBO - PÔRTO ALEGRE.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Sede: PÔRTO ALEGRE

DIRETORIA DO INSTITUTO

Presidente:
Dr. Francisco Rodolfo Simch.
Vice-Presidente:
Dr. Leonardo Macedonia.
Secretário Perpétuo:
Dr. Eduardo Duarte.
Orador:
Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Tesoureiro:
Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Bibliotecário:
Prof. Valter Spalding.

COMISSÕES PERMANENTES.

Fundos e Orçamentos:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Dr. Leonardo Macedonia.
Cel. A. F. de Souza Doca.
Dr. Alfredo Clemente Pinto.

HISTÓRIA:

Prof. Othelo Rosa.
Dr. Darcy Azambuja.
Prof. Jorge Bahlis.
Cel. Aurelio Porto.

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL

II TRIMESTRE

ANO XV

Comissão de Redação:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA
OTHELO ROSA
EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA
EDUARDO DUARTE

1935

OFICINAS GRÁFICAS DA LIVRARIA DO GLOBO
BARCELLOS, BERTASO & CIA. — PÔRTO ALEGRE
FILIAIS: SANTA MARIA E PELOTAS

PÔRTO ALEGRE
1935

O sentido Brasileiro da Revolução Farroupilha

O PORQUE DESTA PUBLICAÇÃO

O aparecimento da **História da Grande Revolução** do dr. Alfredo Varela, em 1933, atribuindo aos farroupilhas idéias separatistas, sob o fundamento de que no Rio Grande do Sul "nunca houve forte sentimento brasileiro" (1), nos levou a travar uma polêmica com aquele autor.

Essas idéias do dr. Varela não são novas, não são de 1933, ao contrário, são velhas.

Não as rebatemos antes, de público, porque elas corriam por sua conta e risco, em obras com outros títulos, as quais êle agora rotulou com o nome de **História da Grande Revolução** e conseguiu fôsse a respectiva publicação financiada pelo govêrno riograndense, com o patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Essa oficialização aparente, em prejuizo da verdade histórica, devia ser combatida, precisava ser esclarecida — daí o motivo de nosso alarme contra tais idéias depreciadoras dos sentimentos cívicos e desdenhosas da dignidade de nossos antepassados.

O resultado de nossa atitude aí está: o Instituto proclamou, por unanimidade, como se há de ver para diante, que

(1) História da Grande Revolução, VI, 7.

não concorda, absolutamente, com aquelas idéias, as quais, o dr. Varela, geitosamente, deixava transparecer haverem merecido o beneplácito daquela douta instituïção.

Do Rio Grande do Sul e de São Paulo recebemos diversos pedidos para publicar em folheto os nossos artigos — é o que vamos fazer agora, coordenando o que escrevemos naquela ocasião e suprimindo as partes que se revestiram de caráter pessoal, deixando, entretanto, aquelas que são indispensáveis para a interpretação de certas idéias e o conhecimento das tendências e das paixões de nosso antagonista.

O nosso intuíto é julgar, explanar, discutir as idéias e os homens da Revolução.

Dos escritores que têm versado o assunto só nos interessa aquí e será objeto de referência o ânimo de cada um e as suas credenciais como historiador.

E' esta, no decorrer dêste ano, em que transcorre o primeiro século do grandioso e patriótico feito farroupilha, a nossa primeira contribuïção, como simples achega para as comemorações dêsse centenário e como homenagem da mais alta admiração e de fervente culto à memória dos grandes vultos de nosso passado, que agiram como riograndenses e pensaram sempre como brasileiros.

Rio de Janeiro, junho de 1935.

Souza Docca.

A idéia federativa no Brasil

Como corolário de nossa independência política surgiu, entre as províncias brasileiras, em seguida ao 7 de setembro, a idéia federativa.

O ato prepotente de D. Pedro dissolvendo a Câmara, em 8 de novembro de 1823, fortaleceu aquele desejo e fez prosélitos entre os grandes valores mentais e as altas influências políticas do país.

A idéia federativa passou a ser, desde então, agitada e teve éco no seio da Constituinte, segundo atesta este depoimento de Campos Vergueiro, quando se discutia no Senado, em maio de 1832, o Ato Adicional: "Não se diga que a idéia de federação é nova: na constituinte já foi ela produzida e a experiência que nas províncias já se tem feito, da constituïção, comprova a necessidade de admití-la".

Estendendo-se em outras considerações disse, em seguida: "As últimas notícias de Pôrto Alegre referem um pequeno movimento operado neste sentido".

Atente o leitor para êste acontecimento com que o ilustre representante paulista ilustrou suas afirmativas: o movimento federativo tinha prosélitos no Rio Grande do Sul.

Ainda em 1824 surge a Confederação do Equador, que não obstante seu nome, visava a federação — é o que se depreende das idéias expostas por frei Caneca, que foi a cabeça pensante, o doutrinador dêsse movimento.

Daí em diante a propaganda em prol da federação brasileira não cessou mais e tomou vulto dia a dia, chegando em 1830 a assombrar o govêrno.

D. Pedro I, por ocasião de sua infeliz viagem a Minas, declarou em proclamação lançada de Ouro Preto, a 22 de fevereiro de 1831, que se escrevia "sem rebuço concitando os povos à federação" e advertiu aos mineiros de que não se deixassem "iludir por doutrinas que tanto têm de sedutoras quanto de perniciosas".

O efeito dessa proclamação foi desastroso para o imperador, porque excitou o ânimo dos propagandistas da federação e tais proporções tomou essa idéia que Evaristo da Veiga, que vinha combatendo-a, a ela aderiu nestes termos: "Por toda a parte se deseja a federação e a República: todos a querem e seria uma imprudência não ceder. Combati-a quando não a julguei do voto geral; hoje, é necessária e pugno por ela".

Estavam contados os dias de D. Pedro I, como imperador do Brasil.

Os partidos nacionalistas já possuiam fôrças para vetar a continuïdade dêsse domínio.

Em março de 1831 reuniram-se os **leaders** nacionalistas na Chácara da Floresta, do padre José Custodio Dias, e alí concertaram uma representação dirigida a D. Pedro, onde se referiam à federação, considerando-a "uma questão política, cuja decisão penderia do juizo e deliberações do poder legislativo".

Dias depois, a 7 de abril, dava-se a abdicação.

Em seguida fundava-se a **Sociedade Federal,** que foi um centro poderoso de irradiação da idéia federativa nas províncias brasileiras.

Visando as aspirações federativas, José Cesario de Miranda Ribeiro, apresentou na Câmara, a 6 de maio de 1831, um requerimento pedindo fôsse nomeada uma Comissão especial para indicar, por escrito, as modificações que lhe parecessem convenientes nos artigos da Constituïção.

Aprovado êsse requerimento foi nomeada a Comissão de que êle tratava, que ficou composta do autor da petição e dos deputados Paula Souza e Costa Carvalho.

Enquanto a Comissão elaborava seu parecer, Antonio

Ferreira França, a 27 de maio, apresentou um projeto estabelecendo "que o govêrno do Brasil fôsse federal".

Aquela comissão apresentou seu trabalho a 8 de junho.

O art.º 1.º estabelecia: "O Império do Brasil é associação política dos cidadãos brasileiros de todas as suas províncias, federadas por esta Constituïção".

Êsse projeto entrou em discussão.

A 4 de agôsto o deputado Henrique de Resende requereu: "que si, a juízo da legislatura, então próxima, parecesse útil e necessário, a Constituïção fôsse reformada no sentido federal".

Foram apresentados diversos substitutivos ao projeto da Comissão, entre êsses um de Miranda Ribeiro, em 30 de setembro, que foi objeto de toda a discussão daí em diante.

Em outubro Manoel Amaral apresentou uma emenda concebida nos seguintes termos: "O art.º 1.º do título 1.º da Constituïção do Império será reformado no sentido da Monarquia federativa, e neste sentido serão também reformados os mais artigos que lhe dizem respeito."

O deputado Lobo de Souza também apresentou emendas, que podem ser consideradas um substitutivo do projeto em discussão.

No artigo 2.º dessas emendas se lê:

"Se a mencionada legislatura julgar útil e necessária a reforma dos ditos artigos, ela será feita no sentido federal".

O projeto de Miranda Ribeiro foi, finalmente, aprovado pela Câmara, em 31 de outubro de 1831, com modificações e enviado, em seguida, ao Senado.

Era êste o seu artigo 2.º: "O govêrno do Império do Brasil será uma monarquia federativa".

O Senado rejeitou a idéia federativa, em julho de 1832.

A Câmara se bateu pelos seus pontos de vista.

Dêsse choque de opiniões nasceu, em reunião das Câmaras, a lei de 12 de outubro de 1832, que foi o caminho franco para o **Ato Adicional**, que havia de ser o meio têrmo entre as aspirações daquelas duas correntes políticas.

A implantação do regime federativo não foi agitado sòmente pelos meios legais, no terreno doutrinário, como pre-

tendiam os que se reuniram na Chácara do padre José Custodio, em março de 1831 e como prègava Evaristo da Veiga ao se fazer adepto dêsse sistema.

Em 1832 houve dois levantes naquele sentido: o da Cidade de Cachoeira, na Baía, aos 20 de fevereiro, chefiado pelo Capitão Bernardo Miguel Guanaes Mineiro e no qual tomou parte saliente o então 2.º Tenente Daniel Gomes de Freitas que foi depois coronel do exército farroupilha.

No preâmbulo dos artigos que instituia o novo govêrno se lê — que "o povo da heróica vila de Cachoeira, seu têrmo e outras vilas e lugares e parte dos sertões, contando mais de 200.000 habitantes, reconhecendo a pátria em perigo e querendo salvá-la, têm proclamado, como de fato proclamam, o govêrno federal e a federação desta valorosa província da Baía" e depois de outras considerações, declarava proclamada "desde já a dita federação imperial, com absoluta união de todo o Brasil federal."

No Rio de Janeiro, em abril, explode o levante de Miguel Frias de Vasconcellos, de caráter republicano e federativo, e que foi sufocado em poucas horas, pelo então major Luiz Alves de Lima e Silva.

Em 1835 Alves Branco, então Ministro da Justiça, declarou, referindo-se ao Ato Adicional: "Sempre foi de minha opinião que o Império precisava ampliar em sua constituïção o elemento federativo, que nele haviam admitido os ilustres redatores; mas nunca foi de minha intenção que o govêrno geral ficasse destituído da influência e fôrça necessárias para manter a união".

Visava-se a implantação do regime federativo, tendo como modêlo a Constituïção dos Estados Unidos da América do Norte.

Discutindo, no Senado, em 1832, o § 9.º do projeto de 31 de outubro de 1831, disse o Visconde de Cayrú que êsse parágrafo era "o complemento do sistema americano, que tem sido apregoado em periódicos populares".

Justiniano da Rocha, ao tratar do movimento republicano, assinala como um de seus fatores o "prestigioso encantamento da prosperidade dos Estados Unidos".

Evaristo da Veiga, em 1834, quando se discutia o Ato Adicional, recordando o exemplo dos Estados Unidos, disse: "Estados separados trataram de reunir-se, cederam de uma porção igual de seus direitos para constituirem a federação: hoje tendem a uniformizarem-se em suas instituïções, em sua organização pelo instituto da federação; nós que partimos do princípio diametralmente oposto, não devemos logo ir aos extremos, ao contrário devemos seguir a marcha dos nossos mestres; vamos pouco a pouco, si queremos fazer algum benefício à nossa pátria; do contrário, só veremos o seu espedaçamento; o Brasil não é tão poderoso, tão influente entre as Nações para que vamos decretar que seja retalhado. Voto pela sua federação, mas não pela sua separação".

Eis em um relance, de modo geral, concretizada nos fatores culminantes da idéia federativa, a expansão dessa idéia no Brasil.

Abstemo-nos, como já deve ter notado o leitor versado nesse assunto, de mencionar a propaganda doutrinária e a sua repercussão nas províncias, onde se transformou em uma verdadeira aspiração política.

Fizemos abstração disso porque aqueles elementos são suficientes para comprovar a tese que defendemos: a filiação do movimento farroupilha aos antecedentes históricos no Brasil, em prol da República Federativa, tendo como modêlo a Constituïção de Filadélfia.

O CONCEITO DA FEDERAÇÃO ENTRE OS FARROUPILHAS

Para o dr. Alfredo Varela os farroupilhas não faziam distinção entre Federação e Confederação e daí, conclue êle, os reiterados convites às demais províncias brasileiras para o estabelecimento de uma federação, não devem ser considerados como um desejo de união federativa, segundo o conceito atual dessa forma de govêrno e, sim, como manifestações em prol de uma confederação.

O autor, induzido pelo seu pertinaz e nunca realizado anelo de platinizar o Rio Grande, apresenta os farroupilhas

ora aspirando a entrada para a Confederação Argentina, ora procurando ligarem-se ao Uruguai pela federação (2).

Aturdido por aquela paixão, e vendo tudo que é sul riograndense através de seu uruguaiofilismo, empresta aos nossos antepassados o errôneo ou confuso conceito de federação, corrente nos países platinos, na primeira metade do século passado.

Lá é que os caudilhos, como Artigas, Quiroga, Araoz e outros, dizendo-se federais, proclamavam, entretanto, a independência das províncias que tinham sob seu jugo.

O conceito do sistema federativo entre os farroupilhas não tinha a dubiedade que o dr. Varela menciona.

Era claro, positivo, clássico.

Os homens de 35 queriam instituir a federação brasileira, tomando como modêlo a Constituïção dos Estados Unidos da América do Norte, de 17 de setembro de 1787, que fôra estabelecida, para substituir o regime confederativo, visando os americanos constituirem, com êsse novo sistema de govêrno, "uma União mais perfeita", segundo os próprios termos do preâmbulo dêsse importante documento político.

A secção 10.ª do art. II dessa Constituïção, ainda em pleno vigor, limita os poderes dos Estados, dentro dos princípios clássicos do regime federal.

Em 1834, antes da explosão do movimento farroupilha, em sua fase preparatória, era assim definida a federação por um dos órgãos principais, no Rio Grande do Sul, da propaganda da república federativa:

"O regime federal principal abrange duas cousas:

1.º — a independência de cada Estado em relação aos outros para o arranjo do manejo interior dos negocios domésticos.

2.º — a liga e a união de todos para a segurança e defeza dos interêsses comuns debaixo do impulso de um Govêrno Central que sustente a independência particular, sem intrometer-se nos negocios particulares a cada Estado.

---

(2) Política Brasileira, I, 259, transcrita na História da Grande Revolução, IV, 257.

"Daquí nasce a mais perfeita igualdade, estabelecida entre os habitantes".

Depois de citar vários exemplos históricos em favor do sistema federativo acrescentou: "A vista do que fica dito segue-se que o regime federal é o melhor, porque assegura a liberdade de cada Província e põe uma forte barreira aos homens ambiciosos". (3)

A Câmara municipal de Alegrete ao aderir ao sistema republicano, unânimemente, em 24 de junho de 1837, declarou na respectiva ata que a Província do Rio Grande do Sul "deveria constituir-se em Estado livre constitucional e independente, com a denominação de Estado Riograndense, podendo ligar-se por laços de federação às Províncias do Brasil, que, como é de esperar, vierem a adotar a mesma forma de govêrno, querendo elas esta união, que todavia jamais poderá ser tal que se oponha à completa independência do Estado Rio Grandense, quanto aos veículos internos, não conhecendo, portanto, poder algum além de seus representantes, livremente eleitos, que lhe possa lançar tributos ou contribuïções, mas tão sòmente um govêrno ou senado central, que taxe os subsídios com que se formará o Tesouro da União, os quais deverão ser proporcionados ao rendimento de cada um dos Estados federados" (4).

As transcrições supras expressam como, antes da Revolução e no decurso desta, era entre os farroupilhas interpretado o regime federativo.

Êsse conceito não permite, pela sua clareza e precisão, que se procure baralhá-lo, confundí-lo, com a idéia de confederação.

O talentoso e erudito dr. Levi Carneiro, uma das nossas maiores autoridades em Direito Constitucional e que não pode ser enquadrado entre os "indoutos ou inagudos" a que se refere o dr. Varela (5), viu, com sua clara inteligência, que

---

(3) O Republicano, de 29-IV-1834.
(4) Revista do Partenon Literário, de março de 1876.
(5) Política Brasileira, I, 258, reeditada na História da Grande Revolução, IV, 257.

entre os farroupilhas "não se confundia a reivindicação da autonomia local com o separatismo impatriótico" ([6]).

O dr. Assis Brasil, antes, em 1882, vira isso e proclamou lisamente: "Nunca os homens que fizeram a revolução pensavam, antes dela, na separação da província: tratavam sim de estabelecer a federação em todo o país, o que também era idéia comum a todos os brasileiros mais ilustres daqueles tempos.

"Esta interpretação é que resulta de uma infinidade de documentos privados e públicos.

"Ainda mesmo depois que o império das circunstâncias obrigou os riograndenses a proclamarem-se independentes, em todos os atos oficiais do efêmero govêrno em que havia referência à separação da província, aparecia mais ou menos explícita à mesma idéia de federação." ([7])

Pandiá Calogeras labora nessa interpretação, mencionando a noção clara entre os farroupilhas de autonomia e independência e a distinção técnica que êles faziam entre Federação e Confederação.

E' o que resulta destas afirmativas: "Na tentativa de 1835-1845, nos Farrapos, dominava a noção de autonomia incomparàvelmente mais do que à de independência. ([8])

"Federalistas, muito mais do que separatistas, os Farrapos pelejavam pelas liberdades locais". ([9])

Felisbello Freire, consagrado mestre de Direito Constitucional, firmou êste juizo sôbre o projeto da Constituïção farroupilha: "Os princípios gerais do projeto caracterizam a forma federativa do govêrno republicano e até mesmo a fase embrionária do regime presidencial." ([10])

Como elemento elucidativo do conceito da federação entre os farroupilhas, cremos não ser necessário acrescentar

---

([6]) O Federalismo — Suas explosões — A Confederação do Equador, "in" Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo especial, consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional, III, 267.

([7]) História da República Riograndense, 73, 74.

([8]) Res Nostra, 287.

([9]) A Formação da História do Brasil, 188.

([10]) História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil, I, 322.

mais do que ficou consignado — isso é suficiente para demonstrar, claramente, que era o federalismo clássico que os homens de 35 queriam implantar no Brasil inteiro.

O MODÊLO AMERICANO

O regime político dos Estados Unidos da América do Norte, no ciclo farroupilha, era o da Constituïção de 17 de setembro de 1787, ainda hoje em vigor, com adição de alguns artigos, que não alteram a estructura política alí estabelecida.

Era êsse regime, que adotamos em 1889, que os farroupilhas queriam para o Brasil, com descortino político e visão de nossas realidades, que maravilham e demonstram positivamente, com clareza, que êles sabiam o que queriam.

O Republicano, no artigo, já citado, de 29 de abril de 1834, depois de fazer a apologia do sistema federal acrescentou: "Prescindindo porém dos exemplos que nos oferece a história antiga, vemos em nossos dias comprovadas as vantagens dessa forma de govêrno, pela felicidade, que gozam os Estados Elvéticos e os Norte Americanos".

Em longo artigo doutrinário do **Continentino,** em dezembro de 1835, se lê: "A federação, isto é, o govêrno federativo, é o único capaz de fazer a felicidade da Província do Rio Grande, assim como tem feito a de Norte América".

A Câmara municipal de Alegrete ao comunicar a 26 de junho de 1837, ao govêrno farroupilha, a sua adesão à república, disse que o sistema jurado devia ser "levado a efeito com aquela pureza de patriotismo que caracteriza os cidadãos dos Estados Unidos da América, os quais têm direito de ser considerados na matéria, como os mestres do mundo moderno." (11)

A mesma Câmara ao comunicar ao general Antonio de Souza Netto aquela resolução, reafirmou, também a 26 de junho, os conceitos acima, nestes termos: "Os Estados Uni-

(11) Arquivo da Câmara de Alegrete, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

dos da América do Norte nos hão de servir de farol; nada temos a perder de quem sabe menos do que nós e sim muito lucraremos em seguir as lições dos ilustres republicanos que em assuntos de liberdade e política são chamados mestres pelo mundo civilizado".

Do conceito positivo e claro de federação entre os farroupilhas, que ficou exposto, com a documentação da época, e das contínuas referências ao regime político dos Estados Unidos da América do Norte, se verifica:

a) que era êsse regime que os republicanos riograndenses vizavam quando se referiam ao "sistema americano", e não a um tipo novo "com a liberdade e independência de suas respectivas províncias", como pretendeu incutir o dr. Alfredo Varela. ([12])

b) que a propaganda do movimento farroupilha foi orientada pelo anseio brasileiro de federação, não existindo, assim, a "filiação política mais platina do que luso-brasiliense", como, sem provas, afirma o autor citado. ([13])

Tão grande era a afinidade, a concordancia das idéias dos riograndenses com as de seus irmãos brasileiros, que o eminente publicista Felisbello Freire considerou a "República de Piratiní" como o "berço histórico" do direito federativo em nossa pátria, visto que o seu projeto de 1842 consubstanciava as aspirações federalistas do Brasil em geral.

O IDEAL FEDERATIVO NO RIO GRANDE DO SUL

Prova documental

Conhecido do leitor como era conceituada a federação entre os farroupilhas e qual o modêlo que os seduzia, vamos, a seguir, comprovar como o ideal federativo encontrou éco e se expandiu no Rio Grande do Sul e demonstrar, no decor-

([12]) Política Brasileira, II, 214, reproduzida na História da Grande Revolução, V, 503.

([13]) Política Brasileira, I, 258 ,repetida na História da Grande Revolução, IV, 258.

rer do decênio heróico, o esfôrço dêsses idealistas para realizar êsse grande sonho político.

Em maio de 1831, e, portanto, em seguida ao 7 de abril, Pedro José de Almeida, o formidável **Pedro Boticário,** o Marat farroupilha, pelas colunas do **Constitucional Riograndense,** proclamava, com o desassombro que sempre norteou seus atos: "Só a federação poderá livrar esta Província das arpias que a Côrte nos manda." (14)

Em 20 de julho seguinte a **Sentinela da Liberdade,** outro jornal portoalegrense, pugnava pela necessidade "de acelerar o progresso do sistema federativo, por meio de representações das câmaras municipais". (15)

Com a chegada em Pôrto Alegre do tenente de artilharia Luiz José dos Reis Alpoim, membro dos clubes revolucionários do Rio de Janeiro, o partido riograndense que pugnava pelas idéias federativas, tomou maior impulso e chegou a fazer manifestações públicas, percorrendo as ruas da capital gaúcha, nas noites de 6 e 7 de abril de 1832, dando vivas à Federação.

Foi a êste movimento que Campos Vergueiro se referiu na Câmara dos Deputados, em maio dêsse mesmo ano, como já foi consignado.

O tenente Alpoim, foi, mais tarde, um dos principais elementos no preparo e na explosão do movimento farroupilha.

Por êste e por outros fatos, que serão relatados, é que asseveramos a comunidade de idéias entre os filhos do Rio Grande e os das demais províncias brasileiras e repelimos a pretensa filiação platina.

Em junho de 1832 apareceu, em Pôrto Alegre, mais um jornal prègando a idéia federativa — **O Recopilador Liberal,** que proclamou: "Se as leis existentes não são consentâneas como podemos dizer que não temos leis; que estamos anárquicos. Faça-se, pois, a Lei do Estado, faça-se a Federação Republicana, e eis o remédio dos males da Pátria". (16)

---

(14) Citação de Alfredo Varela na História da Grande Revolução, II, 101.
(15) Ibidem.
(16) Número de 31 de outubro.

Em fins de 1832 o general Juan Antonio Lavalleja foi a Pôrto Alegre, levando uma carta em que Bento Gonçalves o recomendava ao Dr. Marciano Pereira Ribeiro, como portador de propostas políticas aos republicanos riograndenses, no sentido de formarem um **Quadrilátero,** composto do Rio Grande do Sul, Entre Rios, Corrientes e Uruguai.

O dr. Marciano, que era um dos elementos principais da propaganda, que era o orientador dessa propaganda no Rio Grande do Sul, respondeu, a 29 de dezembro, com lisura, clareza e segurança, ao futuro general e chefe farroupilha, dizendo que reputava absurdo o plano de Lavalleja e acrescentou: "Nós devemos tomar do Sr. General os elementos subalternos de que êle pode dispor, porém não dar-lhe ingerência em nossos assuntos, desde que conhecemos sua **arrière pensée**".

E, a seguir, traçou estes conceitos inspirados por altos sentimentos patrióticos:

"Quanto ao seu plano (de Lavalleja) basta só meditar que conseguida a desmembração do Rio Grande, o prejuizo seria para esta província parte integrante do pretenso quadrilátero.

"Segregada polìticamente a província do Rio Grande do resto do Império, virá a ficar submetida, por compromissos de aliança e outros inconvenientes a inimigos (pois sempre o foram) que tirariam o melhor partido desta desmembração.

"O movimento riograndense não deverá perder nunca o seu caráter eminentemente nacional: deve apoiar-se em elementos e em política essencialmente brasileiros.

"Convém, pois, entreter a Lavalleja e **até prometer-lhe** cooperação, guardando porém a melhor harmonia política com o general Rivera."

Traçou, assim, 3 anos antes da revolução farroupilha, a orientação que esta devia ter e que efetivamente teve, como ficará, para diante, provado.

O movimento farroupilha gravitou sempre em tôrno da brasilidade e não tem, por isso, fundamento, a pecha de platinismo que lhe é atribuída e nem foi, absolutamente um "re-

flexo das revoluções cisplatinas" como pretende o dr. Varela. ([17])

O General Antonio Diaz, historiador platino de grande mérito e autoridade incontestável no assunto em estudo, vendo em Bento Gonçalves o intérprete do ideal da Revolução, externou êste juízo, que desbarata todas as filiações exóticas que alguns sonhadores, em seus devaneios, e um inveterado brasilófobo, têm inventado para o movimento farroupilha: "Bento Gonçalves, como Brasileiro, não pensou jamais em outra política que a de seu objetivo exclusivamente Brasileiro Republicano". ([18])

Aquela resposta calou fundo no espírito de Bento Gonçalves e caíu como uma barra de gêlo sôbre seu ardor, naquele momento, pelo **Quadrilátero** e, por isso, cauteloso e ponderado escreveu a Antonio Netto a 10 de janeiro de 1833, dizendo que Lavalleja fôra a "Pôrto Alegre negociar um projeto de quatro Estados em um com independência que êle crê possível" e acrescentou: "Ponha sentido na carta que lhe remeto, de nosso amigo dr. Marciano Pereira Ribeiro, que disso fala".

E, visando tirar partido da situação de Lavalleja, utilizando-o como instrumento, de acôrdo com as idéias do dr. Marciano, em vez de ser instrumento dêle, disse: "Também se tem oferecido a contribuir para que se leve a cabo o nosso assunto e fala de elementos das províncias de Entre Rios e Corrientes. O homem está meio convencido e acha fácil — porém é preciso deixá-lo obrar, êle pode servir porque está hoje em posição desgraçada".

Bento Gonçalves, que foi um grande e nobre espírito, tinha entretanto, como chefe militar, como condutor de homens, três graves defeitos: era, às vezes, irresoluto, profundamente sugestionável e de uma sensibilidade em alto grau.

Para se o julgar com justiça não se deve nunca, no estudo de seus actos, perder de vista essas suas qualidades congênitas.

([17]) Revoluções Cisplatinas, 522, reeditadas na Hsitória da Grande Revolução, II, 399.

([18]) Historia Politica y Militar de las Republicas del Plata, II, 135.

Lobo Barreto, narrando os sucessos políticos de 1833, em Pôrto Alegre, refere-se às "palestras Republicanas e Federais" do major José Mariano de Mattos, que foi ministro da guerra dos farroupilhas e, posteriormente, de igual pasta no Império.

A 5 de fevereiro dizia o **Recopilador Liberal:** "Os riograndenses querem as reformas federativas pelos meios legais e nada mais".

Depois de fazer referência à campanha sustentada por Evaristo da Veiga, no Rio de Janeiro, pela **Aurora,** contra os restauradores, interroga o jornal gaúcho: "Será crime nos riograndenses o que nos fluminenses é virtude?" e acrescenta: "Santa Federação, só tu poderás libertar-nos dos males que sofremos".

O **Noticiador,** da cidade do Rio Grande, de que era redator e proprietário Francisco Xavier Ferreira, que fez parte da Junta Governativa da Província de 1822 a 1824, que foi deputado à Assembléia Geral, na primeira legislatura, de 1826 a 1829 e primeiro presidente da Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul, em 1834, publicou em artigo de 28 de abril do último ano citado: "As rebeliões e as guerras civís, diz Rousseau, inquietam muito os Magistrados, mas não causam o verdadeiro infortúnio dos povos, mas nós dizemos que os brasileiros, verdadeiros amigos da Pátria, não querem a guerra civil, querem a Federação".

O **Republicano,** em artigo de 24 de abril de 1834, doutrinava "que o regime federal é o melhor, porque segura a liberdade de cada província e põe uma forte barreira aos homens ambiciosos".

Ainda em 1834 iniciou sua publicação, em Pôrto Alegre, o **Federal,** redigido por José Joaquim de Alencastro — o **Caporoca** — pai do marechal Antônio Pedro de Alencastro, liberal exaltado e "homem muito lido", segundo informe do professor Coruja, seu contemporâneo e que o conhecia intimamente.

---

(19) A Federação, de Pôrto Alegre, de 20-IX-1929.

As idéias políticas de Alencastro e o nome de seu jornal estão a indicar, claramente, que êste era mais uma tribuna liberal de onde, no Rio Grande do Sul, se prègava o sistema federativo para o Brasil.

São de um artigo do **Continentista**, de dezembro de 1835, êstes conceitos: "Quando os abusos, as usurpações, o patronato, o menosprêso, as perseguições, as tiranias, as violências e injúrias se sucedem, não deixando esperança alguma de melhorar, o povo deve persuadir-se que se procura destruir ou aniquilar seus direitos e liberdades e que pretendem escravisá-lo: então êle deve assumir o seu supremo direito, e é mesmo um dever seu melhorar a sua sorte, reformando ou abolindo êsse govêrno opressor e organizando outro adaptado às suas necessidades, que tenha em vista seu bem estar.

"Tais têm sido os males da Província do Rio Grande do Sul, tal tem sido o seu sofrimento e paciência, tal é enfim agora a necessidade que a obriga a procurar no govêrno federativo o melhoramento de seus males, a âncora de sua salvação, o caminho de sua prosperidade e o paladio de sua liberdade".

Na ata da Câmara Municipal de Piratiní, de 6 de novembro de 1836, proclamando a República Riograndense, se "declarava a Província desligada da obediência que devia ao govêrno do Brasil, elevando-a à categoria de Estado livre, constitucional e independente, com a denominação de — Estado Riograndense — podendo ligar-se por laços federativos àquelas Províncias do Brasil que adotarem o mesmo sistema de govêrno e quiserem se federar a êste Estado".

Domingos Crescencio de Carvalho, na proclamação de 17 de junho de 1837, citada, depois de fazer a apologia do sistema político da América do Norte, termina êsse importante documento com esta exortação: "Viva a Federação Brasileira!"

A Câmara Municipal de Alegrete, ao aderir ao sistema republicano, a 24 de junho de 1837, o fez declarando que o "Estado Riograndense podia ligar-se por laços de federação às Províncias do Brasil que, como é de supor, vierem a adotar a mesma forma de govêrno, querendo elas esta união, que todavia jamais poderá ser tal que se oponha à completa in-

dependência do Estado Riograndense quanto aos vínculos internos".

Secundando essa orientação, que tinha origem no ato da organização do govêrno republicano riograndense, a 6 de novembro de 1836, declarou a Câmara Municipal de Cruz Alta, ao aderir à república, em 1.º de agôsto de 1837: "A República Riograndense estará sempre pronta para ligar-se por laços de federação às demais Províncias do Império que adotarem o mesmo sistema de govêrno".

Bento Gonçalves da Silva, respondendo em 1837, às felicitações da 1.ª Brigada, disse: "O trono do Brasil se acha por toda a parte convulso e prestes se antolha sua queda e nosso triunfo, ficando-nos a glória imortal de haver orientado às demais províncias na senda de sua felicidade".

O mais importante documento político sôbre as causas e a finalidade da Revolução é o manifesto de 29 de agôsto de 1838, assinado por Bento Gonçalves e Domingos de Almeida.

Nesse manifesto, escrito no período áureo da República Riograndense, quando esta conquistava as principais vitórias militares e tinha quasi todo o território gaúcho sob seu domínio, se lê: "Perdidas, pois, as esperanças de concluirem com o govêrno de S. M. Imperial uma conciliação fundada nos princípios da Justiça Universal, os riograndenses, reunidos em suas municipalidades, solenemente proclamaram e juraram a sua independência política, debaixo dos auspícios do sistema republicano, dispostos todavia a se federarem, quando nisso se acordem às Províncias irmãs que venham a adotar o mesmo sistema".

As primeiras manifestações federativas de 1839 estão consubstanciadas nas declarações de Bento Gonçalves de que "jamais deixaria de ser republicano e que só federalmente se uniria ao Império", na resposta dada em janeiro dêsse ano ao Sr. Sebastião Ribeiro, quando êste, como representante do representante diplomático do Brasil o entrevistara nas proximidades de Piratiní" (20).

---

(20) Ofício de Pedro Rodrigues Fernandes Chaves a Maciel Monteiro, ministro das Relações Exteriores, de 5-II-1839, no Arquivo do Itamaratí.

A Câmara municipal de Caçapava, entre as condições com que aderiu à República Riograndense, figura esta, consignada na ata de 3 de março de 1839: "Admitir à Federação as Províncias do Brasil" (21).

Joaquim Teixeira Nunes, que com sua bravura assombrou um dia Garibaldi, na qualidade de vanguardeiro de Canabarro, na expedição à Santa Catarina, disse, em 16 de julho de 1839, em circular dirigida aos catarinenses: "A República Riograndense, conscienciosa de sua dignidade, do espírito da grande maioria dos brasileiros e da honrosa missão que lhe foi confiada, nada tem tanto a peito, quanto a Federação dos Estados seus irmãos".

Antonio Netto, exaltando os triunfos obtidos pela expedição de Santa Catarina, interroga: "Que resta, pois, ao Brasil? Como salvar-se?" Êle mesmo responde: "Um só meio se antolha, o reconhecimento da independência riograndense — ou melhor, a Federação das Províncias, única maneira de manter um centro de União no malfadado Império de Santa Cruz; prescindir dêstes princípios é promover a completa ruína a esta bela porção da América".

E' de uma longa e importante carta de Bento Gonçalves ao brigadeiro João de Deus Menna Barreto, o seguinte tópico, ao tratar da paz, em 15 de março de 1840: "Gozando de uma absoluta independência no regime de nossos negocios particulares, não duvidamos, quanto ao mais, submeter-nos a um govêrno geral, que velasse sôbre os interêsses da União".

Confirmando essas declarações e acentuando a constância do desejo federativo, disse Domingos José de Almeida, em carta de 18 de maio de 1841, ao tenente-coronel Manoel Ribeiro de Moraes: "O Chefe do Estado se empenha de coração na manutenção dos princípios republicanos, que se ufana de professar, e que se empenha por estabelecer em todo o Brasil".

Bento Gonçalves, ao convocar a Assembléia Constituinte, a 13 de julho de 1842, considerou os deputados riograndenses como futuros "libertadores do Brasil inteiro" e no discurso da abertura dos trabalhos dessa Assembléia, a 1.º de dezem-

(21) O Povo, de 9-III-1839.

bro, disse: "Aproxima-se o dia em que, banida a realeza da terra de Santa Cruz, nos havemos de reunir por estreitos laços federais à magnânima Nação Brasileira, a cujo grêmio nos chama a natureza e nossos mais caros interêsses".

Respondendo à Fala do Presidente da República, disse o representante da Assembléia Constituinte, depois da afirmativa de que confiava na intrepidez e constância do exército riograndense, para assegurar o triunfo dos princípios por que se batiam: "...Quiçá, raie então um dia de glória, em que possa verificar-se a lisongeira idéia de nossa União à grande família brasileira, pelos laços da mais estreita federação".

Em artigo doutrinário de José Pinheiro de Ulhoa Cintra, que foi ministro de diversas pastas e representante diplomático dos farroupilhas nos Estados platinos, publicado na **Estrêla do Sul,** a 8 de março de 1843, se lê: "Construir um formoso templo à Justiça, levantar os alicerces de uma República Federal e bem construída sôbre as ruínas do trono imperial, é o nosso dever, concebemos a grandeza dessa união, mas para consumar uma obra tão magestosa, estamos decididos a fazer toda a classe de sacrifícios, contamos com os votos e simpatias de todos os brasileiros".

David Canabarro, em carta dirigida a um amigo, interroga, a 10 de março de 1843: "Não haverá um meio de congratularmo-nos com os brasileiros?" Êlle mesmo responde, em seguida: "Sim, eu conheço um que vem a ser a Federação com o Império".

Em proclamação, aos brasileiros, de 11 de março de 1843, disse Bento Gonçalves: "Uma República Federal baseada em sólidos princípios de justiça e recíproca conveniência, uniria hoje todas as Províncias irmãs, tornando mais forte e respeitável a Nação Brasileira, se o interêsse individual e a traição não violentasse o espírito público".

Manoel Lucas de Oliveira, o Ministro da Guerra quando foi feita a paz em 1845 e um dos que influiram no ânimo de Souza Netto para proclamar a República em 1836, dirigiu-se a diversos políticos brasileiros, em março de 1844, convidando-os "para formar um Estado Federal".

Em carta de 17 de junho dêsse ano, ao major Joaquim de Faria Corrêa, participando aquele convite, declarou: "Achei que convinha mover as Províncias do Império em nosso favor e, para o efeito, de acôrdo com todos os chefes das fôrças armadas da República, abri comunicações com os principais homens de Minas e São Paulo".

Seu objetivo era pedir-lhes "elementos com que possam ajudar-nos em política, visto que para as armas sobram-nos valor, constância e destreza".

Entre aqueles políticos figuravam Ernesto Ferreira França, Manoel Antônio Galvão, Antônio Pereira Rebouças, Antônio Pedro da Cruz Ferreira, Nicolau Cesar de Campos Vergueiro, Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcante, Francisco de Paula e Souza, José Martiniano de Alencar, José Carlos Pereira de Almeida Torres, Pedro Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, Theofilo Ottoni.

A êsses políticos também dirigiu, em 3 de maio de 1844, uma longa exposição das operações, onde se lê: "A Federação é hoje o único remédio capaz de sanar a chaga que a imprevidência, o capricho e o orgulho do govêrno brasileiro tem aberto na Província do Rio Grande".

Comunicando aquele convite aos citados políticos disse Manoel Lucas ao presidente da República Riograndense, a 28 de abril de 1844: "Motivos imperiosos de que viva vóz vos participarei me obrigaram a convocar um conselho de cidadãos generais e oficiais superiores do exército e a fazer ciente de vossa parte os passos que se hão dado para São Paulo, Minas e outras Províncias, solicitando a cooperação de vários senadores e deputados para advogarem a nossa causa e justas circunstâncias na Assembléia e no Senado, e que o govêrno, solícito em empregar os últimos meios para pôr têrmo à guerra, resolvia enviar um comissionado com instruções a ambas as Câmaras a tratar do transcendente assunto, para cujo fim desejava ouvir a opinião de cada um dos mesmos generais e oficiais sôbre o que mais convinha — ou independência total ou federação. Uniformemente se conformaram com esta última coisa".

Em carta de 28 de abril de 1844 disse o padre Francisco das Chagas Martins de Avila e Souza, o constituinte que maior número de votos obteve em 1842, e então vice-presidente da República Riograndense: "Parece-me que nenhuma dúvida existe já de que se deseja a Federação com os nossos irmãos brasileiros" e depois de várias considerações declarou estar de accôrdo que os farroupilhas nomeassem comissários com amplos poderes e instruções para que possam em segura e devida forma concluir êsse importante e definitivo ato, qual o das bases da Federação (22).

Bento Gonçalves, ao comunicar ao govêrno riograndense os resultados de sua missão junto ao barão de Caxias, para tratar da paz, disse em 28 de julho de 1844: "Propus àquele General, na forma das minhas instruções, a Federação ao Brasil, agregando a ela os Estados de Montevidéu, Corrientes e Entre Rios".

O dr. Alfredo Varela, narrando essas negociações, depois de acentuar que Bento Gonçalves era "convictíssimo, intransigente separatista", (23) acrescenta que o chefe farroupilha, "fidelíssimo ainda e sempre", propôs "a paz mediante um convênio entre o Império, de uma parte, e da outra, o Rio Grande, Uruguai, Corrientes, Entre Rios, comunidades estas que não ficavam submetidas ao trono, sim vinculadas a êle, por um laço federal" (24).

Quem ler êste relato, sem conhecer o que propuzera Bento Gonçalves, poderá acreditar que pela proposta aquelas províncias "não ficavam submetidas ao trono". — Isso, entretanto, convém se esclareça, lá não foi consignado. A restrição corre por conta e risco do narrador.

Bento Gonçalves propôs simplesmente "na forma de suas instruções", como êle mesmo declarava: "a Federação ao Brasil agregando a ela os Estados de Montevidéu, Corrientes e Entre Rios" (25).

---

(22) Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
(23) História da Grande Revolução, VI, 30.
(24) Idem, idem, 232.
(25) Carta de 28-VII-1844.

Caxias confirma essa proposta nestes termos: "Falou-me em primeiro lugar em federação, dizendo-me que Fructuoso Rivera estava também propenso a federar o Estado Oriental ao Império, assim como Joaquim Madariaga o estado Correntino.

"Fiz-lhe ver que isso era um impossível e que nenhum dêsses dois homens tinham poderes dos povos para levar a efeito tais encorporamentos e que nem eu estava autorizado para tal cousa tratar" ([26]).

Permita o leitor que chame sua atenção para o fundamento da primeira objeção de Caxias: não estarem Rivera e Madariaga autorizados para a **encorporação** — vide bem: para a encorporação — o que significa que, pela proposta, ficariam as ditas províncias submetidas ao trono.

Como fecho do anseio federativo dos farroupilhas, como última prova dêsse grande ideal político, que foi a alma da cruzada heróica, existe uma carta de Canabarro a Theophilo Ottoni, de 30 de maio de 1845 e, portanto, já em plena paz, onde se lê: "Tomando em alta consideração as sábias reflexões de V. S., fiquei convencido da impossibilidade de levar a efeito a desejada federação desta Província, pela qual fervorosamente pugnaram mais de 9 anos os riograndenses livres, tanto mais assegurando V. S. que só deviamos contar com os nossos irmãos de armas, por isso que nenhuma coadjuvação nos proveria dos homens que em 1842 lutaram em São Paulo e Minas a favor dos mesmos princípios e que finalmente os próprios chefes do partido progressista quando no poder fazem a mesma guerra que os regressistas".

Eis, através de farta e preciosa documentação, o mais longo, o mais heróico e um dos mais brilhantes esforços em prol da república federativa no Brasil.

As declarações das municipalidades riograndenses, interpretando o sentir de seus jurisdicionados, em harmonia com as proclamações dos chefes do movimento e inteiramente de acôrdo com a doutrina prègada pelos vultos de maior destaque na propaganda republicana, põem em realce, evidenciam,

---

([26]) Ofício ao Ministro da Guerra de 11-IX 1844.

convencem, que a revolução farroupilha era profundamente brasileira e expressam, de modo claro, insofismável, que o convite às demais Províncias irmãs para a Federação era para uma união federativa entre elas, segundo o conceito clássico dessa forma de govêrno e não "retintamente separatista", como apregôa, em vão, iludindo-se a si próprio, conhecido autor, repudiado, nesse particular, pelos conhecedores de nosso passado, com os quais, nesse repúdio, estão de acôrdo os luminares da história sul riograndense.

JUIZO DOS HISTORIADORES

Foi o dr. Alfredo Varela quem, ao serviço de sua brasilofobia e abusando da autoridade de seu nome como historiador, tentou nimbar a brasilidade dos riograndenses, negando que a cruzada farroupilha visasse a federação brasileira, fundado em documentos de seu arquivo, que êle cita fragmentária e interpoladamente "embaralhando-os, complicando às vezes" como observa João Pinto da Silva, com seu autorizado e penetrante senso crítico. ([27])

O autor separatista não fez prosélitos entre os estudiosos de nosso passado, mas tem sido auxiliar magnífico dos interessados, por explorações políticas, em desprestigiar, aos olhos do grande público, os sentimentos de patriotismo dos riograndenses.

Os historiadores sinceros, os historiadores sem disfarce, sem idéias preconcebidas que tem meditado sôbre o assunto, afirmaram sempre e continuam afirmando o que o retovado procura negar.

Estamos no limiar do primeiro centenário da cruzada portentosa e o grande público brasileiro deve ser honestamente informado do verdadeiro ideal dos farroupilhas, ideal êsse vasado em documentações vultosa e interessante, mas só conhecida dos estudiosos, e relatado em trabalhos de mérito, mas de divulgação restricta.

([27]) — História Literária do Rio Grande do Sul, 179.

Pareceu-nos, pois, de utilidade não nos limitarmos às provas documentais e, por isso, vamos citar aquí a opinião dos historiadores sôbre o assunto em referência.

Assis Brasil, pensador e publicista dos de maior vulto entre nós, viu claramente a finalidade da grande revolução, em 1882: "No Rio Grande, como em todo o Brasil, apareceu o partido federalista, advogando as idéias que a pressão conservadora havia sufocado na assembléia nacional antecessora da Constituinte.

"Êste partido, por uma lúcida intuïção das condições e destino do país, prègava a autonomia das províncias, unidas apenas em associação política, nos interêsses comuns, pelo vínculo federal ([28]).

"No Rio Grande a federação era a idéia culminante dentre todas as aspirações liberais" ([29]).

Estudando a exploração do movimento farroupilha disse o ilustre autor citado: "Todos enxergavam o mal nas pessoas do presidente e do comandante das armas, que eram os que davam vida ao bando retrógrado que se opunha às reformas liberais da revolução de 7 de abril e principalmente à federação, idéia endeosada em todos os discursos, em todos os artigos doutrinários da imprensa" ([30]).

Um ano depois, em discurso doutrinário pronunciado em Pôrto Alegre, assim se manifestou: "Quem estudar a história da extinta República Riograndense ha de chegar forçosamente à convicção de que foi uma revolução federalista" e depois de várias considerações chama a atenção para êste fato: "os republicanos de 1835 eram levados pelo patriotismo e não pelo desejo criminoso de abastardar a grande nacionalidade brasileira" ([31]).

Venancio Ayres, o grande, o abnegado, o santo propagandista da república, como lhe denominam seus companheiros de cruzada democrática, ao apresentar ao público **A Federação**, em 1. de janeiro de 1884, disse não ser nenhuma no-

([28]) — História da República Riograndense, 53.
([29]) — Idem, 29.
([30]) — Idem, 85.
([31]) — Unidade Nacional, 44.

vidade o que êle vinha prègar, visto que vinha fazer uma afirmação no presente de uma aspiração do passado; que era a Revolução de 1835 que aparecia com a mesma bandeira e a mesma fé e terminou concitando a salvação da unidade nacional pela federação.

Demetrio Ribeiro, há pouco desaparecido do mundo dos vivos, e que foi um dos maiores propagandistas da República e fez parte, como ministro, do primeiro govêrno republicano e homem sereno e de idéias sólidas, deixou êste depoimento de alta valia:

"Após a Campanha Cisplatina, o ânimo Riograndense afez-se a reconhecer, resoluto, a perentória desvantagem de regime centralizador com que fôra inaugurada a independencia de 1822".

"Mil vezes, corria, de rancho em rancho, a houvessem fundado na autonomia, racional e prática, dos elementos livremente componentes do Brasil, para assegurar-lhe a unidade de território inquebrável e necessária. E que desde então, a descentralização das províncias ou a federação a constituir-se por todas elas, predominou". — Atentai nestes conceitos — "predominou na terra dos gaúchos e foi-lhe o supremo ideal político".

Acrescenta depois de outras considerações sôbre o **Republicanismo Gaúcho,** que a Revolução de 1835 foi "uma luta de dez anos pela Liberdade, pela Federação Republicana". (32)

O próprio dr. Alfredo Varela proclamou, em quatro linhas, esta grande verdade que depois não poude destruir em seis volumes: "O Brasil em pêso estava inclinado para a república e a federação, desde o princípio do século XIX: o Rio Grande ainda mais, por circunstancias peculiaríssimas". (33)

Tão claro era o ideal farroupilha que até os historiadores estrangeiros de nomeada, como Antonio Diaz, conforme já ficou consignado e Alberto Palomeque, nenhuma dúvida têm sôbre êsse ideal e o mencionam com precisão.

---

(32) — Artigo publicado no "Diário de Notícias", de Pôrto Alegre, de 23-VI-1929.

(33) — Duas Grandes Intrigas, I, 189, 190.

O primeiro, acentuando o caráter fundamentalmente brasileiro, e o segundo, mencionando seu cunho político, fundado em documentos de seu arquivo particular, herdado de seu pai, nestes termos: "O Estado Riograndense foi proclamado independente, podendo, entretanto, ligar-se por laços federativos às províncias do Brasil que adotassem o mesmo sistema de govêrno". (34)

Os publicistas nacionais de nomeada, que têm feito estudos especiais sôbre a Revolução Farroupilha, confirmam a existência do ideal federativo para todo o Brasil, nessa cruzada memorável.

Felisbello Freire, há quarenta anos, estudando o movimento brasileiro em prol da república federativa observou: "Foi no meio de uma tal situação que o Rio Grande do Sul, onde grassavam as idéias federalistas, levantou o grito de revolução, nas vizinhanças de Pôrto Alegre, em 20 de setembro de 1835". (35)

Dissera antes: "A República de Piratiní representa o esfôrço dos riograndenses para firmarem o govêrno republicano federal". (36)

Depois de análise comparativa do projeto da Constituïção farroupilha com as idéias da **Confederação do Equador**, expostas por frei Caneca, concluiu: "Os princípios gerais do projeto caracterizam a fórma federativa do govêrno republicano e até mesmo a fase embrionária do regime presidencial.

"Si a Confederação do Equador é o berço histórico da Federação ainda que se limitasse a delinear os princípios gerais do direito republicano, a República de Piratiní é o berço histórico dêsse direito". (37)

Levi Carneiro, já citado, espírito lúcido e dotado de admirável poder interpretativo, penetrando fundo no anelo político dos farroupilhas, sentenciou que os republicanos rio-

(34) — Estudios Históricos, I, 5.
(35) — História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil, cit., I, 314.
(36) — Idem, 3 12.
(37) — Idem, 3 19.

grandenses "souberam conciliar o particularíssimo com o nacionalismo". ([38])

João Pandiá Calogeras viu também claramente o ideal farroupilha e o expressou nestes termos: "Federalistas, muito mais do que separatistas, os Farrapos pelejaram pelas liberdades locais". ([39])

Rodrigo Octavio Filho, uma das inteligências mais brilhantes da geração atual e dotado de apreciável cultura jurídica, filosófica e histórica, em magnífica conferência — **O Panorama Político da Revolução dos Farrapos** — proferida em 20 de setembro de 1933, no Instituto Histórico e Geografico Brasileiro, depois de estudar longamente a Revolução Farroupilha e de fazer referências aos trabalhos do dr. Alfredo Varela e aos nossos, concluiu: "que tanto no Rio Grande, como pelo resto do Brasil, pairavam as idéias federalistas, em oposição às idéias sufocadas pela pressão conservadora", e acrescenta: "Entre as idéias liberais culminava a idéia de federação".

Alcides Bezerra, pensador de destaque no Brasil e profundo conhecedor de nossa formação social e política, como atestam diversos estudos seus sôbre êsses assuntos, prefaciando o 1.º volume do **Processo dos Farrapos,** que o Arquivo Nacional acaba de publicar, disse que aquela publicação tinha "dupla finalidade: o interêsse científico de ressuscitar o passado com os elementos documentais que nos legou; o tributo de uma homenagem nacional aos fortes e dignos brasileiros de 1835 que sonharam com as duas grandes realidades de hoje — a federação e a república".

Sòmente as almas dominadas pela paixão, que ofusca a inteligência e anula os sentimentos nobres que contrariamna. ou sòmente os homens de fogo para a mentira e de gêlo para a verdade, de que nos fala Madame de Sévigné, pódem pódem permanecer ao lado do dr. Alfredo Varela, pondo em dúvida ou negando, com êle, a brasilidade dos farroupilhas e deturpando o verdadeiro significado do grande sonho po-

([38]) — Obra cit., 26 7.
([39]) — Formação da História do Brasil, 188.

lítico, que estes tanto se esforçaram para converter em realidade.

Ouçamos, a seguir, os conceitos autorizados, de mais alguns historiadores filhos do Rio Grande do Sul, que contradizem, que anulam aquelas manifestações negativistas e tendenciosas.

João Maia, que se destaca pelo conhecimento do passado riograndense, ao qual tem consagrado longo espaço de tempo de sua vida de estudioso, aceitou, no ponto em referência, o julgamento autorizado de Assis Brasil, por ter coincidido, indubitávelmente, com as suas pesquisas: "Na Província do Rio Grande, talvez mais do que em outra qualquer, estava em voga, por essa época, a idéia de federação, que era, com uma animação extraordinária, debatida nos clubes secretos, aparentemente maçônicos.

O objetivo supremo de nossos patrícios e aliás de todos os brasileiros patriotas daquele tempo, consistia em estabelecer a federação no país inteiro". (40)

Fernando Osorio, uma das mais altas expressões de intelectualidade sul-riograndense, jurista, sociólogo e historiador de nome consagrado, pelos seus magníficos estudos, assim se manifesta sôbre o decênio heróico: "Foram 10 anos de desgraças e heroicidades. Por patriotismo iniciada em setembro de 1835, conclui-se, por patriotismo, em fevereiro de 1845, essa revolução chamada dos farrapos.

"Como os movimentos políticos, anteriores, visceralmente republicanos, êste também propugnava pela solução federativa". (41)

Florencio de Abreu, jurista de grande nome, um dos mais belos talentos da alta côrte de justiça riograndense e o primeiro comentador do Projeto de Constituïção da Republica Riograndense, onde pôs em relêvo seus profundos conhecimentos de Direito Constitucional a par de sua erudição histórica, assevera que a política do Rio Grande "gravitava precìpuamente para a grande constelação política do Brasil".

---

(40) — História do Rio Grande do Sul, edição de 1920, pags. 76 e 79.
(41) — O Espírito das Armas Brasileiras, 143.

"Uma federação republicana era a sua aspiração". (42)

Êsse ilustre magistrado viu, profunda e claramente, o verdadeiro sentido da separação; viu, em um relance de águia, o que outrem, intibiado pela catarata separatista, ainda não lobrigou em 50 anos de estudos e investigações: viu que a separação foi o **meio** a que recorreram os farroupilhas para atingirem a república federativa, que era o **fim.**

Mansueto Bernardi, poeta o historiador consagrado no Rio Grande do Sul, grande inteligência que uma apreciável cultura tanto realça, disse em memorável conferência, depois de enumerar eruditamente as provas do ideal federalista dos farrapos: "O que fica exposto demonstra sem possibilidade de contradita não só que ao movimento de 1835 faleciam desígnios separatistas de caráter definitivo, como também que, ao contrário disso, êle tendia, no fundo, para a república e a federação com as demais províncias, o que até o desloca da órbita riograndense, para emprestar-lhe **um sentido brasileiro, nacional".**

Expõe, em seguida, provas abundantes do sentido nacional da revolução e conclue: "Essas palavras, proclamações e confissões íntimas são de molde a desfazer quaisquer dúvidas a cêrca dos sentimentos de verdadeira brasilidade sempre alimentados pelos pro-homens farroupilhas".

A maioria da província assevera logo depois, "combatia, no fundo, pela unidade brasileira, sob a fórma de república federativa". (43)

Jorge Salis Goulart, uma das maiores autoridades em Sociologia no Rio Grande do Sul e profundamente versado em assuntos históricos, afirma que "o verdadeiro sentido da revolução de 35 é a federação" e depois de aduzir as provas dêsse assêrto, acrescenta: " A idéia de federação é tão persistente que se prolonga até os derradeiros dias da revolução". (44)

---

(42) — A Constituinte e o Projeto de Constituïção da Republica Riograndense *in* Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, I, 3 29.

(43) — Bandeira Nacional e Bandeiras dos Estados, *in* Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, III, 617, 524, 526.

(44) — A Formação do Rio Grande do Sul, 215.

Ariosto Pinto, que revelou, em memoráveis discursos na Câmara Federal, em 1929, grande erudição dos fastos sul riograndenses, a par de apreciável cultura geral, afirmou em artigo inserto em A FEDERAÇÃO de Pôrto Alegre, em 20 de setembro de 1929: "A exemplo do que ocorrera relativamente à Confederação do Equador, o movimento farroupilha surgiu, como um notável esfôrço em prol de um regime republicano federal".

Aurelio Pôrto, que conhece a fundo a vida do Rio Grande do Sul, que sabe investigar, que sabe ler o que investiga e que, por tudo isso, foi destacado pelo govêrno riograndense para anotar o **Processo dos Farrapos** e do qual acaba de aparecer o 1.º volume com extraordinárias revelações sôbre os homens do decênio histórico, firmou êste juizo: "Não teve fins separatistas o movimento de 20 de setembro. Desde o início uma forte corrente, que jamais foi desviada em todo o glorioso decênio, propendia para a federação. E' em tôrno dêsse ideal, quer sob o domínio monárquico, quer debaixo do pavilhão tricolor, os riograndenses nunca deixaram de amar a grande Pátria". (45)

H. Canabarro Reichardt, que à sua cultura jurídica e filosófica alia seus cabedais de historiador já consagrado do periodo farroupilha, assim se manifesta sôbre o ponto em referência: — "Bateram-se os riograndenses pela implantação da idéia republicana-federativa no Brasil. E' êsse o verdadeiro escopo que deve prevalecer na análise do movimento de 35". (46)

Baptista Pereira, que pela cultura de seu espírito e pela sua admirável erudição, é um dos historiadores consagrados no Brasil, em notável conferência realizada, em maio de 1932, no palácio do Itamaratí, depois de estudar a ideologia farroupilha, assim se expressa: "Do exposto se conclue que o separatismo de Piratiní foi apenas aparente e transitorio". "O espírito fundamental da revolução era nìtidamente brasileiro".

---

(45) — A Federação, de Pôrto Alegre, de 15-5-1929.
(46) — Bento Gonçalves, estudo bioôgráfico, 263.

"A idéia predominante era a do Federalismo".

"O papel do Rio Grande do Sul era o do propagandista pelo exemplo".

"Queria que as outras províncias adotassem como êle a fórma federativa, a exemplo dos Estados Unidos".

"Nunca porém, pensou sèriamente em encorporar-se a países estrangeiros ou em separar-se do Brasil". (47)

O General Alfredo Assumpção, que se destaca pela firmeza e brilho com que versa os assuntos de sua predileção, entre os quais os que se ligam à vida sul riograndense, disse em recente artigo, depois do aparecimento da História da Grande Revolução: "Estava reservado a alguns filhos do Rio Grande do Sul, já nas proximidades do ano em que se vai celebrar o primeiro centenário da Revolução Farroupilha, não consentir que se emprestem a êsse notável acontecimento cívico de nossa história intuítos diferentes do que êle significa, como um dos mais dignos passos precursores do regime republicano e federativo dos Estados". (48)

Fernando Callage em recente e magnífico estudo, pelo descortino e clareza com que expõe o objetivo da revolução, observa: "Quando as fôrças revolucionárias, mais tarde, invadiram Santa Catarina e procuraram penetrar no Estado de São Paulo, não o fazem com o fim de conquistar terras, fazem, sim, com o fim de republicanizar o resto do país, pois, sendo a fórma de govêrno o regime republicano federativo, era natural que procurassem conquistar adesões das Províncias, embora com o espírito revolucionário e sacrifício de sangue". (49)

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, negando seu apôio às idéias sustentadas pelo Dr. Alfredo Varela relativamente à finalidade da Revolução Farroupilha, idéias que o referido autor insinuava como sendo esposadas por essa douta instituïção, com o patrocínio da publicação de sua História, assim se manifestou, por unanimidade, depois de

(47) — O Rio Grande do Sul dos Farrapos e de Garibaldi.
(48) — Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, de 27-VIII-1933.
(49) — A Guerra dos Farrapos, 49, 50.

negar o apregoado separatismo: "Ao envés disso, tem reivindicado para os farroupilhas a integridade de um alto sentimento de brasilidade, sustentando que os dirigiu uma ideologia republicana — federativa, e que a proclamação do Seival, e a consequente independência da Província foi apenas um meio e não um fim". (50)

Esta oportuna declaração do Instituto Riograndense, provocada pelo Dr. Castilhos Goycochêa, em judiciosa carta ao seu presidente, firmou, de modo perentório, criterioso e justo, o verdadeiro ideal dos farroupilhas e representa para nós, particularmente, um ato de íntima satisfação, porque nos deu ganho de causa na contradita que sustentamos contra as afirmativas do autor da **História da Grande Revolução**, na parte referente àquele ideal, que há mais de 20 anos vimos declarando que foi o mais decidido esfôrço em pról da república federativa no Brasil e, por isso, consubstancía um exemplo magnífico de civismo, impregnado de brasilidade pura.

CONTRA A SEPARAÇÃO

A prova documental

Esclarecido devidamente, com lisura, que era a federação clássica que aspiravam os farroupilhas, dado o conceito que faziam dêsse regime político; comprovado, com uma documentação preciosa que a Revolução tinha como finalidade o estabelecimento da República Federal no Brasil: — está, ipso fato, provado que aquele movimento não era seccionista, que não tinha o caráter "retintamente separatista", com que se pretendeu mascará-lo, disvirtuando-o e cobrindo de baldões a memória de seus grande vultos, com o amesquinhamento de seus altos sentimentos de brasilidade.

Necessario se faz, entretanto, para arrazar definitivamente a tese separatista, que sejam aqui registadas as diversas manifestações, em épocas diferentes, contra a separação.

---

(50) — Revista do Instituto Histórico e Geografico do Rio Grande do Sul, 18.°, 271, 272.

As citações que vamos enumerar completam a documentação e os juizos já consignados e reforçam mais ainda a idéia clara, positiva, clássica da federação entre os riograndenses e esclarecem, de modo absoluto, que estes não queriam desmembrar o Rio Grande da comunhão brasileira; provam que a separação proclamada em 1836 foi o efeito de uma causa que não tem sido devidamente estudada; que era um meio a que recorreram os revolucionários para atingirem o fim colimado; apresentam, com todo seu brilho, os sentimentos de patriotismo dos farroupilhas, limpando-os da nódoa do "pendor separatista", com que o azinhavre de uma paixão quis deslustrá-los.

O Presidente da Província, Dr. Fernandes Braga, impressionado com denúncias anônimas sôbre um movimento subversivo e induzido por seu irmão Pedro Chaves, declarou na fala da abertura da Assembléia Provincial, em abril de 1835, que existia um partido para desmembrar a Província do Império e federá-la ao Uruguai.

Essa denúncia foi, por diversos deputados, partidários da federação brasileira e que foram depois elementos de destaque no levante farroupilha, considerada como aviltante da dignidade dos riograndenses.

José de Paiva Magalhães Calvet, na sessão de 27 do referido mês, qualificou o plano denunciado de "nefando e criminoso projeto" e depois de inflamado discurso requereu fôsse o caso positivado com provas cabais e disse que calar diante de negócio tão grave importava em serem os deputados, "com sobrada razão, julgados indignos de exercer a alta função" de que estavão investidos.

Domingos José de Almeida falou em seguida requerendo que a Assembléia dirigisse uma mensagem ao Presidente da Província convidando-o a tomar medidas fortes contra os "terríveis planos".

Na sessão de 28 de abril o deputado Vieira da Cunha, que era um dos vice presidentes da Província e que foi, em 1844, um dos enviados dos farroupilhas ao Rio de Janeiro, para tratar da paz com a federação, declarou: "direi com toda a franqueza, própria de meu caráter, que não sei, haja nesta

província partido algum, que conspire para separá-la do Império e ligá-la ao Estado Oriental".

Idêntica declaração fez, em seguida, o deputado Dias de Castro, dizendo ser habitante da Fronteira "e não sabia houvesse partido algum que tentasse desligar esta Província do Império".

Retomou a palavra Vieira da Cunha e depois de mencionar sua amizade e parentesco com o Presidente da Província e de afirmar a boa fé dêste na denúncia que fizera, induzido pelos "que abusavam de sua nímia credulidade", afirmou: "eu estou certo que êle não tem documento algum para provar o que disse a respeito da conspiração, a não serem cartas confidenciais de alguns intrigantes".

José Mariano de Mattos, ainda na sessão de 28 de abril, depois de negar a existencia do plano denunciado o qualificou de "pérfido e indecoroso" e exigiu, enérgico, "sejam, pois, conhecidos êsses conspiradores e sôbre êles cáia a espada da justiça".

Em seguida falou Bento Gonçalves da Silva, refutando a denúncia de Fernandes Braga que, segundo os próprios termos do orador "cobria de opróbio aos Riograndenses com semelhante falsidade" e declarou sobranceiro: "Sr. Presidente, o plano de separação da Província só existe na cabeça dêsses homens, que não contentes com haverem assacado aos seus inimigos toda a qualidade de calúnia, acrescentam-lhes mais esta e isto sòmente porque não concórdam com suas opiniões.

"Sr. Presidente, eu desafio a meus inimigos para que apresentem nesta Assembléia êsses documentos, com que tanto alardeão e desde já me ofereço para marchar daquí para uma prisão, mesmo sem culpa formada, e alí esperarei, não digo dias, mas mesmo até 6 meses, que se me forme processo, tal é o estado em que repousa tranquila a minha conciência".

Tendo sido aprovado o requerimento de Calvet, foi convidado o Presidente da Província a prestar, em sessão secreta, os esclarecimentos alí pedidos.

Esta se realizou a 16 de maio. Fernandes Braga declarou: "que a existência da conspiração de que fez menção na

sua fala, lhe constara por cartas e nunca por peças oficiais, mas que a vista do que tem ocorrido se persuade não existir semelhante conspiração".

A leviandade de Fernandes Braga feriu o sentimento de brasilidade de diversos deputados, que foram depois figuras proeminentes do levante farroupilha e que cooperaram nesse levante visando o estabelecimento do regime federal em todo o Brasil.

Negavam, por isso com fundamento, o propósito separatista e protestaram indignados contra a idéia de federação ao Uruguai.

Bento Gonçalves rebatendo acusações do **Correio Oficial,** sôbre proteções ao partido lavallejista e de projetos prejudicial a ordem pública, escreveu uma longa carta que foi publicada pelo **Noticiador** de 26 de fevereiro de 1835, onde se lê êste tópico: "os males da Província nunca virão nem hão de vir de um cidadão que desde a infância se votou com a existência e com a sua fortuna e a de sua família a defeza da Independência, da Liberdade e da Glória Nacional e que tem palmo a palmo disputado aos inimigos da integridade do território".

A nomeação de Bento Gonçalves para Comandante da Guarda Nacional desgostou ao irracível e violento Pedro Chaves que a comentou com aspereza pela imprensa, considerando-a um "imprudente passo do govêrno", porque o nomeado protegia Lavalleja e dava "um terrível fomento ao partido farroupilha".

"O Recopilador Liberal tomando a defeza de Bento Gonçalves disse: "forçoso é declarar em abono da verdade, que o partido farroupilha é o partido nacional". (51)

Respondendo cartas circulares de Bento Gonçalves, antes do movimento revolucionário, disseram diversos de seus amigos e "cidadãos principais da Província" que "o acom-

(51) — Revoluções Cisplatinas, 517, reproduzidas na História da Grande Revolução, II, 393.

panhariam em tudo que não fôsse para segregar a província da comunhão brasileira". (52)

Entre os amigos daquele chefe farroupilha figurava o capitão Florentino Leite de Souza, prestigioso chefe em Pedras Brancas, aquem se dirigira, no mesmo dia em que explodiu o movimento, pedindo sua cooperação, em nome de seus "sentimentos brasileiros".

Florentino Leite, ao terminar a revolução, em 1845, era coronel, sendo mais conhecido por **Florentino Manteiga.**

Em diversas passagens do manifesto de 25 de setembro de 1835, Bento Gonçalves acentua os sentimentos de brasileirismo que norteavam a Revolução.

Entre essas passagens figuram estas: "cumprimos, Riograndenses, um dever sagrado, repelindo as primeiras tentativas de arbitrariedade em nossa cara Pátria; ela vos agradecerá e o Brasil inteiro aplaudirá o vosso patriotismo e a justiça que armou vosso braço para depor uma autoridade inépta e facciosa e restabelecer o império da lei.

"Respeitando o juramento que prestamos ao nosso código sagrado, ao trono constitucional e a conservação da integridade do Império, comprovareis aos inimigos de nosso socêgo e felicidade, que sabeis preferir o jugo da lei ao de seus infratores".

Êste caráter de brasilidade, que norteou o início da Revolução, se manteve, no decurso desta, sem esmorecimentos, como uma tradição verdadeira, arraigada e profunda, repele, como injuriosa, a afirmativa de que no Rio Grande do Sul "nunca houve forte sentimento brasileiro". (53)

A Câmara Municipal de Alegrete, em ofício dirigido a Bento Manoel, a 30 de setembro de 1835, disse que "ficava tranquila e mui persuadida que nada poderia ofender a objetos que nos são tão sagrados qual a manutenção da integridade do Brasil".

---

(52) — Informação de Manoel Lourenço do Nascimento ao dr. Alfredo Varela.

(53) — Alfredo Varela, Política Brasileira, II, 427, reeditada na História da Grande Revolução, VI, 7.

Oficiou, também, a 30, no mesmo sentido, ao capitão Miguel Luiz da Cunha, avô do general Flores da Cunha, que respondeu, a 2 de outubro, asseverando "que despido de todo e qualquer partido e só em vista à boa ordem, à Constituïção jurada, à integridade e independência do Império e a sustentação do trono ao Sr. d. Pedro II, Imperador Constitucional do Império do Brasil, passo a reünir a Companhia da Guarda Nacional dêste Distrito".

Esta Câmara, como já ficou mencionado, aderiu à Republica Rio grandense, aos 24 de junho de 1837, visando a federação brasileira.

A Câmara municipal de S. Borja, respondendo à de Alegrete um ofício que recebera comunicando as providências que havia tomado para a manutenção da integridade do Brasil, em 7 de outubro de 1835, disse: "Esta Câmara de comum acôrdo com as demais autoridades do município vai tomar todas as medidas a seu alcance afim de conservar o Pacto Social que garante o Direito das Nações constitucionais, aplicando todos os meios precisos para tornar homogêneas as opiniões dos cidadãos, para desta sorte evitar-se a guerra civil e sustentar-se a união a integridade do Império Brasileiro".

Domingos José de Almeida, um dos maiores vultos da Revolução Riograndense, talvez o maior de seus estadistas, um dos principais elementos na organização do govêrno e um dos redatores do projeto da Constituïção, censurando os atos de Fernandes Braga, em proclamação, de 29 de outubro de 1835, disse contar com o triunfo porque estava seguro nos sentimentos de seus comandados, no patriotismo de seus oficiais "e mais que tudo no brasileirismo do major José Jeronymo do Amaral".

Antonio de Souza Netto, o proclamador da República Riograndense, disse em novembro de 1835, ao licenciar a fôrça sob seu comando, por julgar terminada a revolução, com as deposições do Presidente da Província e do comandante das Armas: "Eu agradeço em nome da Pátria vossos serviços. Déstes um exemplo ao Brasil inteiro do caráter riograndense".

Entre as saüdações com que terminou essa proclamação figura esta: "Viva a Nação Brasileira".

A Câmara municipal da Cidade de Rio Grande, convidando as demais câmaras a apoiarem a posse de Araujo Ribeiro o fez apelando para os sentimentos de patriotismo dos riograndenses e dando crédito às notícias de separação que os inimigos dos farroupilhas espalhavam, qualificou essa idéia de "tresloucado plano". (54)

A Câmara Municipal de Pelotas, no convite que dirigiu a Araujo Ribeiro, para continuar na Província, disse que o desejo dos que visavam separar o Rio Grande "da Associação Brasileira não podia prevalecer contra a voz geral dos habitantes da Província, que inabaláveis à sua adesão à integridade do Império, consideram o nosso Pacto Social como a única Arca da Salvação Pública". (55)

A Câmara Municipal de Caçapava, hipotecando solidariedade a Bento Manoel, no sentido de manter a posse de Araujo Ribeiro, disse que o fazia porque o ato da Câmara de Porto Alegre causava "um profundo descontentamento a todos os que desejam a União Brasileira e prosperidade da Província". (56)

Esta Câmara, como a de Alegrete, ao aderir à República em 1839, o fez visando a federação brasileira, como já ficou consignado.

Alarmada com as notícias separatistas que corriam, a Câmara de Alegrete lançou uma proclamação onde se lê: "Habitantes do termo! Correi às armas, uni-vos ao vosso Comandante das Armas Interino o coronel Bento Manoel Ribeiro, que com prudência saberá guiar-vos".

"Todos os patriotas da Província, aqueles mesmos que se apresentaram em campo nos movimentos de 20 de setembro, são êsses mesmos, que agora se apresentam de novo e

(54) — Ofício de 21-XII-1835, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.
(55) — Idem.
(56) — Ofício de 29-XII-1835, no Arquivo citado.

seguem todos a causa da legalidade, a União com o Brasil e obediência ao govêrno de Sua Magestade Imperial." (57)

Bento Gonçalves, em carta a um seu compadre e amigo, da Estância da Boa Vista, aos 17 de janeiro de 1836, disse: "Nada de república, nada de separação da Província, porém nada de consentirmos que nossos inimigos levantem o relho à dar-nos a Lei".

Em 16 de fevereiro de 1836 o então coronel Oliverio José Ortiz, que faleceu no pôsto de brigadeiro a 20 de outubro de 1869 e respeitado em todo o Rio Grande como homem de notáveis qualidades moraís, e que comandou fôrças farroupilhas no início da Revolução, assim se manifestou sôbre o ponto em estudo: "Jamais hei de marchar senão por princípios liberais, mas fundado no provado bem da Pátria e integridade do Império". (58)

O já mencionado Antonio de Souza Neto, em proclamação de 15 de junho de 1837, anunciando aos seus comandados "o têrmo da fatal guerra fratricida", disse: "Nossos irmãos de Pernambuco e Sergipe finalmente foram despertados do apático indiferentismo com que suportavam as péssimas algemas: o brado de liberdade e independência alçado no Continente alí foi repercutido e em pouco o Brasil inteiro o secundará, estabelecendo o único sistema compatível com o terreno Americano".

Antonio Paulino da Fontoura, um dos farroupilhas de maior influência e que foi vice-presidente da República, disse, em agôsto de 1837, ao representante diplomático do Brasil em Montevidéu "que julgando sua Província preparada suficientemente para que nela se estabelecesse o sistema republicano, tinha para isso trabalhado muitos anos e de boa fé, persuadido ao mesmo tempo que o referido sistema seria abraçado e seguido por todas as Províncias do Império". (59)

---

(57) — Proclamação de 5-I-1836, no Arquivo cit.

(58) — Revoluções Cisplatinas, 650, reproduzidas na História da Grande Revolução, III, 23.

(59) — Ofício reservado n.º 13, de Manoel de Almeida Vasconcelos ao ministro das Relações Exteriores do Brasil, de 20-VIII,1837, no Itamaratí.

Bento Gonçalves, na citada carta de 15 de março de 1840, ao brigadeiro João de Deus Menna Barreto, reafirmou os sentimentos de brasilidade dos farroupilhas, unísonos com os seus: "Ah! nem eu nem os riograndenses desejamos desligar-nos absolutamente do Brasil. Tempo virá, talvez em que por fatos possa convencer-vos desta verdade".

Cinco anos depois via o intrépido chefe farroupilha confirmadas suas afirmativas, exuberantemente, pelos fatos, que demonstraram e evidenciaram que êle não foi o "convictíssimo, intransigente separatista", com que se pretende disvirtuar a honestidade de suas declarações e a pureza de seus sentimentos de lealdade, que êle se comprazia em proclamar asseverando: "a vileza não caberá nunca em meu peito nobre e leal".

Confirmando êsse seu modo de sentir e agir disse, em 1840, ao general Andréa, tratando da pacificação, que "era inimigo da sedução e do engano" e que amava "em extremo a franqueza, filha da boa fé e da sinceridade". (60)

Dias antes, acusando o recebimento da comunicação do general Andréa, sôbre a maioridade do Imperador, dissera que em seguida a essa grata notícia, de que já havia tido conhecimento, abrira entendimentos com o govêrno imperial, por intermédio dos ministros, e acrescentou: "E' de esperar que mui breve receba resposta ou decisão dêles e então, me persuado, que, sem quebra da União e integridade do Império se apagará o archote da guerra civil nos braços da concórdia e da fraternidade". (61)

Caxias, em 1844, antes de seguir para o local em que devia encontrar-se com Bento Gonçalves para entrarem em entendimento sôbre a paz, observando à Dionisio Amaro que não houvesse "alguma falta de fé", teve como resposta: "Bento Gonçalves é incapaz de praticar uma traição, e eu de ser instrumento dela". (62)

---

(60) — Carta de 28-VIII-1840.

(61) — Ofício de 23-VIII-1840, cujo original se acha na Biblioteca Nacional.

(62) — Política Brasileira, II, 346, transcrita na História da Grande Revolução, VI, 299.

Em fevereiro de 1845 ficou resolvida a paz com a reencorporação do Rio Grande ao Brasil, sem que se realizasse o sonho federativo. Para isso concorreu Bento Gonçalves, não só tratando-a diretamente com Caxias, como com o seguinte parecer: "Tendo pois, emitido minha opinião resta-me repetir-vos que a paz é absolutamente necessária, que os meios de prosseguir na guerra se escasseiam, o espírito público clama contra qualquer idéia que tenda a prolongar seus sofrimentos, classificando de guerra caprichosa a continuação da atual; uma reconciliação é sempre preferível aos azares de uma derrota, a história antiga e moderna nos oferece mil exemplos que não devemos desprezar.

Compenetrai-vos desta verdade e evitai quanto puderdes os funestos sucessos que vão aparecer a prevalecerem as bravatas contra os conselhos da sã razão". (63)

Em 1844, tratando com o barão de Caxias, da paz, depois de acentuar a necessidade desta sob o ponto de vista interno, acrescentou: "e mais que tudo impondo respeito, ao feroz inimigo que nos ameaça para o que a-pesar-de velho e cansado prestarei gostoso meus débeis serviços, a par de meus irmãos brasileiros". (64)

Ao contrário do dr. Varela, que vê fingimento nessas manifestações do grande chefe farroupilha, nós acreditamos na pureza de suas afirmativas. Elas têm, sem dúvida, o cunho da sinceridade e não há de ser a mentalidade de quem espôsa o conceito oprobioso do fingimento que há de transplantar de certos escritores de um país vizinho, para a nossa história, com aplausos dos homens de bem e contra a verdade histórica, êsse desdourante conceito, para justificar falsidades ou cohonestar idéias que se alicerçam em deplorável, exotismo, que é o fermento inexgotável da paixão que atropela o autor citado.

Outra prova de que Bento Gonçalves não esteve "à testa de uma guerra separatista no sul" (65) e sim de uma Revolução com o objetivo de implantar o regime federativo no Bra-

(63) — Ofício ao general Canabarro, de 22-II-1845.
(64) — Carta de 13 de outubro de 1844.
(65) — Duas Grandes Intrigas, II, 275.

sil inteiro, têmo-la na carta de Domingos José de Almeida ao major Manoel Ribeiro de Moraes, onde afirma que o chefe do Estado "se empenha de coração na manutenção dos princípios republicanos, que se ufana de professar e que se empenha por estabelecer em todo o Brasil". (66)

Outra significação não tem, outra cousa não expressa, o importante documento convocando, a 13 de julho de 1842, a Assembléia Constituinte, onde considera os deputados riograndenses como futuros "libertadores do Brasil inteiro".

Como um protesto, aos que haviam de acoimá-lo com a inventiva de "separatista intransigente", o grande chefe farroupilha, em proclamação dirigida aos brasileiros, a 11 de março de 1843, assim se manifestou: "ligados pelos vínculos do sangue, da religião, do interêsse e da amizade, professamos princípios, idéias e pensamentos idênticos".

Ulhoa Cintra, um dos maiores vultos da Grande Revolução, pela inteligência, cultura e apreciáveis qualidades morais, assim terminou um artigo inserto na **Sentinela** de 15 de março de 1843: "O triunfo dos riograndenses importa no triunfo da liberdade do Brasil".

Êste juizo, de homem de tanto valor e de grande prestígio e que foi ministro diversas vezes da República Riograndense, repele a afirmativa de que a revolução farroupilha logo depois de seu início "tomou feição anti-brasileira e radicalmente secionista". (67)

O Dr. Varela contra todas as provas documentais, provas essas em pleno acôrdo com os fatos e com a conduta dos farroupilhas, afirma que a Revolução de 1835 teve "caráter inequivocamente separatista" (68) e assevera, incorrendo na mesma falta, "que o espírito separatista vivia ainda fremente, depois da paz de 1845". (69)

Caxias em seu relatório apresentado à Assembléia Provincial, a 1.º de março de 1846, disse: "Está em paz esta

(66) — Carta de 18-V-1841.
(67) — Política Brasileira, II, 427, republicada na História da Grande Revolução, VI, 7.
(68) — Idem, I, 249, História da Grande Revolução, IV, 244.
(69) — Idem, 427, História da Grande Revolução, VI, 7.

parte do Império; e em tão boa e consolidada paz, que após nove anos e meio de uma guerra, que apenas terminou a 28 de fevereiro de 1845, francamente se póde atravessar esta vasta campanha, sem se encontrar um só homem armado, que ainda dispute sôbre exageradas idéias que já o tempo consumiu".

Desautorizam a fremência separatista depois da paz em 1845 os atos dos maiores expoentes do farrapismo, em defeza da integridade do Brasil, em três campanhas havidas depois daquela data.

Todos os grandes chefes farrapos foram os principais comandantes em 1851, contra Rozas; em 1864, contra os blancos uruguaios e em 1865, contra Solano Lopez. Para essas três campanhas foi mobilizada a massa de riograndenses válidos.

Manoel Lucas de Oliveira que foi um dos maiores homens de 35, desautoriza a afirmativa do dr. Varela.

Em longo manifesto de 1859, disse êsse intrépido e ilustre riograndense: "A revolução da província tinha tocado ao seu têrmo. Suas aspirações prematuras foram renunciadas, em face das largas concessões da munificiência imperial. Os bravos que a sustentaram, restituídos ao afetuoso regaço da Pátria comum, tiveram ocasião — muitos dêles — de se ilustrarem e servirem gloriosamente sob o pavilhão do Império.

"Levado pelo fervor e sinceridade de minhas crenças a compartir da sorte dêssa plêiade valorosa de guerreiros, não coro, de um só ato, que possa, ainda de leve, marear minha reputação. Antes tenho tido a glória de ser um daqueles que se opuzeram com inabalável tenacidade, a que o Rio Grande do Sul fizesse parte integrante da Confederação Argentina; para o que eramos incessantemente convidados pelo govêrno de Oribe, por parte do ex-ditador Rozas.

"Como um dos primeiros magistrados que eu era então do govêrno da extinta República Riograndense, tenho conciência de haver influído nessa recusa constante, que tanto nos honra.

Repelimos as armas estrangeiras, porque o sangue que as deveria tingir era de Irmãos". ([70])

Êsse mesmo Manoel Lucas, em carta ao barão Homem de Mello, quando Presidente do Rio Grande do Sul, enviando o manifesto assinado por 17 chefes da oposição farroupilha, em 18 de fevereiro de 1843, disse: "Tenho o prazer de oferecer a V. Excia. para a história pátria o documento incluso, o qual muito concorreu para o regresso desta Província à União Brasileira, depois de nos despedaçar-mos dez anos — Irmãos contra Irmãos, em uma luta tenaz. Cumprindo-me manifestar a V. Excia. que êsses dezesete membros da oposição que vão consignados no documento foram os que, firmemente unidos, arrancaram o Rio Grande do Sul dessa aliança bárbara e selvagem do ex-ditador Rozas e seu lugar-tenente o despota Manoel Oribe". ([71])

Domingos José de Almeida, a inteligência lúcida e portentosa, que orientou, que organizou a administração da República, que colaborou no projeto da Constituïção de 1842, que foi o maior jornalista farroupilha que, quasi só, manteve **O Povo**, disse em 1863: "Não cabe em um comunicado numerar todos os fatos magnânimos dessa revolução e nem devo agora confrontá-los com os praticados pelos seus adversários, por aqueles que a excitaram e sustentaram até que tendo por intrigas de optarmos à união com um estranho que instantemente a solicitava ou voltarmos aos nossos, não trepidamos em abraçar a estes". ([72])

As manifestações que acabamos de transcrevrer, combinadas com os reiterados desejos federativos no decurso da Revolução e com o sentido brasileiro das diversas negociações de paz até a realização desta em 1845, provam que o ato separatista de 1836 foi um simples recurso e que nunca representou para seus autores nem para os que com êle concordaram e defenderam-no, a finalidade do movimento.

([70]) — Manifesto impresso em 1859, na Tipografia de Carlos de Koseritz, em Pelotas.

([71]) — Carta de 4-VI-1867, cujo original se acha na Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

([72]) — Documento existente no Arquivo e Museu Histórico do Rio Grande do Sul.

Erram, pois, os que impressionados por êsse ato consideram-no como a causa mater da Revolução, quando êle foi apenas, na realidade, simples efeito dessa causa, que era, como já ficou dito e convém repetir aquí, o regime federativo sob a bandeira do Brasil.

JUIZO DOS HISTORIADORES

Contra o parecer do dr. Varela, de que o movimento farroupilha, foi "uma guerra separatista", visto que essa luta tomou "feição anti-brasileira e radicalmente seccionista", contra essas afirmativas vagas e tendenciosas, existe o juizo dos maiores expoentes de nossa história e de individualidades de destaque na política e conhecedores do nosso passado.

O dr. Assis Brasil, que foi dos primeiros riograndenses que estudaram a Revolução farroupilha, disse em 1882: "Nunca os homens que fizeram a revolução pensaram, antes dela, na separação da província".

Aos que quiserem objetar que o ilustre publicista transcrito nega a idéia separatista antes da revolução, responderemos, com as suas próprias palavras, no magnífico discurso pronunciado em Pôrto Alegre, a 15 de março de 1883, — como apareceu a idéia separatista depois e qual a sua verdadeira significação.

Opondo-se a idéia do desmembramento que alguém sustentava em 1883, disse Assis Brasil: "Orgulhemo-nos de conservar ileso e honrado o patrimônio que nas nossas mãos depositarão os n o s s o s antepassados. Nós, republicanos, somos os verdadeiros respeitadores do passado no que êle tem de respeitavel. Não; esta idéia não medrará na heróica província do Rio Grande, que mesmo quando se viu mais cruelmente espisinhada pela tirania do centro, em 1835, não ousou desfraldar a bandeira do fracionamento. Mas tarde, levada a levantar o brado da independência, e ainda mesmo depois dêsse brado, teve a sabedoria e o amor bastantes para proclamar que era apenas transitória, que era apenas temporária a separação do grêmio brasileiro e que todas as provín-

cias que adotassem o mesmo sistema de govêrno viriam unir-se com ela para constituir novamente a grande nacionalidade.

"E' esta a tradição gloriosa do Rio Grande, que devemos conservar sem mácula para que seja perpètuamente o nosso melhor padrão de glória. Mais ignorantes do que nós, porém talvez mais patriotas, os homens de 35, mesmo na efervescência das correrias revolucionárias, sempre souberam manter o nobre caráter riograndense, nunca foram separatistas". ([73]).

Tristão de Alencar Araripe, que devido suas idéias monarquicas não simpatizava com a República Riograndense, fez, entretanto, justiça aos sentimentos de brasilidade dos farroupilhas.

Parecia-lhe, em 1880, que os riograndenses não tiveram "jamais o pensamento definitivamente assentado da separação da nossa nacionalidade, salva a pequena facção dos agitadores idealistas".

Para comprovar seu juizo emitiu estas considerações: "Se por ventura os rebeldes tivessem em mente a idéia de separação sem regresso, um de seus primeiros atos teria sido o de confraternização formal e expressa com as repúblicas vizinhas; isso, porém, nunca fizeram.

"A conservação das leis imperiais e êsse retraimento, que os não deixava fazer causa comum com os democratas limítrofes, indicam, que no ânimo dos rebeldes nunca desapareceu a idéia de regresso à união brasileira". ([74]).

Levi Carneiro em seu magistral estudo, citado, assevera que "no ânimo dos republicanos de Piratiní nunca fraqueou o sentimento nacional".

Reforçando êsse conceito e esclarecendo o ideal farroupilha acrescentou: "Souberam conciliar o particularismo com o nacionalismo. Não se confundia a reivindicação da autonomia local com o separatismo impatriótico".

Mansueto Bernardi, depois de examinar longamente a atuação e as manifestações dos farroupilhas no decurso da

([73]) — União Nacional, 43, 44.
([74]) — Guerra Civil no Rio Grande do Sul, *in* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 43, 121.

portentosa cruzada, assim se externou: "essas palavras, proclamações e confissões íntimas são de molde a desfazer quaisquer dúvidas e a capacitar os mais incrédulos acêrca dos sentimentos de verdadeira brasilidade sempre alimentados pelos pro-homens farroupilhas". (75).

João Pandiá Calogeras, em estudo de 1928, assevera que na tentativa de 1835-1845, nos Farrapos, dominava a noção de autonomia incomparàvelmente mais do que a da independencia. (76).

Conseqüente com êsse julgamento reafirma em 1930: "Não é possível dizer que fôsse ponto vital do programa rebelde a separação do Império". (77).

Em um de seus últimos estudos, publicado em 1933, mais senhor do assunto, fez esta afirmativa: "Com razão notam os autores que a separação definitiva do Brasil da província revoltada, não era ponto do programa revolucionário". (78).

O dr. Getulio Vargas, que é um dos sabedores do nosso passado, que conhece a fundo a nossa formação histórica e a dos países platinos, através de seus historiadores e sociólogos, quando presidente do Rio Grande do Sul, disse em Pôrto Alegre, a 9 de julho de 1929, aos acadêmicos gaúchos que deviam embarcar para o norte do país: "Declarem aos seus colegas do Norte que o Rio Grande ao contrário do que propalam, não é, não foi e nunca será separatista" e acrescentou: "Os fatos e o procedimento dos filhos do Rio Grande do Sul não autorizam semelhante mal entendido.

"O Brasil poderá sempre contar com os gaúchos, que jamais desampararam a nacionalidade em momentos das mais profundas crises sociais e políticas".

Em discurso pronunciado em Pôrto Alegre, a 24 de novembro de 1934, por ocasião de sua passagem, por alí, com destino a S. Borja, reafirmou êsses conceitos dizendo que "a arrancada gloriosa de 1835", para "certos juizes apressados", extendia sôbre a nossa tradição, a "mácula separatista" e acentuou,

(75) — Obra cit. 524.
(76) — Res Nostra, 287.
(77) — Formação da História do Brasil, 188.
(78) — A Política Exterior do Império, III; 63.

como que vizando um dêsses juizes, que "a crônica corajosa dos farroupilhas servia de pasto e repasto a opiniões suspicazes e odientas".

O dr. Ariosto Pinto, já citado, negando o "pendor separatista" dos farroupilhas, observou: "Acontecimentos de mór valia, fatos de significação ineludível e testemunhos de suspeição irrefragável, convencem-nos de que os mais destacados farroupilhas, em tempo algum, deixaram de vibrar patriòticamente com os sentimentos vivazes da brasilidade.

"A República de Piratiní surge, conseguintemente, como uma página admirável de civismo brasileiro, e dignos, por sem dúvida, seus heróis e mártires, das homenagens respeitosas da Nação, neste culto que ora lhes tributamos".

Salis Goulart, sociólogo de grande mérito além das fronteiras nacionais, depois de examinar atentamente a formação do povo riograndense, conceitua: "O que afinal resultava de tudo isso era que a alma riograndense repelia **in totum** a federação com os povos platinos.

"Os esforços de Lavalleja e de Rozas nesse sentido foram improfícuos.

"E' que contra o castelhanismo se insurgia tenazmente todo o nosso passado, todas as nossas tradições". (79).

Opomos estes conceitos, de quem sentiu, auscultou e penetrou fundo na alma riograndense, aos estos da paixão platina que inflama e perturba o ânimo do dr. Alfredo Varela, fazendo-o concordar com o dr. Basilio de Magalhães quando êsse assevera que "o Rio Grande é uma terra saturada de castelhanismo". (80).

O general Borges Fortes, que pelos seus eruditos estudos sôbre o passado riograndense figura hoje em destaque entre os nossos historiadores, assim se manifestou sôbre o ponto em aprêço: "O Instituto Histórico tem como uma de suas finalidades estirpar a mentira e estabelecer o domínio da verdade. De minha parte contribuirei para isso na medida de minha capacidade porque revoltam-me as balelas de ger-

(79) — A Formação do Rio Grande do Sul, 205.
(80) — História da Grande Revolução, I, 243.

manismo e separatismo, falsas, falsíssimas, sem base, artificiais.

"O Rio Grande do Sul é fundamentalmente brasileiro; jamais disvirtuou-se do mais ardente nacionalismo.

"Revolto-me contra essas deturpações que não podem alçar os degraus imaculáveis da História". ([81]).

Walter Spalding, jovem e inteligente escriptor, que conquistou brilhantemente uma cadeira no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, onde se destaca pela sua operosidade e que se tem dedicado ao estudo do decênio farroupilha, assevera que "o movimento de 35 não teve cunho separatista". ([82]).

O general Alfredo Assumpção, já mencionado, referindo-se á campanha contra as idéias de separação prègadas pelo dr. Alfredo Varela, disse: "Nesse trabalho de contestação, bastaria o exame de numerosos documentos existentes e acompanhar com interêsse a correspondência trocada entre os chefes que conduziram a memorável ação no Rio Grande e os que no mesmo sentido, preparavam fora a resistência, de acôrdo com as idéias do programa liberal, para fazer recuar ao ponto de origem e anular, como inane, a afirmativa de que aquele movimento foi anti-brasileiro e obra de mero desejo separatista".

Fernando Callage que pelos seus estudos sôbre o decênio heróico conquistou um pôsto de destaque entre os historiadores dessa cruzada memorável disse: "Ha muita gente que desconhece, totalmente, as causas da revolução farroupilha de 1835. Geralmente quando se referem a ela o fazem com o espírito preconcebido de afirmar que o movimento foi positivamente separatista.

"Não é verdade. O movimento surrecional, encabeçado pelo coronel Bento Gonçalves da Silva, foi profundamente republicano e ideológico". ([83]).

([81]) — A Estância, 5, discurso pronunciado ao tomar posse no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

([82]) — Bento Gonçalves, Republicanismo e Separatismo, *in* Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 14.°, 45.

([83]) — Artigo no "Radical", do Rio de Janeiro, de 1-VI-1933.

Mais tarde, estudando a figura extraordinária de Antônio de Souza Neto, disse: "Contra o separatismo apregoado por quem desconhece a nossa história, oporemos o nosso acendrado amor á terra brasileira — porque toda a nossa história é feita de bravura, em defesa do solo sagrado da pátria". (84).

E, finalmente, em magnífico estudo onde revela apreciáveis qualidades de investigador e de exegeta e amplo descortino sôbre o nosso passado, nega, em diversas páginas, sempre escudado nos fatos e nos documentos, a existência do "separatismo, de que tanto fazem alarde os detratores da revolução". (85).

Othelo Rosa, já citado, e que a simples menção de seu nome evidencia uma autoridade no assunto de que se trata, assim se externa: "Injusta, a afirmação do separatismo; injusta, a ausência de sentimento de brasilidade". (86).

E mais tarde, falando em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, sôbre o ideal dos farroupilhas, disse, dirigindo-se ás professoras gaúchas: "Indicai, na trama da revolta, o espírito de brasilidade, de fidelidade á grande Pátria, que nesses varões impolutos se conservou tenaz e forte, mesmo nas horas mais tormentosas do prélio e do dissidio". (87).

Em erudita conferência, em memorável sessão do Instituto riograndense, dirigindo-se aos seus confrades, assim lhes falou: "Senhores: A reunião de hoje do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, é um ato de reparação. Queremos, todos nós que dentro desta casa vivemos no culto quotidiano das tradições de nossa terra e da nossa gente, articular as razões fundadas e lógicas por que recusamos a tese do separatismo farroupilha. Consideramos a arguição improcedente e injusta, em face dos documntos e das provas, que exibí. E é tempo, senhores, de limpar dessa mácula a memória do farrapo. Comemorando o centenário da revolução de 1835, com a intensidade cívica que nos é inerente que-

(84) — "Correio da Manhã", do Rio de Janeiro, de abril de 1934.
(85) — A Guerra dos Farrapos, 49.
(86) — "Correio do Povo", de Pôrto Alegre, de 19-IX-1933.
(87) — Idem, de 17-IV-1934.

remos fazê-lo com a sinceridade de espírito que nos vem da certeza de que estamos, os homens de hoje, no Rio Grande, dentro do idealismo soberbo, que foi o apanágio dos homens de ontem, e que lança as suas profundas raízes na devoção, no amor ao incomparável patrimônio moral da raça brasileira.

"Não fomos, em 1835, nem seremos, em 1935, o filho pródigo, arredio da casa paterna, deslembrado dos invioláveis deveres assumidos com a Pátria. Antes, senhores, no fogão gaúcho, aceso num galpão de estância, ou na linha sinuosa de uma coxilha, viveu sempre, e sempre palpitou a imagem divina dessa Pátria, pela qual o riograndense tantas vezes morreu, olhando bem de face os céus azues, tranquilos, magestosos, que cobrem o Brasil todo". ([88]).

Alcides Bezerra, no prefácio citado consignou mais estes conceitos de grande relevância, no caso em aprêço: "A estampa dos documentos riograndenses da década memorável, que vai de 1835 a 1845, se porventura não se impusesse pela necessidade de esclarecer a história pátria no seus momentos decisivos, devia ser feita, ao menos, para redimir aqueles denodados patriotas da pecha de separatistas e de maus brasileiros, que historiadores nossos, insuficientemente informados, lhes teem querido irrogar".

Depois de várias considerações provando a existência da idéia federativa entre os farroupilhas, acrescentou: "Não houve, pois, propositos separatistas ou de afastamento definitivo da comunidade nacional, alicerçados em antagonismos de cultura ou em diferenciações raciais.

"Jamais o Rio Grande pensou em deixar de ser brasileiro. E' por isso que a comemoração do centenário da República riograndense deve revestir caráter nacional e enquadrar-se na evolução democrática do país êsse movimento político".

Alcides Maya, embaixador literário do Rio Grande do Sul na Academia Brasileira de Letras, vasta e sólida cultura,

---

([88]) — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 18.°, 264.

comprovada brilhantemente pelos seus estudos de sociologia, de crítica literária, de filosofia e de história e estilista consagrado, em reünião da Grande Comissão do Centenário Farroupilha, em Pôrto Alegre, depois de afirmar que o "esfôrço riograndense em 1835 foi em prol da evolução política do Brasil", acrescentou: "e, neste momento, em que nos reünimos pela primeira vez, sem nenhuma outra preocupação, nós devemos consagrar êste princípio: a revolução de 1835 é um episódio nacional e não um episódio regional". (89).

Mais tarde, estudando a personalidade de Domingos José de Almeida, o grande estadista farroupilha, reafirmou o conceito acima, nos seguintes termos: "O que, a bem dizer, sempre nos dominou, militar e civilmente, desde as origens coloniais até a época dos farrapos, e mais tarde, contadas guerras, revoluções, lutas de partidos, foi um senso íntimo coletivo de sadio brasileirismo, aceito o alto significado dêsse termo". (90).

Lúcia Regina, inteligente e culta escritora sul riograndense, compartilhando dos que no Rio Grande do Sul solicitam a contribuïção do govêno federal para a comemoração do primeiro centenário da Grande Revolução, erigindo tres palácios, sendo um cada uma das tres capitais da República Riograndense, justifica sua atitude, com admirável visão do ideal farroupilha, dizendo que a construção solicitada "valerá mais que uma simples contribuïção material de incontestável alcance prático — porque terá por si o sentido profundo e a alta missão de proclamar às gerações presentes e vindouras o espírito de brasilidade, animador das façanhas épicas e ingentes sacrifícios, que imortalizaram a bravura gaúcha, no decênio dos farrapos". (91).

Na mensagem que os actuais habitantes das tres antigas capitais da República Riograndense dirigiram ao govêrno brasileiro, solicitando a construção em cada uma delas de um **Palácio Farroupilha,** assim se justifica a solicitação: "Êste

(89) — "Correio do Povo", de Pôrto Alegre, de 2-II-1933.
(90) — Idem, de 9-IX-1934.
(91) — Idem, de 4-II-1934.

apêlo ao patriótico govêrno federal é a afirmação nacionalista de tudo o que animou a 35". (92).

Aurélio Pôrto, já citado, e que maior realce deu aos seus méritos de conhecedor de nosso passado com as eruditas anotações do **Processo dos Farrapos,** assevera que a separação "foi um meio, nunca um fim: o riograndense nunca foi separatista. O orgulho de ser brasileiro preponderou em todas as suas ações", e acrescentou que a revolução farroupilha "é nacional, profundamente nacional, pelas suas origens, pelos seus fundamentos, pela sua própria conciência" e observou: "quem emprestar a êsse movimento o cunho de separatismo, anda longe da verdade ou faz praça de uma mentira histórica". (93).

Rubens Barcelos, uma das maiores inteligências e dos espíritos mais cultos da geração moça do Rio Grande do Sul, dolorosamente inutilizado para os trabalhos mentais, nos primeiros anos de sua mocidade radiosa, deixou, de suas locubrações sôbre nosso passado, que êle examinou a fundo e tão lùcidamente interpretou, estas afirmativas em seu magnífico estudo **A ideologia separatista e o caráter riograndense:** "Enquadrada nessa fase de reorganisação nacional a epopéia de 35, pelas suas finalidades e tendências, não difere das comoções do Norte, nem dos levantes paulista e mineiro.

"A sua grandeza vem da extensão e duração da luta, da firmeza do ideal, proporcionada pela capacidade militar, da sociedade pastora educada na guerra.

"Os revolucionários queriam a república não passando o desmembramento de um meio acidental de conquistá-la. Jamais se obliterou nos chefes do memorável episódio o sentimento de nacionalidade.

"Repelindo a opressão do centralismo monárquico, os farroupilhas aceitaram a transitoriedade do desmembramento pelo amor da República, mas sem quebrar a solidariedade com a grande Pátria, e animados pela esperança de nela viverem livremente. Tal é a voz da história".

---

(92) — Idem, de 8-II-1934.
(93) — "Jornal do Brasil", do Rio de Janeiro, de 19-VIII-1934.

Virgílio Correia Filho, que pela sua brilhante cultura e alto espírito de justiça e de reconhecida independência, é uma das vozes mais autorizadas entre os grandes conhecedores do nosso passado, disse, como que respondendo ao autor da invenção de que os riograndenses foram separatistas antes, durante e depois da Revolução: "Ainda que o sonho separatista escaldasse a imaginação de um ou outro extremista, seria duvidoso que a maioria se harmonizasse em tôrno dêsse princípio, para se aproximar das repúblicas platinas, de que os separavam a língua, a origem, e mais que tudo as tradições do passado belicoso, que lembravam as lutas pertinazes, em que se engalfinharam, de um lado e de outro da fronteira, na defesa dos seus respectivos territórios.

"A irritação política, por mais justificável que fôsse em suas expansões violentas, passaria, com o predomínio dos homens que a provocassem. Depois, a identidade de origem, a comunhão leal nas mesmas aspirações patrióticas diante do inimigo astuto, a tolerância mútua e esquecimento dos agravos porventura recebidos, integrariam de novo no todo nacional os elementos, que provisòriamente se consideraram dele desligados.

"E a união se reforçou, cada vez mais intensa, em desafio às extemporâneas excavações de temas caducos, que a realidade se incumbe de contestar". (94).

O eminente dr. Borges de Medeiros, homem de govêrno, homem público, homem privado de excecionais virtudes, conhecedor como poucos de nossa gente e de suas tradições, espírito investigador e culto, negando, em 1929 a existência de idéias separatistas no Rio Grande do Sul, asseverou: "Não ha corrente separatista. Ninguem a sério pensa nisso. Nosso povo em todos os tempos foi contra isso. Já em 1835 o demonstrou".

O Dr. Castilhos Goycochêa, membro da Academia Carioca de Letras, autor de interessante estudo psicológico — **O super humanismo de Vicente Licínio** — e de outros trabalhos de mérito literário, que evidenciam seus conhecimentos histórí-

(94) — "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, de 2-IX-1934.

cos, na carta já citada, que provocou o parecer do Instituto Histórico riograndense, negando apôio às idéias separatistas do dr. Varela e que êste pretendeu transferí-las aos farroupilhas, declara que "nunca soube de fato ou de simples indício de que na terra pampeana se houvesse cogitado, sèriamente de separação. Um ou outro caso isolado de ideal separatista não pode servir para um argumento a ser tido em conta". (95).

Carlos Maul, conhecido na imprensa e na vida literária do país, e que últimamente se tem consagrado aos estudos históricos e que elabora, neste momento, um trabalho sôbre a cruzada farroupilha, disse, em recente entrevista: "Ha muito que estava nas minhas cogitações escrever um livro fixando certos aspectos da epopéia farroupilha. Como todas as revoluções brasileiras de fundo republicano, essa não escapou á pecha de separatista. E, como todas as que a precederam, ela não merece êsse epíteto, arma com que a monarquia impopularizava os movimentos que lhe eram contrários". (96).

Eduardo Duarte, secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, assim explicou em relatório a não concordância do Instituto com as idéias do dr. Varela: "A publicação foi feita e entregue ao govêrno do Estado.

"E' de notar, entretanto, que o dr. Varela em certos pontos de vista divulgados em seu afanoso trabalho, nem sempre encontrou o apôio de muitos de nossos consócios (97).

"O fato, porém, não tem a importância que se lhe queira emprestar, com menos cabo para o Instituto, pois que êste apenas patrocinou a publicação, não querendo com isso dizer que esposava as idéias do autor". (98).

Ficaram assim barradas as insinuações capciosas com que o dr. Varela procurou incutir a concordância daquela presti-

(95) — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 18.°, 268.

(96) — "Correio da Manhã", do Rio de Janeiro, de 19-I-1935.

(97) — Ha generosidade nestas expressões do dr. Duarte: "muitos de nossos consócios", visto que a repulsa foi geral. Só se conhecem opiniões contrárias ás idéias separatistas do dr. Varela e nenhuma a favor.

(98) — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 18.°, 3 16.

giosa associação com as suas idéias, declarando que a **História da Grande Revolução**, é um "edifício comemorativo erguido sob os auspícios do Instituto Histórico do Sul". (99).

Repeli essa insinuação nestes termos: "E' preciso de uma vez para sempre desfazer o embuste: o Instituto não subscreve, não endossa, não aceita as idéias separatistas do dr. Alfredo Varela — repele-as". (100).

O dr. Castilhos Goycochêa, com quem eu ainda não tinha relações pessoais, provocou sôbre o assunto manifestações daquela douta instituição e daí o parecer dado por uma comissão nomeada para êsse fim, onde se lê: "Em referência á debatida tese do separatismo, nenhuma dúvida pode existir, quanto à orientação do Instituto".

"Naquelas publicações, que envolvem a responsabilidade da casa; nas suas solenidades e comemorações; na palavra de seus intérpretes oficiais, o Instituto tem reiterada e sistemàticamente negado o seu apôio a essa opinião, exposada pelo dr. Alfredo Varela, de que houvesse, no espírito dos revolucionários de 1835, a idéia da separação do Rio Grande do Sul, da comunhão nacional". (101).

Quem animado de bôas intenções, com a inteligência ao serviço da verdade e da justiça, estudar a cruzada farroupilha, ha de verificar que nunca as alegrias dos triunfos, nem as angústias dos desastres, turbaram no ânimo dos riograndenses o sentimento de brasilidade; que êsse sentimento foi mantido íntegro e sublime, em todas as fases da luta.

O ato separatista de 1836, como simples recurso que foi, para se atingir a finalidade da Revolução, não podia ter, como não teve, forças para romper os laços sagrados e vigorosos da união psíquica em que vivemos e que tem mantido a integridade do Brasil, que não é um milagre, como se tem dito, e, sim, o fruto da alma de uma raça.

Somos novos na América, mas quando os nossos maiores aqui aportaram, possuíam a comunhão de sentimentos, de

---

(99) — "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, de 20-V-1934.
(100) — Idem, de 22-VII-1934.
(101) — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 18, 271.

idéias, de crenças e de interêsses, criadas por lentas acumulações hereditárias, que sempre dá à constituïção mental de um povo uma grande identidade e uma grande fixidez, segundo a lição de Gustavo Le Bon.

Na formação do povo riograndense, originário de casais açorianos e de brasileiros de São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Baía, reside a explicação da homogeneidade dêsse povo e de seus profundos sentimentos patrióticos, de que tem dado provas excecionais, em todas as situações difíceis, por que tem passado a nacionalidade, em seus conflitos internacionais. Os riograndenses foram sempre, desde 1763 a 1870, os primeiros a empunhar as armas e os últimos a ensarilhá-las.

A verdade histórica, amparada nos fatos e nos documentos, desautoriza a afirmativa dos que negam sentimento de brasilidade aos riograndenses do sul.

Êsses sentimentos teem como penhor seguro, sincero, forte, indestrutível, o heróico sacrifício de sangue, no mais alto grau, em todas as lutas externas da nacionalidade, principalmente no extremo meridional, onde essas lutas se prolongaram por três quartos de século a fio e, dêsse modo, três gerações alí nasceram, viveram e morreram, sob o fragor das batalhas e compartilhando nestas, contra os que lutaram em vão para a conquista de nossa terra.

Grupados os homens, a princípio, para o trabalho e para a defesa, sob a disciplina das estâncias; integrados, em seguida, na vida social, sob a influência benéfica da mulher, que tem sido o cadinho purificador de nossos sentimentos; arregimentados, depois, para a defesa da Pátria, nos corpos de voluntários, nas unidades de 2.ª linha, nos gloriosos regimentos de guardas nacionais, sob o comando quasi sempre dos estancieiros e não raro por estes alimentados e fardados, constituindo assim verdadeiras mesnadas de lanças fornidas, a semelhança dos contingentes dos barões feudais, com a diferença que a contribuïção dêstes era obrigatória e a dos nossos espontânea e patriótica; disseminados pelo exército nacional, como soldados, como oficiais, como comandantes, como generais: se fizeram, os homens do Rio

Grande do Sul, em sua totalidade, soldados do Brasil e nunca foram excedidos no ardor e na constância, defendendo a integridade territorial e os brios da nacionalidade.

A história ardente da integração do território brasileiro no extremo sul, não admite, repele, a lenda fria do desmembramento.

O desprendimento é uma das mais rútilas das facetas da glória farroupilha, comparável aquela outra, onde fulgura o amor pelo Brasil.

O azinhavre separatista não poderá nunca empanar-lhes o brilho.

O SENTIDO BRASILEIRO DA REVOLUÇÃO ATRAVÉS DAS NEGOCIAÇÕES DE PAZ

Quem estudar a fundo a Revolução Farroupilha, somente por uma aberração poderá ver nessa cruzada portentosa "uma guerra separatista", tantos e tais são os documentos e os fatos que evidenciam que a sua finalidade era o estabelecimento da República Federal sob a bandeira do Brasil.

Se o que ficou exposto não elucidasse isso de modo absoluto, as diversas negociações de paz, no decurso da luta, serviriam para demonstrar o sentido brasileiro da Revolução.

E' um capítulo interessante êsse, o das negociações de paz. Vamos dá-lo em resumo aquí.

1836

Bento Gonçalves foi, entre os farroupilhas, um dos maiores paladinos da pacificação — foi êle o precursor das negociações de paz em 1836 e dos que mais colaboraram para a conclusão da luta em 1845, animado sempre pelo seu brasileirismo, como se ha de ver, e não trapaceando, nem fazendo dêsse sentimento uma arma pérfida ou máscara enganosa, como pretende o dr. Alfredo Varela.

Em fevereiro, Bento Gonçalves, condicionava a pacificação da Província à retirada do govêrno do dr. Araujo Ribeiro.

Dirigiu-lhe nesse sentido uma intimação, onde se lê: "As medidas, que levo indicadas, são as únicas, que a meu parecer poderão poupar o precioso sangue brasileiro, e pacificar imediatamente a província, visto que as fôrças do meu comando nada mais desejam que a paz e tranquilidade da mesma, a sustentação da Constituïção reformada, a integridade do Imperio, o govêrno do Sr. D. Pedro II e a gloriosa revolução de 20 de Setembro."

O dr. Araujo Ribeiro havia tomado posse do govêrno, perante a câmara da cidade de Rio Grande, a 15 de janeiro de 1836, por lhe ter sido negada a posse pela Assembléia Provincial que, em contraposição ao ato de Araujo Ribeiro, deu posse, a 16 de fevereiro, ao dr. Américo Cabral de Melo, um dos vice-presidentes eleitos.

Queria Bento Gonçalves a permanência do dr. Américo na presidência, com a retirada de Araujo Ribeiro.

Êste, como era lógico, não cedeu e essa recusa importou na continuação da luta e malogrou a primeira tentativa de paz.

Bento Gonçalves, porém, persistiu em seus desejos pacifistas e nesse sentido se dirigiu ao brigadeiro Manoel Carneiro da Silva Fontoura, a 21 de julho, pedindo-lhe uma conferência, que se realizou, no dia seguinte, na Várzea, em Pôrto Alegre, sem o resultado almejado.

Bento Manoel Ribeiro conhecendo os desejos de Bento Gonçalves a êste se dirigiu em agôsto seguinte, convidando-o para uma conferência afim de concertarem as bases de uma pacificação e remeteu uma carta do Regente, onde êste recomendava ao Comandante das armas legais "que fizesse esforços para extinguir a anarquia, com a menor efusão de sangue."

O Chefe farroupilha anuiu ao convite e teve com o seu homônimo uma conferência, tambem na Várzea, que durou mais de uma hora, ficando combinado que as bases da paz fôssem redigidas e apresentadas pelos imperiais, no dia seguinte.

De acôrdo com essa resolução foram a 17, apresentadas as condições que se resumiram na "entrega das armas" pelos revolucionários nos seguintes prazos:

a) Dentro de 24 horas, os que sitiavam a Capital;

b) Dentro de 5 dias, a guarnição de Itapoan;

c) Em 20 dias, as demais fôrças espalhadas pela Província.

Havia mais esta cláusula: "Os chefes mais comprometidos deviam evacuar a Província."

Bento Gonçalves, de acôrdo com o parecer de seus oficiais, considerou essas condições como uma intimação e as repeliu.

Ficou, porém, a tentá-lo um resto de esperança de paz e, assoberbado pelos desastres recentes das armas revolucionárias, escreveu, a 5 de setembro, a Bento Manoel: "Tocaio e amigo — O maior bem que V. S. e eu podemos fazer á nossa Pátria, na atual crise é promover-lhe a paz, evitando assim os novos males que a ameaçam; creio que a ambos nos sobram desejos disso. Eu não duvido que tudo se conseguirá uma vez que obremos conforme nossos corações, não prestando ouvidos a exigências exageradas.

"Julguei conveniente fazer esta proposição, preferindo a paz a uma batalha entre irmãos, cujo resultado a qualquer que sejam favoráveis custará muito derrame de sangue; e se V. S. prefere o mesmo, não nos faltarão meios de conseguirmos os fins a que nos propomos, contanto que elas sejam honrosas para ambos os partidos que estão em campo. Se nos dias passados nada se acordou, foi porque, por seus enviados, se me fizeram proposições muito opostas às que verbalmente haviamos acordado.

"A sua resposta decidirá ou do sossego da Província ou da continuação de seus males."

Bento Manoel, orgulhoso como era, estava ferido pela recusa altiva dos farroupilhas, acima citada, e ensoberbado pelos recentes triunfos obtidos, respondeu com rispidez denunciadora de seu estado de alma: "Ilmo. Sr. — Tocaio e amigo — Campo, 5 de setembro de 1836. Recebí sua comunicação e sinto já não poder anuir a nada; a tropa está desesperada e a sorte das armas decidirá visto a audácia com que os senhores seus companheiros decidiram na Olaria as nossas pacíficas proposições, o que chamaram intimação."

Cabe a Bento Manoel o malôgro desta tentativa. Não pôde, assim, se realizar o anelo de Bento Gonçalves, que preferia "a paz a uma batalha entre irmãos" porque a paz era "o maior bem" que se podia "fazer à nossa Pátria."

Residem nessas expressões, de Bento Gonçalves, provas elevadas de seus sentimentos patrióticos e evidenciam que seus pensamentos estavam inteiramente concentrados no Brasil, que obedeciam aos imperativos da ancestralidade, cimentada pelo sangue e pela língua — fatores principais da nossa conciência nacional e que é a fôrça vigorosa que mantém a integridade de nossa Pátria.

Ainda em dezembro de 1836, mais duas tentativas de paz foram feitas e ambas por iniciativa de Bento Manoel.

Parecerá a muita gente curioso êste procedimento do comandante das armas legais, visto que fôra pela sua intolerância que fracassaram os desejos de paz de Bento Gonçalves, manifestados em setembro dêsse ano, nas vésperas da proclamação da República, por Antônio Neto, no Seival.

A explicação desta nova norma de conduta de Bento Manoel reside, entretanto, no fato de haver êle mudado de política, orientado pelo presidente da Província, dr. Araújo Ribeiro, que havia pouco declarara que a solução para a crise em que se achava o Rio Grande "era dar o feito por não feito, e contemporizar" e acrescentou, convicto: "nem vejo por agora, que se possa fazer outro bem mais que restabelecer o govêrno legal." (102).

Fructuoso Rivera derrotado no Uruguai internou-se no Rio Grande em outubro de 1836, com cêrca de 500 homens.

Bento Manoel, com o fim de afastá-lo de sua fôrça, o convidou para uma entrevista em Caçapava.

O caudilho uruguai anuiu e revelou alí uma trama entre Rosas, Oribe e os farroupilhas, contra o Brasil.

Com o objetivo de frustrar o projeto denunciado e orientado pela norma de conduta traçada pelo presidente da Província, Bento Manoel, em palestra com o caudilho imigrado,

(102) — Ofício do ministro da Justiça, de 18-XI-1836.

disse que a paz com os farroupilhas seria um golpe fatal naquele plano sinistro.

Rivera concordou e se ofereceu para intermediário da paz. Foi aceito êsse oferecimento.

Rivera seguiu para o acampamento de Antônio Neto e com êste se entrevistou a 11 de dezembro, nos campos do Contrato.

O chefe farroupilha prometeu apresentar as condições de paz no dia seguinte. Rivera comunicou isso, imediatamente, a Bento Manoel que, por sua vez, nomeou, a 12, o coronel Gabriel Gomes Lisboa e o então major Manoel Luiz Osorio, para receberem as proposições de Souza Neto e tratarem com êste "uma suspensão de armas, por um têrmo que não exceda de três dias, os quais serão aproveitados em tratar da Convenção que V. S. me fez saber hoje, por conduto do general d. Fructuoso Rivera, estar disposto a efetuar para pôr têrmo à guerra que infelizmente está desolando esta Província".

Depois de outras considerações acrescentou Bento Manoel "me acho disposto a uma convenção que sendo proveitosa a V. S. e aos seus companheiros, seja ao mesmo tempo justa e decorosa à Nação". (103).

O galhardo chefe farroupilha, segundo documento firmado pelo comandante das armas legais, "se negou formalmente" a entrevista com os representantes do Império, "com míngua de civilidade militar" e não "se dignou falar aos oficiais enviados". (104).

O dr. Varela, entretanto, cita uma carta de Manoel Lucas, onde êste declara que a resposta aos imperiais foi que "o partido liberal tinha jurado á República e que só querendo êles o mesmo entraria em convenção". (105).

Seja, como fôr, fracassou a tentativa e Rivera procurou tirar partido dessa aproximação de Souza Neto, propondo uma

(103) — Ofício de Bento Manoel a Antônio Neto, datado da costa do Jaguarão, de 22-XII11836, no Arquivo e Museu Histórico do Rio Grande do Sul.

(104) — Ofício de Bento Manoel a Inácio Oribe, datado de Santa Tecla, de 26-XII-1836, no Arquivo e Museu Histórico do Rio Grande do Sul.

(105) — Revoluções Cisplatinas, reeditadas na História da Grande Revolução, III, 366.

intervenção a seu favor no Uruguai, que o chefe farroupilha não atendeu e acreditamos que dêsse desejo de Rivera deu conhecimento a Oribe, junto a quem, em seguida, mandou Joaquim Pedro Soares.

Bento Manoel supondo que a intervenção de Rivera fôsse um dos motivos principais do fracasso das negociações de paz, dirigiu-se, diretamente, a Souza Neto e conseguiu, com êste duas entrevistas, ainda em dezembro, uma a 28 e outra a 30.

Nada ficou assentado sôbre a paz, visto que isto era da alçada do govêrno republicano a quem Neto transmitiu, de viva voz, o que ocorrera naquelas entrevistas.

O presidente da República — José Gomes de Vasconcelos Jardim — respondeu a 31, estabelecendo como condição essencial para a paz "um explícito reconhecimento da república". ([106]).

Foram portadores dessa resposta Antônio Paulino da Fontoura e Joaquim Pedro Soares.

Na entrevista com Fructuoso Rivera haviam declarado os farroupilhas, segundo a carta de Manoel Lucas, citada, que o partido liberal tinha jurado a República e que só querendo" os imperiais "o mesmo entrariam em convenção".

Isso tudo importava, claramente, em permanecer nos princípios proclamados e jurados, a 6 de novembro de 1836, quando foi instalado o govêrno republicano, isto é: que o Rio Grande do Sul era "elevado à categoria de Estado livre, constitucional e independente, podendo ligar-se por laços federativos àquelas Províncias do Império que adotarem o mesmo sistema de govêrno.

Era isso, era a República Federativa para o Brasil, que êles estabeleciam como condição **sine qua non** para a paz e não a separação definitiva.

1837

Houve neste ano uma tentativa de paz, negociada pelo chefe de divisão João Pascoe Greenfell e o coronel João da

([106]) — Ofício de Bento Manoel a Araujo Ribeiro, de 1-I-1837.

Silva Tavares, por parte do Império, com o coronel republicano Domingos Crescêncio de Carvalho.

Para facilitar as negociações foi assignada, a 20 de maio, "uma suspensão de armas", que Crescêncio declarou, mais tarde, ter sido violada por Silva Tavares.

Fracassada esta tentativa de paz, o representante dos farroupilhas dirigiu uma longa proclamação aos brasileiros onde é evidenciado o espírito de brasilidade da Revolução.

Nessa proclamação o chefe farroupilha declara que os republicanos riograndenses "trabalham para ver todo o Brasil feliz, qual se acha a Nórte América" e concita os brasileiros a defenderem seus "verdadeiros interêsses, unidos aos seus irmãos liberais" e depois de um convite para o reconhecimento do "govêrno republicano" exortou: "Brasileiros! não exiteis mais, vinde abraçar vossos irmãos riograndenses, e mais brasileiros vossos patrícios, acabemos logo com essa desnecessária luta, para o Brasil ser feliz."

Terminou êsse importante documento com um caloroso "Viva a Federação do Brasil" e convidando os brasileiros a "consolidar a independência do Estado Riograndense para darem lugar a de todas as mais províncias brasileiras". (107).

O "viva à federação do Brasil", a referência aos Estados Unidos da América do Norte, o desejo de ver "todo o Brasil feliz", estão a indicar claramente os intuitos patrióticos com que o bravo chefe farroupilha tentara fazer a paz.

Greenfell, em ofício dirigido a Domingos Crescêncio, lamentando o fracasso da pacificação que êles haviam tentado, teve esta frase que seria profética, se não fôsse o resultado de suas profundas observações do caráter dos riograndenses: "O espírito brasileiro mais cedo ou mais tarde, os ha de subjugar". (108).

Assim efetivamente aconteceu, como se ha de ver, a despeito das negativas despeitadas e sem fundamento do dr. Alfredo Varela, nos espasmos de sua psicose separatista.

---

(107) — Proclamação de 17-VI-1837.

(108) — Ofício de bordo da Canhoneira n.° 7, em São Gonçalo, de 15-VIII-1837.

1838-1839

Em fins de 1838 o govêrno imperial, por intermédio de seu representante diplomático no Uruguai, entrou em entendimentos com os farroupilhas no sentido da pacificação.

O delegado do govêrno legal — dr. Sebastião Ribeiro — teve uma conferência com Bento Gonçalves, a 21 de janeiro de 1839, a 5 léguas da vila de Piratiní, em marcha para Caçapava.

O chefe farroupilha declarou "que jamais deixaria de ser republicano e que só federalmente se uniria ao Império". (109).

Essa resposta evidencia que os republicanos riograndenses persistiam nos princípios proclamados em 1836 — o estabelecimento da República Federativa sob a bandeira do Brasil — e desautorizam a afirmativa do dr. Varela de que o levante farroupilha tinha "caráter inequìvocamente separatista". (110).

Que o levante era federativo e não separatista o diz clararamente o jornal oficial da República onde se lê em um **Comunicado**, que deve ser de Domingos José de Almeida, que os farroupilhas, em janeiro de 1839, dias antes daquela resposta de Bento Gonçalves tinham "íntima convicção" que estava próxima "a feliz época em que o laço Federal, com indissolúvel nó, ligará todo o Continente brasileiro". (111).

Dois dias depois daquela conferência o mesmo jornal publica um longo artigo em que um seu colaborador alvitra a idéia do govêrno republicano se dirigir a todas as municipalidades brasileiras explicando os intuitos dos riograndenses e pedindo adesão à causa que estes defendiam, porque essa causa era a do Brasil inteiro.

São dêsse artigo estas exortações aos brasileiros, contra o domínio dos lusos: "Sem liberdade, sem bens, sem Pátria sereis constrangidos a puxar ignominiosamente seu carro de

---

(109) — Ofício de 5-II-1839, de Pedro Rodrigues Fernandes Chaves a Maciel Monteiro, ministro dos Negócios Estrangeiros, no Arquivo do Itamaratí.

(110) — Política Brasileira, I, 249, reproduzida na História da Grande Revolução, IV, 244.

(111) — "O Povo", de 5-1-1839.

triunfo. Vossa salvação então, a de vosso país, a salvação de vossas espôsas, de vossos filhos, de vossos bens e tudo quanto há de mais caro no mundo, requerem que vos apresseis em concorrer à grande obra de regeneração nacional que nós outros temos principiado; a despertar de vosso letargo e escutar o grito generoso que vos mandamos no dia 6 de novembro de 1836. A república é a táboa de salvação do Brasil". (112).

O "grito generoso" de 6 de novembro de 1836, era a declaração em ata, do estabelecimento do govêrno republicano e que se podiam federar, ao Estado Riograndense, as demais Províncias brasileiras que adotassem a forma de govêrno proclamada no Seival.

São ainda do jornal oficial da República Riograndense, **O Povo**, que segundo uma circular de Domingos José de Almeida, era publicado "com o fim de orientar ao brioso Povo Riograndense acêrca da marcha dos negócios que lhe dizem respeito" sendo, por isso, um de seus objetivos "publicar de preferência artigos de doutrina" (113), são da redação dêsse jornal, como diziamos, o que se segue, caracterizando de modo positivo o sentido brasileiro da Revolução:

"A Revolução assenta-se hoje sôbre bases inabaláveis. Não podemos recear que ela seja nunca subjugada. Seu progresso é infalível; e nós não tardaremos a desfrutar dos sacrifícios que sôbre o altar da Pátria cada um de nós tem feito; Mas não esqueçamos que o principio vital da República é a virtude; que neste dia cinco milhões de Brasileiros celebram a nossa era, e pensam em nós como em quem estão fundadas suas esperanças". (114)

Comentando o fracasso da oposição na Câmara Imperial disse o redator do jornal riograndense: "Compatriotas as relíquias da Liberdade Brasileira existem hoje nas vossas mãos sòmente e convosco os corações de todos os Brasileiros, que se timbram dêsse nome". (115)

---

(112) — Idem, de 23-I-1839.
(113) — Idem, de 15-IX-1838.
(114) — Idem, de 19-IX-1838.
(115) — Idem, de 20-X-1838.

Referindo-se a uma carta escrita do Rio de Janeiro, "por pessoa respeitável e fidedigna", assim se manifestou o redator do órgão republicano: "Um pouco mais de paciência e de sacrifícios generosos são suficientes para vencer os desalentados sequazes daquele govêrno imoral, ora encurralados nos estreitos recintos do Rio Grande, Norte e Pôrto Alegre: a nossa causa assim o exige e assim o exige tambem a causa do Brasil, cuja liberdade perdida temos de rehaver". ([116])

Noticiando os sucessos de Santa Catarina assim se manifestou o jornal citado: "Riograndenses! Uma vez ainda o Redator do **Povo** tem de recordar-vos a missão que pela Providencia vos foi confiada! Vós tendes de salvar do precipício e das garras de abutres famintos a grande Nação de que fizesteis parte! Em vós repousa ela suas esperanças e não será iludida". ([117])

Como tudo isto é claro, positivo e grandioso, para comprovação daquilo que se tem procurado torcer e difamar — o sentimento de brasilidade dos riograndenses do sul.

Perdoemos os negativistas dêsse sentimento, atendendo à ignorância de alguns e considerando a finalidade de outros, inspirados por paixões políticas ou partidárias, mas, combatamos com as armas que a nobreza e verdade nos apresentam, combatamos, até a destruïção completa, o iscariotismo de um falso apóstolo de nosso passado, de um pseudo glorificador "da energia nacional ao serviço da Pátria".

No decorrer do ano de 1839, continuaram as manifestações de brasilidade pelo jornal da República Riograndense, em perfeita concordância com o sentir dos principais chefes farroupilhas, como passamos a demonstrar.

Depois de transcrever um longo artigo de um jornal carioca, atacando o govêrno brasileiro, o redactor do **Povo** assim se manifestou: "Riograndense! Dirigí aos Céus sinceros votos de gratidão por ter-vos livrado dos abutres que corroem o Brasil. Vós sois o Povo por Deus escolhido para salvá-lo ([118]).

([116]) — Idem, de 3-XI-1838.
([117]) — Idem, de 5-XII-1838.
([118]) — Idem, de 1-VI-1839.

Comentando um artigo da **Aurora Fluminense**, sôbre o "desassossêgo aflitivo que se observa no Brasil", disse o redator do **Povo**: "Concienciosos os riograndenses destas verdades se hão postos à testa do grande movimento que tem de operar em todo o Brasil a mudança que a natureza das causas reclamam, e é para lamentar que sós, em lide tão magnânima não despertemos o amortecido patriotismo Brasileiro para de acôrdo acabar com êsse remendado sistema de govêrno que adotaram". (119)

Estes anseios de brasilidade pura, estas manifestações ardentes, gravitando em tôrno da idéia do Brasil unido, sem quebra de sua integridade territorial, repelem a afirmativa, sem apôio na verdade histórica, de que a Revolução, depois da vitória do Rio Pardo, "tomou feição anti-brasileira e radicalmente seccionista". (120).

A vitória de Rio Pardo, acima mencionada, é de 30 de abril de 1838, como todos sabemos, e tudo que ficou transcrito do órgão oficial da República Riograndense, exaltando e afirmando a brasilidade dos farroupilhas, é posterior a essa data e, dêsse modo, o desmentido é formal, preciso, absoluto.

1840

No decorrer dêste ano diversas tentativas de paz foram feitas.

A primeira delas é de 2 de março, por meio de entendimentos verbais, entre Bento Gonçalves e o marechal Gaspar Francisco Mena Barreto.

A êste escreveu o chefe farroupilha, no dia seguinte, dizendo que lhe sobravam "desejos de ver terminada a guerra de um modo digno tanto do govêrno Imperial como dos Riograndenses" e propunha, para tratar definitivamente do assunto, que o marechal apresentasse credencias para isso — e a localização de diversas fôrças imperiais, dando êle

(119) — Idem, de 21-IX-1839.
(120) — Alfredo Varela — Política Brasileira, I, 246, reeditada na História da Grande Revolução, IV, 240.

outra disposição às suas, com o que supunha apresentar provas de sua "boa fé e empenho em concluir de pronto os males que pesam", disse, "sôbre o nosso país".

Saturnino de Souza Oliveira, então Presidente da Província, respondeu desabridamente, a 4, declarando não só não mandaria retirar fôrças algumas do Caí e de outros pontos, como não mandará parar quaisquer outros movimentos e operações que tem a fazer com as fôrças imperiais, sinão para receber e perdoar a qualquer que deponha as armas e se acolha às bandeiras imperiais, sem exceção alguma.

E, certamente, por desconhecer a altivez dos farroupilhas e entusiasmo e convicção pelo ideal que defendiam, tornou mais agressiva sua atitude e mais repulsiva sua proposta, acrescentando: "Para os que quiserem aceitar êste generoso perdão não é preciso demora, não é preciso tratar com outros".

Bento Gonçalves respondeu, a 8, ao marechal Mena Barreto, dizendo que quando esperava que o delegado do govêrno imperial quisesse de coração terminar os males da Pátria, é quando, com a maior surpresa, recebe um papel escrito e firmado pelo próprio punho do Sr. Saturnino, chamado contestação, cuja linguagem altiva e desabrida assaz prova quanto aquele Sr. está longe de almejar uma verdadeira e sincera conciliação".

Depois de outras considerações, declarou: "O general comandante em chefe preza mais do que tudo a sua dignidade, a dignidade e a hora daqueles que lhe confiaram a alta missão de os libertar; êle sente profundamente ver burladas as esperanças, que concebeu, de pacificar prontamente o seu país".

Embora ferido em seu amor próprio e nas explosões de seu orgulho, Bento Gonçalves, não afastava o pensamento, não se esquecia da grande Pátria, como se vê das diversas passagens dos documentos transcritos.

Gaspar Mena Barreto respondeu a 11, de acôrdo com os ideais de Saturnino e recriminando a atitude dos farroupilhas, querendo tratar de poder a poder.

O chefe republicano retrucou, em longa carta de 15: reforçando as razões de sua conduta em não se submeter a

um simples aceite de perdão; declarando que era preciso triunfassem os princípios porque se batia e que sem a garantia dos mesmos não se submeteria; que êsses princípios consistiam em "uma verdadeira liberdade, não sòmente de direito, mas tambem de fato".

E, como que fazendo uma verdadeira profissão de fé de brasilidade, disse: "Ah! nem eu nem os riograndenses desejamos desligar-nos absolutamente do Brasil".

A 26 de maio, depois da batalha de Taquarí, em que imperiais e farroupilhas cantaram vitória mutuamente, Bento Gonçalves escreveu novamente ao marechal Gaspar Mena Barreto, dizendo-lhe, depois de se referir irônicamente ao dr. Saturnino de Souza Oliveira: "Dizei ao vosso presidente que si êle quer a paz, se está autorizado a tratar dela, dispa-se dêsse orgulho, trate-nos como guerreiros, não como feras, que tudo pode ter fim sem mais efusão de sangue".

Terminaram assim as negociações de paz iniciadas em março, mas não cessou entre os farroupilhas o desejo de conciliação, como se vai ver em seguida.

A 5 de agosto Domingos José de Almeida, na qualidade de Ministro do Interior da República e em nome do vice-presidente desta, em exercício, José Mariano de Matos, dava plenos poderes ao coronel Agostinho Melo para ajustar com o coronel legalista Manoel dos Santos Loureiro uma suspensão de armas, para se tratar da paz.

No ofício a Loureiro, disse o ministro republicano que todo arranjo celebrado com o seu representante seria "religiosamente pelo govêrno cumprido".

O coronel legalista remeteu a proposta ao general Manoel Jorge Rodrigues, seu comandante imediato, sendo entretanto recebida pelo substituto dêste o marechal Soares de Andréa.

Êste respondeu a Loureiro, a 27 ainda de agosto, declarando que não existindo "nem de fato nem de direito a República Riograndense", não podia haver entendimentos com "plenipotenciários de cousas imaginárias" e adiu: "em conseqüência nem eu posso reconhecer, nem V. S. pode fixar convenções alguma com os rebeldes debaixo de qualquer título

que isto possa ser" e depois de outras considerações rebarbativas declarou "não faço ajuste com quem só tem direito de pedir perdão de seus crimes".

Esta intolerância insultuosa malogrou mais uma tentativa de paz iniciada pelos farroupilhas, que estavam dispostos a cumprir religiosamente o que fôsse pactuado.

Soares de Andréa acha-se então irritadíssimo com a recusa de Bento Gonçalves em tratar com êle diretamente da paz, como passamos a relatar, resumidamente.

A declaração da maioridade foi recebida entre os farroupilhas como anúncio de paz.

A notícia dêsse acontecimento chegou à cidade de Rio Grande a 7 de agosto, sendo recebida com grande regosijo da população. A 13 era isso divulgado no acampamento de Bento Gonçalves, em Viamão.

Soares de Andréa, a 15, fazia publicar a declaração da maioridade, em impresso avulso, do qual remeteu um exemplar, a 16, a Bento Gonçalves, juntando cópias da proclamação do Imperador, convidando os riograndenses a deporem as armas.

Bento Gonçalves respondeu a 20, estranhando que o representante do govêrno imperial nada houvesse dito sôbre a pacificação.

Soares de Andréa volta, no dia seguinte, desculpando-se de não haver falado em paz, alegando que não tinha motivos para saber se a proclamação imperial seria bem recebida e concitou os farroupilhas a largarem as armas e correrem aos braços do Imperador.

O presidente republicano retrucou, a 23, que a proclamação do Imperador não podia deixar de ter o melhor acolhimento, visto que êle já havia proposto, "como base de todo e qualquer arranjo a declaração da maioridade do mesmo Augusto Senhor" e que tendo sido esta proclamada estavam "facilitados os meios para tratar-se da conciliação e da paz" e que estava convencido "que, sem quebra da união e integridade do Impérfio, se apagaria o archote da guerra civil nos braços da concordia e da felicidade".

Bento Gonçalves não confiava, porém, em Soares de Andréa e por isso se furtou a um entendimento definitivo, com êle, sôbre a paz, dizendo-lhe que sôbre êste assunto já havia procurado entender-se diretamente com o govêrno imperial, por intermédio de um dos seus ministros.

Assim justificou Bento Gonçalves, entre os seus pares, em carta de 17 de novembro, êste procedimento com Soares de Andréa e as poucas esperanças que nutria nas negociações de paz então reencetadas: "Suponho que nada se arranjará: 1.º porque nenhuma confiança nos merece o tirano do Pará ([121]); 2.º porque êste tirano não deve fazer proposições que não seja para nos iludir e ganhar tempo.

"Foi por isso que eu me dirigi, como já vos disse, ao patriota Antonio Carlos, hoje ministro do Império e creio que deverá vir em pessoa ou seu irmão".

Soares de Andréa, exasperado, declarou, a 25 de agosto, rompida a negociação de paz e dois dias depois dava, ao coronel Manoel dos Santos Loureiro, a resposta furibunda, já mencionada.

E' significativo da brasilidade dos farroupilhas o entendimento para a paz por intermédio de Antônio Carlos, que já havia figurado em uma tentativa de pacificação em 1838, sob a condição de que não fôsse lesado "o brilho e a integridade do Brasil".

Foi por isso certamente que Bento Gonçalves disse ao marechal Andréa estar convencido que do entendimento com o patriota Antônio Carlos terminaria a guerra "sem quebra da união e da integridade do Império".

A despeito desta orientação profundamente patriótica, nitidamente brasileira, ainda há quem procure impingir que entre os farroupilhas "o pendor separatista manifestava-se por forma iniludivel" ([122]).

Daquele entendimento de Bento Gonçalves com o govêrno imperial, por intermédio de Antônio Carlos, resultou a nomeação de Francisco Alvares Machado para tratar da pacificação.

([121]) — Refere-se ao mencionado Soares de Andréa.
([122]) — Alfredo Varela, História da Grande Revolução, I, 242.

Eram estas as bases estabelecidas pelo marechal Andréa, de acôrdo com as instruções do govêrno imperial, segundo declarou:

Garantia dos postos e empregos públicos concedidos antes da revolução, com todas as vantagens;

Não seriam, entretanto, reconhecidos postos e empregos conferidos pela República;

Perdão aos desertores que serviram no exército farroupilha;

Os escravos ao serviço da República não voltariam mais ao domínio de seus senhores — seriam comprados pelo Estado e empregados nos Arsenais ou enviados para a Costa da África os que isso preferissem.

Álvares Machado entrou em entendimento, em Viamão, com Bento Gonçalves, a 29 de outubro.

O chefe farroupilha pediu suspensão de hostilidades e se entendeu com o general Souza Neto, que concordou com a pacificação.

O marechal Andréa, que era o presidente da Província e comandante das Armas, despeitado, com evidente mau humor e criando dificuldades, respondeu a 30: "eu não entro em ajuste algum para suspensão de armas, nem em contacto com os dissidentes enquanto estiverem com as armas na mão".

Em face desta atitude fracassaram as negociações de paz.

Bento Gonçalves, em longo ofício a Álvares Machado, lamenta êsse fracasso e declarou que já o esperava, em vista das negociações dependerem do marechal Andréa, que era inimigo da maioridade; que por conhecer o caráter de Andréa, ao propor a paz a Antônio Carlos, em agosto, havia feito sentir a necessidade de remover da Província o referido marechal, que era um obstáculo de paz e de concordia" e por isso pedira que viesse como delegado do govêrno imperial o próprio Antônio Carlos ou seu irmão "munidos de suficiente autorização" para romperem "quaisquer dificuldades" e acrescenta: "Já então previra eu que, vindo qualquer outro em semelhante comissão, êste mau homem buscaria embaraçar qualquer acomodação.

"Infelizmente a experiência demonstrou que não me enganei. V. Excia está bem ao fato de todas as peias que êle tem pôsto no negócio da conciliação, e é por isso ocioso referí-las aquí".

Menciona, entretanto, em seguida, diversos atos do referido marechal contra a pacificação e diz: "Bastante sinto, pois, que fôssem perdidos os passos de V. Excia., não por vontade nossa, mas por culpa do marechal Andréa".

Acentua a necessidade em que se encontram os farroupilhas de se defenderem "de qualquer injusta agressão" e assim termina êsse extraordinário documento pouco conhecido: "Novos citas, em tôrno de nossas mulheres e de nossos filhos, pugnaremos por nossas vidas, por nossos direitos, pelos objetos que nos são mais caros, até que S. M. o Imperador se digne lembrar que todos quantos hoje, por necessidade e por sua própria segurança sustentam a guerra, ainda podem ser os mais leais e os mais intrépidos defensores de seu trono". ([123]).

Álvares Machado em atenciosa carta de 16 de novembro, a Bento Gonçalves, deu por terminada sua missão, anunciou sua partida para o Rio de Janeiro e declarou que o marechal Andréa não punha "dúvida em dar os salvo condutos para a comisão que V. S. reclama para tratar com êle sôbre o modo de pacificar quanto antes esta província".

Bento Gonçalves respondeu no dia seguinte assegurando o emprêgo de seus "esforços para remover qualquer embaraço que por ventura se apresente", tendo antes declarado: "Logo que chegue a indicada comissão e que sejamos de acôrdo como espero, dúvida nenhuma tenho em fazer a declaração de que nos achamos rendidos ao Império, como subditos do Sr. D. Pedro Segundo". ([124]).

As precauções tomadas por Bento Gonçalves — para evitar o mau êxito das negociações de paz e as suas ardentes declarações nos documentos citados, são de molde a desfazer todas

([123]) — Ofício existente no Arquivo e Museu Histórico do Rio Grande do Sul, sem data, mas que deve ter sido escrito entre 14 e 16 de novembro de 1840, em vista dos fatos a que se refere.

([124]) — Alfredo Varela, Política Brasileira, II, 346, transcrita na História da Grande Revolução, VI, 230.

as falsidades sôbre sua insinceridade, quando tratava de acomodações, e de anular a mácula de "convictíssimo, intransigente separatista", submetendo-se com fraqueza "ao império de circunstâncias inelutaveis". (125).

O que parece aquí transigência de um desacoroçoado, no juízo dos que emprestam ao chefe farroupilha sentimentos falsos, era a voz da ancestralidade, como penhor seguro de um patriotismo, que se sobrepunha aos ideais políticos e prendia os riograndenses à grande Pátria, ao Brasil amado, por êles sempre defendido, com dedicação e bravura.

E' desolador, é monstruoso, que diante destas provas de sentimento de brasileirismo puro, ainda exista quem, por injunções políticas, dê ouvidos à voz desprestigiada de um separatista vermelho, que só vê as cousas pelo prisma da paixão que o atropela e estropia-lhe a conciência.

Cremos que o govêrno imperial mal impressionado com a atuação do marechal Andréa e tendo em conta as ponderações de Bento Gonçalves deu substituto ao seu delegado no Rio Grande do Sul, na pessoa de Álvares Machado, que assumiu a presidência da Província a 20 de novembro.

Renasceram então novas esperanças de conciliação.

Bento Gonçalves para evidenciar e pôr em realce essas esperanças e o ânimo em que se achavam os farroupilhas festejou, em seu acampamento, a 2 de dezembro,, o aniversário natalício do Imperador e disso deu conhecimento a Álvares Machado que, desejoso de realizar a pacificação, entrou em nova correspondência com o chefe farroupilha. Êste solicitou uma entrevista. O presidente legal escusou-se, porém, alegando moléstia e pediu fôsse dito se convinha a anistia e declarou que era êste o meio mais pronto de se fazer a paz.

Bento Gonçalves respondeu, longamente, a 7, estabelecendo as seguintes bases :

a) Pagamento da dívida pública contraída pela República;
b) Liberdade dos escravos que serviam nas fileiras farroupilhas ;

(125) — Ofício de 17-XI-1840, na Biblioteca Nacional, I, 4, 2, 2.

c) Isenção dos oficiais republicanos do serviço de 1.ª linha, ou da Guarda Nacional, a não ser nos postos em que então se achavam.

Álvares Machado, com surpresa para os revolucionários, em vista de sua atitude e moderação anteriores, julgou que o govêrno imperial não podia anuir a condições de quem tinha o dever de optar e que não entraria em negociações senão depois dos farroupilhas se declararem súbditos do Imperio.

Repetia, assim, as idéias impolíticas do marechal Andréa e o resultado disso foi malograr-se esta nova tentativa de paz.

Bento Gonçalves como que se cobrindo contra futuros doestos á sua sinceridade e á grandeza de suas intenções, pelos que haviam mais tarde de acoimá-lo de fingido, depois de asseverar : "a vileza não caberá nunca em meu peito nobre e leal" declarou : "Tudo quanto acabo de responder é nascido do coração ; não desejo ganhar tempo, porque estou firmemente resolvido a fazer a paz debaixo das bases que verbalmente indiquei a V. Ex., nas nossas anteriores conferências ; nada peço que seja deshonroso ou indigno do trono imperial" e menciona em seguida essas bases, que são as que acima foram transcritas.

Demonstrava claramente o chefe farroupilha com essas manifestações o seu desejo de ver o Rio Grande reintegrado no Brasil, embora com prejuízo do ideal político da Revolução.

Malogram-se as diversas tentativas de paz, até aquí levadas a efeito, mas foram elas benéficas para o conhecimento do sentimento de brasilidade dos farroupilhas, através da documentação preciosa que nos legou e que pela ignorancia dela se tem feito tanta injustiça áqueles intrépidos e ardentes brasileiros.

Há poucos dias, neste mês de abril de 1935, em palestra, em presença de grande número de pessoas cultas, no Itamaratí, um ilustre professor de história, mas ignorante do verdadeiro ideal dos farroupilhas, nos dizia, vibrando em seu patriotismo, que a "revolução rio-grandense de 1835 era uma das páginas mais negras de nossa história, porque visava separar o Rio Grande do Brasil".

Foi visando êsse e a outros, que supomos bem intencionados, que nos abalançamos a reünir aquí a farta, preciosa documentação que existe exparsa e que prova a exuberância, que convence, que evidencia, que a Revolução riograndense de 1835 foi profundamente brasileira e animada por um grande sonho político, qual o de implantar no Brasil a República Federal.

1843

O grande Caxias, desde sua posse na presidência da Província e no comando em chefe do Exército, se esforçou pela paz, por meios conciliatórios.

Avultava em nosso maior homem de guerra um sentimento profundo de humanidade, um amor inexcedível pelo Brasil e tinha pelos riograndenses "decidida simpatia" (126)

Tornou-se conhecido êste sentimento de Caxias pelos riograndenses.

Ao regressar do Paraguai o ilustre e grande general, em palestra com o Imperador foi-lhe por êste perguntado quem julgava em condições de substituí-lo no comando em chefe.

Caxias, referindo-se ao General Câmara, futuro visconde de Pelotas, disse "Que a melhor cabeça militar que tinha lá deixado era, infelizmente, o brigadeiro mais moço do Exercito".

A isso "S. M., rindo-se, me respondeu, que eu era um pouco exagerado quando se tratava de militares da Província de S. Pedro do Sul, por quem tinha uma predileção decidida". (127)

Bento Gonçalves, em carta a Dionisio Amaro da Silveira, de 6 de março de 1845, e, portanto, seis dias após á pacifica-

---

(126) — E' o proprio Caxias quem o diz, em carta ao seu tio Manoel Luiz de Lima e Silva, das pontas do Cunhaperú, a 4 de setembro de 1851. Nessa carta, o ilustre missivista, depois de se referir a diversos chefes riograndenses diz : "Ainda não chegou o Mota mas logo que chegue o hei de tratar como costumo a todos estes homens por quem tenho, como sabe, decidida simpatia".

(127) — Carta de Caxias ao general José Antônio Correa da Câmara, de 14-V-1870, no Arquivo da Família Correa da Câmara.

ção, referindo-se a esta, disse que a conseguiram com honra, graças "à generosidade do Barão, dêste homem verdadeiramente amigo dos riograndenses". (128)

Caxias, movido pelos sentimentos mencionados, tomou, desde o início de sua posse naqueles altos cargos, medidas que calaram no espírito público e grangearam confiança e simpatia dos farroupilhas.

Preparado o terreno para a conciliação, Caxias nomeou Bento Manoel para entrar em entendimentos com os chefes riograndenses.

Foi infeliz a escolha — os republicanos não confiavam em Bento Manoel. Além disso desejavam ser tratados como potência e não como anarquistas, conforme fez sentir Canabarro, em carta de 10 de março de 1843, onde declara que a volta ao Império só poderia ser feita por meio da federação, que era essa "a opinião geral dos republicanos riograndenses, desde os chefes até o último soldado : eles perdem a República, mas querem em prêmio da perda de sua bandeira, ha perto de 8 anos sustentada, uma consideração do govêrno de d. Pedro II e não exigem condições difíceis de preencher".

Caxias não podia aceitar a federação porque isso importaria em alterar o regime político em vigor.

Tudo, porém, indicava, de um lado e outro, anelos de paz.

José Pedroso de Albuquerque, ex-ministro da República Riograndense e que desde 1838 vinha manifestando desejos de pacificação e Severino Antônio da Silveira, irmão do general João Antônio, êste, um dos chefes farroupilhas de mais prestígio e acatadíssimo pela sua austeridade, procuraram Caxias declarando que os chefes republicanos "estavam dispostos a terminar a guerra por acomodações".

Caxias incumbiu-lhes, então, de conseguirem daqueles chefes as condições em que desejavam a paz.

João Antônio, com carta de 1.° de setembro de 1843 (129), encaminhou os negociadores a Canabarro, declarando que

---

(128) — Vide êsse documento em cópia fotográfica no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

(129) — Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Lata, 127, doc. n.° 2229, fl. 2.

anelava "cordealmente a conclusão da guerra", mas que êsse desejo não ia ao ponto de sacrificar "a paz e a liberdade, a par das garantias individuais e de propriedade", que queria uma paz "que não desairasse os riograndenses".

Canabarro, a 18, levou isso ao conhecimento do govêrno, aquem, entendia, competir a resolução do assunto, secundando o juizo de João Antônio, nestes termos: "Declaro que a opinião geral bem pronunciada tende a terminar a guerra, mas salvando-se a dignidade e honra dos riograndenses, e firmando-se em bases não falíveis de segurança de suas pessoas e propriedades". (130)

O govêrno republicano deu seu parecer sôbre o caso em aprêço, em novembro seguinte, conforme refere um ofício de Manoel Lucas de Oliveira a Canabarro, onde declara que o "Presidente do Estado" considerando a paz como "objeto das suas mais ardentes solicitudes, depois de um maduro e refletido exame e de ter ouvido a opinião de seu Conselho de Ministros, de alguns conspícuos patriotas, manda responder-vos para que façais saber aos emissarios do Sr. Barão de Caxias que as condições únicas, com que á dignidade e honra riograndense convém a terminação da guerra a que fomos tão injustamente provocados, são as que se acham implícitas na ata, proclamação e manifesto que junto achareis". (131)

O manifesto era o publicado por Bento Gonçalves em 1835 e a ata estabelecia que a paz só poderia ser feita com o estabelecimento do regime federativo.

Mantiveram-se, assim, conseqüentes com as manifestações feitas antes e depois dessa resposta, condicionado a paz à aceitação do ideal revolucionário, como já ficou e vai ainda ser longamente demonstrado.

Há, reconhecemos, abundância, excesso mesmo de elementos comprobatórios daquele ideal. Poderiamos reduzir essas provas de 90 %, e conseguiriamos, assim, demonstrar, cabalmente, o sentido brasileiro da Revolução.

Há entretanto, quem ponha em dúvida êsse sentido na-

(130) — Idem, idem, fl. 3.
(131) — Idem, idem, fl. 13.

cionalista ou não creia, nele, por desconhecimento da verdade histórica. São para êsses, especialmente, que acumulamos aqui os elementos esclarecedores, convincentes e glorificadores do patriotismo riograndense, do amor inexcedivel dos farroupilhas pelo Brasil, que eles queriam integrar nos princípios democraticos a que estava fadado.

1844

Os continuos fracassos das tentativas pacifistas não tiveram fôrças para suplantar o desejo de uma conciliação, que vivia intenso na alma e no espírito dos beligerantes.

Nos primeiros dias de março, Luiz José Ribeiro Barreto, que fôra ministro de todas as pastas e então secretario do general Antônio de Souza Neto, em nome dêste e de Bento Gonçalves, solicitou e obteve um salvo conduto do barão de Caxias para tratar da paz.

Em reunião dos principais chefes farroupilhas, isto é: Gomes Jardim, presidente da República, Canabarro, comandante em chefe do Exército, Mariano de Matos, ministro da guerra e generais Bento Gonçalves e Antônio Neto, a 10 ainda de março, Luiz Barreto, já munido de passaporte, expôz suas intenções.

O presidente e o comandante em chefe se opuseram, formalmente às negociações pretendidas, alegando que em setembro do ano anterior foram recusadas as condições "sob os auspícios de Severino e Pedroso, com outro decôro para nós". (132)

Todos ficaram calados, com exceção de Bento Gonçalves que se manifestou favorável à pacificação.

Cinco dias antes dessa reunião o govêrno farroupilha havia assinado com Frutuoso Rivera uma convenção, para defesa mútua, onde se estipulou que não podiam as partes contratantes entrar em negociações com seus inimigos sem acôrdo prévio entre ambas.

---

(132) — *Diário*, de Vicente Antônio da Fontoura, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 17.°, 245, 246.

Entrou assim em cena o caudilho uruguaio, que prevalecendo-se dêsse ajuste, a 23, ainda de março, dizendo-se autorizado pelos farroupilhas, tentou entrar em negociações de paz, com desistência da federação.

Caxias, embora desconfiando da lealdade de Rivera, pediu que fôssem claramente estabelecidas as condições, tal era o seu desejo de pacificar a Província.

Em ofício de 30 de março ao general Bento Manoel assim se manifestou Caxias sôbre o ponto em referência : "Estou prevenido, como sabe, com semelhante homem (Rivera), porém não quero perder ocasião de o conhecer de perto e de tentar mais êste meio de pacificar a Província".

Assim, animado pelos seus altos sentimentos de humanidade e brasileirismo, procedia êsse grande homem, que foi o nosso maior cabo de guerra e a quem nenhum dos generais americanos ultrapassa ; assim procedia Caxias, visando a pacificação de nossa terra ; assim, com grandeza de alma procedia quem o dr. Varela, do alto de seus tamancos de separatista e exibindo sua negatividade pelo que é brasílico, especialmente pelos nossos homens públicos, qualifica de soldado sem "nenhum talento militar". (133)

Tamanha é a absurdez dêste julgamento que nos dispensamos de contraditá-lo.

Os fatos demonstraram que o chefe uruguaio procedia de má fé.

A 15 de março e, portanto, antes de escrever a Caxias, havia Rivera oficiado ao presidente farroupilha, dizendo-lhe : "Parece-me que dá esperanças fundadas de querer combinar em um acôrdo justo e conveniente ao seu govêrno".

Acrescentou depois de outras considerações : "Assim pode V. Ex. descansar que não perderei momento, nem ocasião, para ativar e adiantar o negócio de que me hei encarregado e me persuado de que não deixaremos de colher vanta-

(133) — Política Brasileira, II, 331, reproduzida na História da Grande Revolução, VI, 203.

gens positivas para os países beligerantes, acelerando os termos de suas fratricidas lutas". (134)

Fracassou mais esta tentativa, em conseqüência da mediação manhosa de Rivera. Resolveram então os republicanos riograndenses recorrer aos maiores e mais influentes homens do Brasil e enviaram emissários ao Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas, para tratarem da paz, sendo uma das bases a federação.

Entre os expoentes nacionais a que se dirigiram figuravam Ernesto Ferreira França, Manoel Antônio Galvão, Antônio Pereira Rebouças, José Carlos Pereira de Almeida Torres, baianos ; Antônio Pedro da Costa Ferreira, maranhense; Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcante, Pedro Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, pernambucanos ; José Martiniano de Alencar, cearense ; Teófilo Ottoni, mineiro ; Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e Francisco de Paula e Souza, paulistas.

O apêlo a essas personalidades que tinham e continuavam a ter grande atuação na vida nacional e que tantas provas deram de amor pelo Brasil íntegro, evidencia o empenho com que os republicanos riograndenses queriam realizar o ideal federativo e demonstra, de modo cabal, indiscutível, que os animava um forte e pertinaz sentimento de brasilidade. Não é, pois, admissível, por ser completamente destituída de fundamento, a qualificação dêsse apêlo, como "um pronunciamento retintamente separatista". (135)

Estes fatos são, infelizmente, desconhecidos por quasi todos nossos historiadores, inclusive Alberto Rangel, uma das grandes inteligências brasileiras e que, a par de seus conhecimentos das cousas da monarquia e dos monarquistas, revela, em seu último livro (136), aparecido agora em abril de 1935, ignorância do ideal farroupilha, insistindo nos conceitos emitidos em 1921, no prefácio de **Velhos Rumos Políticos,** de Felix Contreiras Rodrigues.

---

(134) — Documento em original no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Lata 131, n. 2.264, fl. 156.

(135) — Alfredo Varela, Política Brasileira, II, 330, reeditada na História da Grande Revolução, IV, 201.

(136) — Gastão de Orleans — O último Conde d'Eu.

A "lança farroupilha que apontava do pago" era enristada "pelo Brasil grande e uno" ; defendia "o lábaro do nacionalismo integral", como havia de defendê-lo, mais tarde, pelo livro, Contreiras Rodrigues, segundo reconhece e aplaude, com entusiasmo, seu ilustre prefaciador.

BENTO GONÇALVES E A PAZ

Ainda em fins de abril Dionisio Amaro da Silveira procurou Caxias em seu acampamento, no Poço do Alonso, e alí lhe declarou, em nome de Bento Gonçalves, que êste "desejava muito ter uma conferencia, em pessoa", com o comandante em chefe dos imperiais "e que estava certo" que se fôsse isso consentido "se cortariam todas as dificuldades para a conclusão da guerra, por uma maneira honrosa para o Imperador". (137)

A isso respondeu Caxias que Bento Gonçalves "declarasse por escrito o que desejava dizer pessoalmente", visto que não se achando no momento investido de funções que lhe dessem credenciais para tratar da paz, não convinha, sôbre êsse ponto entendimentos pessoais.

Bento Gonçalves insistiu sôbre o que solicitara, Caxias, porém, se manteve irredutível — só trataria da pacificação com o govêrno farroupilha, ou com pessoa devidamente autorizada — preferindo que essa pessoa fosse Canabarro.

Êste, entretanto, escusou-se, pela necessidade de sua permanencia á frente do exército e deu plenos poderes a Bento Gonçalves para tratar da paz, mediante a federação, devendo desta fazer parte Montevidéu, Corrientes e Entre Rios.

Bento Gonçalves apresentou essa proposta a Caxias que recusou, por considerá-la "impossível", visto que os presidentes das províncias estrangeiras "não tinham poderes dos povos para levar a efeito o encorporamento" proposto e "nem estavam autorizados para tal cousa tratar".

O representante dos farroupilhas se manteve, porém, discretamente, dentro das bases de suas instruções, fazendo ver

(137) — Ofício de Caxias ao ministro da Guerra, de 11-IX-1844, no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, doc. n.º 2.227.

as vantagens que adviriam ao Imperio estabelecendo a federação.

Caxias, reafirmando seus desejos de paz, declarou que aceitaria "outra qualquer proposição", que não contivesse a federação ou a independência do Rio Grande.

Contestou-lhe Bento Gonçalves "que nenhuma outra podia fazer que pudesse ser honrosa" aos farroupilhas.

Caxias, que se achava inteirado do pensamento de Canabarro e de outros chefes republicanos e da atitude que tomariam no caso de uma guerra contra Rosas, apontou então a Bento Gonçalves como um motivo, imperioso e nobre para a paz, o perigo iminente que aquele ditador representava, na ocasião, para o Brasil.

O ilustre general riograndense, tocado em seus sentimentos patrióticos, perguntou, então, se o govêrno imperial reconheceria as dívidas interna e externa da República ; se garantiria a liberdade dos escravos ao serviço da Revolução e se manteria os postos dos oficiais farroupilhas.

O comandante em chefe dos imperiais respondeu, "sem a menor hesitação" (138) que aceitava essas bases e as remeteria imediatamente para a Côrte.

Dois dias depois Bento Gonçalves oficiava a Caxias dizendo "que Canabarro não estava por nada do que se havia tratado".

Sôbre êste ponto, a 6 de março de 1845, depois de feita a paz, comentando-a, disse Bento Gonçalves a Dionisio Amaro da Silveira : "Sabeis melhor do que ninguem que encetei essa negociação ao ponto de ir convosco ao campo do barão de Caxias, depois de muitas viagens que para o efeito alí haveis ido ;

"Sabeis que com o mesmo barão havia acordado o meio de uma paz verdadeiramente digna de ambas as partes ;

"Sabeis que o estúpido Canabarro desposou minhas proposições a despeito de todas as reflexões que lhe fiz, demons-

(138) — Ofício de Bento Gonçalves a Canabarro, de 28-VI-1844, no Arquivo e Museu Histórico do Rio Grande do Sul.

trando-lhe que perdendo aquela quadra talvez tudo se perdesse."

Foi ainda, mais uma vez, como se vê do exposto, o sentimento de brasileirismo que demoveu Bento Gonçalves a aceitar a paz, com perda da bandeira republicana e sem a federação.

Como isto é nobre e diferente da patusca comédia separatista que o dr. Alfredo Varela o faz representar, negando-lhe sentimentos de fidelidade, de pundonor e firmeza : jurando uma cousa e fazendo outra.

Em setembro aparece Rivera novamente em cena, para tratar da paz, autorizado pelos farroupilhas, oficiando nesse sentido a Caxias, pedindo "uma suspensão de armas por 30 dias". (139)

Caxias que possuía elementos para não acreditar na sinceridade do caudilho uruguaio, negou a "suspensão de armas" e, com o fito de afastá-lo da negociação, disse que se os farroupilhas desejassem "dirigir alguma representação á S. M. o Imperador, pelo intermédio de alguns de seus chefes" que Rivera podia assegurar-lhes que êle, Caxias, consentiria "no seu livre trânsito até à Capital do Império". (140)

Rivera respondeu, a 12, desolado, e remeteu as condições em que os farroupilhas desejavam a paz, que eram, em resumo, as seguintes :

a) Nomeação, por 4 anos, de José Gomes de Vasconcelos Jardim para presidente do Rio Grande do Sul e de Davíd Canabarro para comandante das armas.

b) Reconhecimento dos postos dos generais e de todos os oficiais da República, "devendo não só servirem no interior da Província como tambem em uma guerra estrangeira", e do mesmo modo as autoridades civis e eclesiásticas.

c) Eleições para senadores e para deputados das Assembléias Geral e Provincial, 50 dias depois da posse do presidente e do Comandante das Armas.

d) Garantia das dívidas da República, internas e externas.

---

(139) — Ofício de 30-IX-1844, no Arquivo Nacional.
(140) — Ofício de 1-X-1844, na Biblioteca Nacional, I — 30, 25, 21.

e) Pensão às viuvas dos que morreram ao serviço da República e aos que se invalidaram em combate.

f) Libertação dos escravos que serviram nas fileiras farroupilhas, "com obrigação, porém, de continuarem nos serviços militares, conforme as leis do Império". (141)

g) "Perpétuo esquecimento de todos os atos políticos e militares, que tenham tido lugar na presente luta."

h) "Intervenção armada na questão oriental com o tirano de Buenos Aires, com o fim de reivindicar os ultrajes, os assassinatos e roubos praticados pelos satelites do tirano contra centenares de cidadãos brasileiros, empregando a fôrça para obrigar êste a retirar seu exército e respeitar no sucessivo a independência e soberania da República Oriental do Uruguai, conforme a convenção do ano 28". (142)

Assinam essas condições, que foram datadas de 1.º de outubro de 1844, na residência de Antônia Dias, Francisco das Chagas Martins Avila, Manoel Lucas de Oliveira, ministros, respectivamente das Relações Exteriores e da Guerra da República Riograndense e José Luiz Bustamante, representante do general Fructuoso Rivera.

Caxias respondeu ao caudilho oriental, recusando estas condições e fez portador dessa resposta um oficial de sua confiança, diz êle em oficio de 20 de novembro de 1844, ao Ministro da Guerra.

Êsse oficial era o então tenente-coronel Manoel Luiz Osório, que chegou ao acampamento de Rivera a 17 de outubro, alí encontrando Vicente Fontoura, delegado dos farroupilhas.

Osório confidenciou a êste que Caxias preferia tratar diretamente da paz com os riograndenses, que deviam por à

---

(141) — Foi sob esta condição, de origem farroupilha, que se deu a liberdade dêsses mesmos escravos em 1845, e daí a entrega deles ao barão de Caxias, em seguida à paz, por David Canabarro.

A êste ato do general em chefe dos farroupilhas o dr. Alfredo Varela empresta um caráter odioso, com o velho e preconcebido intuito de desprestigiar ao referido general.

(142) — Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, doc. 2.227, fls. 105 e 106.

margem Rivera, que não agia de boa fé, o que já havia evidenciado na palestra tida com o chefe oriental na presença de Fontoura. (143)

Rivera quando em 30 de setembro escrevera a Caxias sôbre a paz, como delegado do govêrno farroupilha, o mesmo fizera a êste, pedindo a nomeação de um representante para juntamente com êle se entenderem com o Barão.

Foi então nomeado Fontoura e por isso Osório o encontrou no acampamento oriental a 17 de outubro.

A 2 de outubro e, portanto, ao mesmo tempo em que Rivera como delegado do governo farroupilha procurava entabolar negociações de paz com Caxias, era êste procurado por Ismael Soares da Silva, pedindo em nome de Bento Gonçalves e Antônio Neto, um salvo-conduto, para tratarem da paz, segundo declarou por escrito.

Caxias atendeu.

Bento Gonçalves respondeu a 13, confirmando que Ismael fôra comissionado por êle e seus amigos "para manifestar" a Caxias "o vivo empenho" em que se achavam "de levar a efeito uma conciliação".

E reforçando seus desejos de paz acrescentou : "Ardentemente ambiciono o têrmo da guerra civil, porém jamais me desviarei dos princípios, que segundo minha opinião individual a V. Ex. verbalmente manifestei ; e pôsto não fôssem então aceitos por parte de meus companheiros que neutralizaram meus esforços, tenho hoje dados positivos para acreditar que são adotados.

"Sim, Exmo. Sr., escudado por meus amigos ouso afiançar a V. Ex. que se aindam como espero, está penetrado dos desejos que me manifestou e na resolução de conceder as vantagens que últimamente lembrei, para salvar a dignidade do Rio Grande, a paz entre nós vai ser selada."

---

(143) — Fernando Osório, Pai, menciona aquele desejo na História do General Osório, I, 403 a 406.

Fernando Osório, Filho, refere-o tambem em Diplomacia dos Farrapos e a República do Rio Grande, no "Correio do Povo" de Pôrto Alegre, de 12-IV-1935 e o confirma Vicente Antônio da Fontoura, seu *Diário*, citado.

As vantagens aquí referidas eram, como já ficou mencionado, a volta do Rio Grande ao Império, com garantia das dívidas da República, manutenção dos postos dos oficiais farroupilhas e liberdade dos escravos que serviam nas fileiras republicanas.

Disso se verifica que a ação de Bento Gonçalves "na extremadura" não era "nitidamente seccionista" (144) e que a existência dessa idéia só pode ser afirmada "por insuficiência no estudo e imperfeição na pesquisa", por pirronice, ditada pela vaidade ou sob o domínio de invensível neurose separatista.

Na carta de 13, acima citada, diz Bento Gonçalves depois de se referir ao perigo que Rosas representava para o Brasil : "Apesar de velho e cansado, prestarei gostoso meus débeis serviços, a par de meus irmãos brasileiros".

Era com êste critério, neste sentido, nitidamente brasileiro e não seccionista, que o grande chefe farroupilha encaminhava os negócios para uma pacificação honrosa.

O grande, magnânimo e patriótico Caxias respondeu a 22 : "Se são sinceros seus desejos de ver concluída a guerra que nos devora, e tem confiança de que serei capaz de empenhar todos os meus esforços para que ela se conclua de uma maneira digna para o govêrno de que sou delegado nesta Província e dos Riograndenses comprometidos na revolução, pode mandar ao meu campo a pessoa em que fala para disso tratar".

Desta resposta teve conhecimento o govêrno farroupilha antes de Bento Gonçalves, visto que seu portador, Ismael Soares da Silva viu-se na necessidade de mostrá-la a Gomes Jardim, quando êste o interrogava com desconfianças, sobre sua ida ao acampamento de Caxias.

O Govêrno então, ciente das boas intenções de Caxias com relação aos farroupilhas e da má vontade que êsse general nutria pela interferência de Rivera, resolveu entender-se diretamente com o ilustre representante do Império e, para

(144) — Alfredo Varela, Política Brasileira, II, 248, reeditada na História da Grande Revolução, VI, 60.

isso, nomeou seu ministro do Exterior padre Francisco das Chagas Martins de Avila e Souza e Vicente Antonio da Fontoura e, por um ato de lealdade e como uma satisfação a Bento Gonçalves, determinou que fizesse parte dessa comitiva Ismael Soares da Silva.

Transportaram-se para Bagé os delegados da República Riograndense e alí, a 6 de novembro, acordaram os meios para ser tratada a pacificação.

Referindo-se a esta ocorrencia diz Fontoura em seu **Diario** : "Notavel coincidência. A 6 de novembro se proclamou a independência em 1836, e a 6 de novembro de 1844 aparece o primeiro clarão da idéia da paz !"

A 16 dêsse mesmo mês retorna Fontoura ao quartel general de Caxias, como delegado dos farroupilhas para tratar a paz no Rio de Janeiro, munido do seguinte documento : "Os chefes abaixo assinados, representantes do povo Riograndense em armas contra o Govêrno Imperial, desejosos de terminar a guerra civil que há nove anos devasta êste belo país, e a que foram forçados por sucessivas violações de seus direitos durante a tormentosa menoridade de S. M. I., resolveram autorizar a Antônio Vicente da Fontoura, havendo antes acordado com o Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Caxias, para que siga à Côrte do Rio de Janeiro afim de expor não só os justos motivos que forçaram a essa guerra, como os bens fundados receios de vê-la tornar-se mais sanguinolenta e devastadora pelas atuais ocorrências dos Estados vizinhos e obter do Govêrno Imperial a paz, porém uma paz, que não manchando de ignomínia esta distinta porção da Grande Família Brasileira, nem o sabio Govêrno de S. M. I. imponha um dique formidável ao estrangeiro audaz, que pretende fulminar a ruina desta Terra e do Brasil inteiro. Acampamento nos Porongos, 13 de novembro de 1844". José Gomes de Vasconcelos Jardim, Davíd Canabarro, João Antônio da Silveira, Antônio Neto. (145)

(145) — Documento em original na Biblioteca Nacional, I — 4, 2, 2, n.º 160.

A 19 seguiu Fontoura para a Côrte, acompanhado do coronel Manoel Marques de Souza, depois conde de Pôrto Alegre, como representante de Caxias, para informar o govêrno Imperial do que fôsse necessario sôbre o estado da Província.

O embaixador farroupilha desempenhou-se de sua alta missão com a inteligência e a dignidade que sempre nortearam seus atos na vida pública, e a paz foi feita, com honra para os riograndenses, que obtiveram todas as garantias que então pleiteavam, tratando de potência a potência, graças ao ato do grande Caxias, não cumprindo o que fôra estabelecido no decreto de 18 de dezembro de 1844, que exigia só fôsse feita a paz depois da deposição das armas e submissão imediata dos farroupilhas.

Isto não aconteceu.

Sómente depois de publicadas as condições de paz, a 25 de fevereiro, foi que se realizaram aqueles dois atos, a 28 do mesmo mês.

Caxias assumindo a responsabilidade dêsse procedimento correspondia à confiança que nele depositavam os homens da Revolução.

Agiu, assim, o preclaro pacificador, como "verdadeiro amigo dos riograndenses", segundo reconhecia e proclamou Bento Gonçalves, depois da pacificação e, como reconhecimento da grandeza de alma de Caxias, acrescentou "nos fez o que não podiamos esperar, salvando assim em grande parte a nossa dignidade".

A representação para a paz, assinada pelos chefes riograndenses, que ficou transcrita, evidencia, mais uma vez, que o espírito brasileiro predominava entre os centauros de 35 e, por isso, a formosa Tessália de seus encantos, foi reintegrada na grande pátria comum, e eles na "Grande Família Brasileira", a que se refere o documento, de que eram, continuaram e continuam sendo "distinta porção".

Nas palavras, nos gestos, nos atos e nos acontecimentos, que abundam no decurso da longa e porfiada luta ; no anseio de paz, a princípio com o triunfo do ideal que impulsionava a Revolução e depois com o prejuizo dêsse sonho, pelo império de um motivo mais forte — o amor e a dedicação ao Bra-

sil : temos o desmentido formal, ao labéu de que no Rio Grande do Sul "nunca houve forte sentimento brasileiro". Magra e desfeita ilusão contém esta afirmativa, de quem ousou confundir o alto patriotismo de um grande povo, com o seu pequeno e íntimo sentir, sendo por isso, êrro crasso, de quem, nos distúrbios de uma paixão que o atropela, não teve olhos para ver, nem coração para sentir as manifestações grandiosas da alma de uma raça, através de sua ancestralidade, que sendo, como é, um elemento estável na vida do homem, atua sôbre o indivíduo e sôbre as massas humanas, unificando povos, criando nacionalidades.

Aí reside o motivo, a causa determinante da paz em 1845 e não na fraqueza, no desacoroçoamento, de "quem se submete ao império de circunstâncias inelutaveis" ([146]), deprimente justificativa com que se pretende explicar a cessação da guerra.

JUÍZOS TEMERÁRIOS

O dr. Alfredo Varela, para cohonestar sua afirmativa de que no Rio Grande do Sul "nunca houve forte sentimento brasileiro", socorreu-se dêste juízo temerário do dr. Saturnino de Souza e Oliveira : "Os farrapos consideram o anti-brasileirismo como uma virtude e só abraçariam com entusiasmo quem lhes prometesse reduzir o Brasil a cinzas". ([147])

Basta, para revelar a inanidade dêsse juízo, os fatos que o precederam, evidenciadores da brasilidade dos farrapos, sentimento êsse que ditou a paz de 1845 e culminou nas campanhas posteriores — contra os orientais, contra Rosas, na Argentina, contra Lopez, no Paraguai.

([146]) — Política Brasileira, reproduzida na História da Grande revolução, VI, 230.

([147]) — Êste juízo o dr. Varela menciona em Duas Grandes Intrigas, II, 542 ; Repete-o na Política Brasileira, II, 216 ; transcreve-o na História da Grande Revolução, V, 507 e o reproduz em Crítica de Escada Abaixo, no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, de 4-III-1934.

Estas múltiples citações evidenciam o empenho do autor em cohonestar suas afirmativas mas, dêsse modo, só consegue se apresentar em público jocosamente, querendo encobrir o sol radiante da brasilidade riograndense como peneira de um juízo temerário.

Para esta última campanha, em que estava empenhada a honra do Brasil inteiro, concorreram os riograndenses com o maior contigente.

O Rio Grande do Sul, então, com uma população de 446.900 almas, contribuiu com 33.803 homens, emquanto as dez Províncias do Norte que se grupam de Alagoas à Amazonas, com 3.650.000 habitantes, tendo assim 3.200.000 mais que o Rio Grande, contribuiram, apenas, com 33.366 combatentes.

Bastava isso para anular de modo absoluto o conceito temerário de Saturnino, ainda despeitado, quando o emitiu, devido os fracassos de suas tentativas de paz e de sua primeira administração, em 1840.

Êsse político, ferido em sua vaidade, pelo modo altivo com que os farrapos repeliram o desabrimento com que a êles se dirigiu, dizia, quando se recolheu ao Rio de Janeiro, "que era necessária uma batalha para se pacificar o Rio Grande".

Estava ainda imbuido dessa idéia quando assumiu o govêrno da Província, pela segunda vez, em março de 1841 e nela ainda persistia, em maio seguinte, quando manifestou aquele juízo sôbre os riograndenses.

Se não existissem os fatos apontados e os que vamos em seguida mencionar, uma simples **crítica de exatidão**, que nenhum historiador honesto e bem intencionado pode desprezar, seria suficiente para que nenhum valor se desse áquela arguição, porque essa crítica nos revelaria a **competência** do acusador, isto é, as condições em que êle formulou seu libelo.

O visconde de Sinimbú, com a penetração que lhe era peculiar e que foi um dos traços característicos de sua grande inteligência, afirmou, em 1843, em relatório ao govêrno Imperial: "O único meio de acabar já e prontamente com a rebelião do Rio Grande, é levantar o Império o estandarte Nacional contra uma potência estrangeira".

Os fatos demonstraram cabalmente quanto era verdadeiro o juízo do grande estadista, que sabia ler fundo no coração humano.

Foi mais longe a argúcia de Sinimbú, salientando o alto grau de amor próprio dos riograndenses, sentimento êsse, adi-

tou "que é natural na gente do Rio Grande, que é a mais caprichosa e tenaz do Império". E, com a convicção que seria de um vidente, se não fôsse o resultado de seu conhecimento psicologico, acrescentou : "A êsse caprichoso sentimento é preciso opor outro, mais nobre o glorioso. Nenhum outro poderá produzir êsse efeito senão o da Nacionalidade".

O dr. Varela conhece êste juízo de Sinimbú, visto que o menciona em seus livros, entretanto, o deixou de lado para se apegar capciosamente ao de Saturnino de Souza e Oliveira, sem fundamento, injusto, apaixonado.

Sinimbú viu, logo depois, confirmada sua afirmativa e a ela fez referência, em discurso pronunciado no Senado, a 16 de julho de 1855, nestes termos :

"Foi ainda a probabilidade de uma guerra do Império contra o ditador de Buenos Aires que aplainou, que preparou o espírito dos dissidentes do Rio Grande, para a grande obra da pacificação da Província".

Anos depois, em 1883, em outro discurso naquela Câmara, ao proclamar a brasilidade dos riograndenses, referiu que inquerindo em Montevidéu, quando aí fôra ministro residente, em 1843, alguns chefes farroupilhas, que partido tomariam no caso de uma guerra contra Rosas, teve esta resposta : "Senhor, isso não é pergunta que se faça a um filho do Rio Grande".

O dr. Varela, entretanto, diz que o perigo que Rosas representava para o Brasil é a causa "que a falsa história aponta como a germinativa do Convênio de Ponche Verde". (148)

Acrescenta depois que êsse perigo foi um artifício a que os farroupilhas recorreram constrangidos pelas circunstâncias ; que foi um simples pretêsto. (149)

Seria isso o cúmulo da desfaçatez ; teria assim o heróico drama da Revolução um epílogo de comédia burlesca ; teriam dêsse modo os grandes atores do decênio portentoso se transformado em simples polichinelos, nas mãos hábeis e vigoro-

(148) — Política Brasileira, II, 347, transcrita na História da Grande Revolução, VI, 232.

(149) — Política Brasileira, II, 269 e 379, transcrita na História da Grande Revolução, VI, 267 e 284.

sas de Caxias ; seria o opróbrio ; seria tudo isso : se os próprios farroupilhas não tivessem confirmado, como confirmaram, por atos e palavras, que eram sinceros, que estavam convencidos de que o Brasil se achava ameaçado por um perigo externo, contra o qual êles julgavam deviam combater, como combateram seis anos depois, dando as maiores provas de lealdade e de amor à Grande Pátria.

Para a campanha de 51 ou seja para o perigo previsto em 1845, Caxias organizou um exército de 20.200 homens dos quais mais de 15.000 eram riograndenses.

Dos chefes principais da Revolução Farroupilha alí se achavam, em altos comandos, entre outros os seguintes : Davíd Canabarro, á frente da 4.ª Divisão, que fazendo a vanguarda do exército, foi a primeira fôrça a penetrar no territorio uruguaio ; João Antônio da Silveira, José Gomes Portinho, Manoel Lucas de Oliveira, comandando brigadas ; José Mariano de Matos, como Deputado do Ajudante General.

Para a campanha de 64, o contingente riograndense representou dois terços das fôrças que entraram em operações e entre outros chefes farroupilhas lá estava o galhardo Antônio de Souza Neto, à frente de uma brigada de 1.300 homens, por êle reünida.

O mesmo teria acontecido com Bento Gonçalves, se vivo fôsse.

Em outubro de 1844 manifestando ao barão de Caxias a necessidade de se fazer a paz, devido os males que acarretaria a prolongação da luta, disse o intrépido general farroupilha : "e mais que tudo" para impor "respeito ao feroz inimigo que nos ameaça", contra o qual adiu, "apesar de velho e cansado prestarei gostoso meus débeis serviços, a par de meus irmãos brasileiros". (150)

Ninguem de boa fé, ninguem de ânimo sereno, poderá asseverar que essas manifestações não eram sinceras, visto que Bento Gonçalves era, como êle mesmo se comprazia em proclamar "inimigo da sedução e do engano" e, por isso, não se pode, sem injúria à sua memória, dar a tão solene declaração

(150) — Carta de 13-X-1844, cit.

um sentido subalterno, qual o de conseguir a paz por artifícios, afetando sentimentos que não alimentava ; preferindo mentir a caír com as armas na mão.

Não, não foi assim, tal vileza não caberia nunca em seu peito nobre e leal.

Bento Gonçalves não mencionou a existência daquele perigo por artifício e sim porque êsse perigo existia em sua conciência e preocupava sua alma de patriota.

Cinco meses depois de feita a paz, em carta íntima a um de seus maiores amigos, assim se manifestou : "Se o Brasil tem que entrar ou não nos que irão contra Rosas, é hoje problema que todos procuram resolver. Eu considero que está nos seus interêsses entrar, não duvido que assim suceda, depois que o ministério se convença de seus verdadeiros interêsses — isto é, do Brasil".

Após outras judiciosas considerações diz que o único meio do Brasil evitar aquele perigo é tomar imediatamente uma posição forte. (151)

Assim se manifestava o ilustre e bravo chefe farroupilha depois de feita e garantida a paz. Essa manifestação era de caráter íntimo e, por isso, seus detratores — os que procuram desvirtuar o sentido de suas palavras, não podem atribuir-lhe intenções fingidas, desejos de enganar.

Davíd Canabarro que foi o último dos generais farroupilhas a concordar definitivamente com a paz, cientificara Caxias, em princípios de 1844, por intermédio de um seu tio e amigo "que se o govêrno imperial declarasse guerra a João Manoel Rosas, êle se uniria ao Império para batê-lo". (152)

Tinha, pois, credenciais, não faltava autoridade para o general em chefe dos farrapos para proclamar, como proclamou, em 28 de fevereiro de 1845 : "Um poder estranho ameaça a integridade do Império e tão insólita ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros.

---

(151) — Carta de 11-VIII-1845, em cópia fotografica no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

(152) — Ofício de Caxias ao Ministro da Guerra, de 11-IX-1844, cit.

"O Rio Grande não será teatro de suas iniquidades, e nós partilharemos da glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos, ao bem geral do Brasil".

Como penhor da sinceridade dessas afirmativas e da existência dos sentimentos de brasilidade, que se ufanava em proclamar, Canabarro, cinco anos depois, marchava contra Rosas, à frente de uma divisão, na vanguarda do exército brasileiro.

Manoel Lucas de Oliveira, homem de virtudes excecionais, incapaz de expressar sentimentos que não alimentasse, em proclamação também de 28 de fevereiro de 1845, na qualidade de ministro da Guerra dos farroupilhas, disse que abandonavam, a luta em que se achavam empenhados em face "de um perigo maior" e acrescentou : "Atentai para a nuvem carregada e medonha que ha tempos troveja para o lado ocidental deste emisferio e que despedirá raios sôbre nossas cabeças se nos não apressarmos a conjurá-la, conhecendo quiçá sofreremos primeiro que nenhum outro povo". (153)

O dr. Alfredo Varela faz um longo extrato desta proclamação, utilizando-se de um documento existente no arquivo do dr. Nestor Ascoli, não tendo, entretanto, extratado a parte que transcrevemos, talvez porque essa parte contraria a tese dos pretêstos e artifícios que atribue aos farroupilhas.

Manoel Lucas, em 1851, á frente de 4.000 riograndenses ficou guardando a nossa fronteira, enquanto o exército imperial marchava contra o perigo que êle, em 1845, dizia ameaçar despedir "raios sôbre nossas cabeças".

Não tem, pois, o menor fundamento o labéu lançado sôbre estas suas expressões taxando-as de artifício.

Antônio Vicente da Fontoura, um dos homens mais austeros da Revolução, em documento que não pode ser argüido de suspeito ou de falta de sinceridade, porque era dirigido á sua espôsa, ao mencionar, em seu **Diário**, em 15 de setembro de 1844, que constava ia o govêrno imperial declarar guerra a Rosas, disse que "sem dúvida se efetuaria uma transação amigável".

---

(153) — Documento existente na Biblioteca Nacional.

O govêrno riograndense representado pelo seu presidente, secundado por tres dos mais prestigiosos e ilustres dos generais farroupilhas — Davíd Canabarro, João Antônio da Silveira e Antônio de Souza Neto, propôz a paz em novembro de 1844, desde que não fôsse manchado de ignomínia o Rio Grande, "distinta porção da Grande Família Brasileira, nem ao sábio govêrno de S. M. Imperial", visto que essa paz "impunha um dique formidavel ao estrangeiro audaz que pretende fulminar a ruina desta terra do Brasil inteiro".

João Antônio, em 1851, como já vimos, marchou á frente de uma brigada contra Rosas.

É bem conhecida a atitude heróica e patriótica de Souza Neto, contra o Uruguai, em 1864, e depois na campanha do Paraguai.

Não foi, sem dúvida alguma, por artifício que todos êsses grandes homens tomaram as armas em defesa do Brasil e, sim, impelidos pelo patriotismo. Eles não cometeriam nunca a infâmia de receber a paga de um serviço a que se não consagrassem de todo coração e com toda a lealdade.

Não, êles não fariam isso, porque nunca foram sevandijas da Grande Pátria, para viverem a seu sôldo tendo "o sentimento cívico restrito tão sómente ao que dizia respeito ao território gaúcho". (154)

Êles amaram, amaram muito ao Rio Grande, mas nunca esqueceram o Brasil, que souberam, sempre, colocar acima de todas as competições.

Eram idólatras do fogão gaucho, mas sempre comungaram, com lealdade, na ara sagrada da Pátria.

Na defesa desta, por nenhum dos filhos das outras Províncias foram excedidos. Os mais bravos, os mais dedicados, precisaram subir muito alto, em afeição e serviços ao Brasil para com eles hombrearem.

A história não se funda em juízos temerários e, por isso, não averbará como justo, como verdadeiro, o que disse Saturnino de Souza e Oliveira, nem aceitará o pretendido fingimento para a paz em 1845.

(154) — Alfredo Varela, Remembranças, 269.

PLATINISMO IMAGINÁRIO

Assevera o dr. Alfredo Varela que o Rio Grande do Sul "era um território povoado por gente de raça portuguesa, mas de filiação política mais platina que luso-brasiliense". (155)

O autor citado comete aquí um êrro induzido pela observação introspectiva : expressa sua mentalidade e não o sentir dos riograndenses.

As "tradições espanholas e indígenas" foram, observa um escritor argentino, "os fatores de onde provieram nosso tipo físico, nosso tipo moral e nossa índole política". (156)

Quem observar o "típo moral" e a "índole política" dos platinos e dos riograndenses, no ciclo farroupilha, notará grande diferença entre ambos, resultante da formação social de cada um.

A cruza do aborígene com o colonizador branco no Rio Grande, não foi em alta escala como na Argentina e no Uruguai.

Os espanhóis mandaram para o Prata, como povoadores, homens, quasi que sómente homens, sem mulheres ; os portugueses, entretanto, iniciaram o povoamento riograndense com casais açorianos e, portanto, com os melhores elementos da gente lusa.

O "estado originário" dos povos platinos "foi absolutamente mestiço, predominando a raça indígena e 20 % de negros, em face de minúscula população branca", diz Ayarragaray e acrescenta: "O hibridismo foi nossa constituição moral com todos seus inconvenientes morais e orgânicos". (157)

Daí procede o caudilhismo, que não é "um fenômeno isolado ou brutal, mas derivado lógico de antecedentes e disposições étnicas e sociais". (158)

---

(155) — Política Brasileira, I, 259, repetida na História da Grande Revolução, IV, 258.

(156) — Lucas Ayarragaray, La Anarquia Argentina y el Caudillismo, 31.

(157) — Idem. 241.

(158) — Idem, 128.

"O caudilho não foi, portanto, fruto artificial, expoente isolado, mas produto de um determinismo histórico e de uma lenta evolução de fôrças psicológicas e étnicas". (159)

Os fatores determinantes da existência do caudilho não existiram no Rio Grande do Sul e, por isso, o caudilhismo não infelicitou a nossa terra.

Nossa gente nunca nutriu o culto fetichista, que foi a fôrça mística que sustentou o caudilhismo no Prata.

Alí, ainda é Ayarragaray quem o afirma, a "mentalidade por sua contestura hereditária e sua índole emocional, fomentou as tendências ingênitas para o fetichismo pessoal sôbre cujas bases erigiu seu trono o dominador político". Acrescenta em seguida : "Estudando filosoficamente a história pátria, se comprova a todo momento nossa inépcia para conceber uma causa ou uma idéia, sem encarna-la na pessoa de um caudilho.

"Jamais tiveram conceito ou vida ideológica os programas puros.

"O caudilho constituía o partido, a bandeira, o princípio e o fim do mesmo". (160)

Não era assim no Rio Grande do Sul.

A Revolução Farroupilha o comprova fartamente.

Foi em tôrno de uma idéia que o povo se levantou em 1835 e por isso combateu com a mesma fé, com o mesmo heroísmo e com a mesma esperança, sob as ordens gerais de Bento Gonçalves, a princípio ; sob o comando em chefe de Souza Neto, depois ; sob a direção suprema de Canabarro, finalmente, e se manteve, sempre, obediente ao poder civil.

Quando surgiram os atritos entre os chefes, a massa do povo não compartilhou das desavenças, manteve-se obediente aos que representavam o poder constituído, aos que foram empossados nos cargos de mando.

Entre os destituídos do poder figurou Bento Gonçalves, o chefe supremo da Revolução, e a luta continuou.

---

(159) — Idem, 129.
(160) — Ibidem.

Souza Neto, o bizarro e intrépido lidador, também perdeu grande parte de sua autoridade nas regiões do mando, sem que houvesse arrefecimento no ardor dos que combatiam.

Assim aconteceu porque entre os nossos homens, entre a gente do Rio Grande, o chefe não era o princípio nem o fim da Revolução. Combatiam todos por um ideal, consubstanciado em grandioso programa político.

Na Argentina, mais tarde, o horror aos caudilhos criou a política absolutista e, em 1835, a "Legislatura" conferiu a Rosas "la suma del poder público", e estabeleceu o centralismo.

O Rio Grande do Sul, nesse mesmo ano, a 20 de setembro, levantou-se contra "a soma do poder público" nas mãos do govêrno central e se bateu pela sua autonomia por meio da federação.

Enquanto na Argentina se considerava a formação dos Estados Unidos como "contrária às regras do bom critério", no Rio Grande do Sul se apontava como um modêlo a constituïção de Filadélfia e se proclamava que os norteamericanos eram os mestres do Direito Constitucional moderno.

Poderiamos continuar neste confronto comprovante da inexistência da filiação exótica a que se refere o dr. Varela, preferimos, porém, recorrer a outros meios de provas, que evidenciam o esfôrço dos riograndenses em realizar seu ideal político juntamente com os brasileiros em geral, aos quais se sentiam íntimamente ligados pelo sangue e pela língua, que são os vinculos mais poderosos na união dos povos.

Um dos colaboradores d'**O Povo** assim se dirigia, em 1839, aos filhos das outras Províncias do Império :

"Onde estão os Pernambucanos, de 1824? Onde os Fluminenses, de 1831? Que fazeis Baïanos de 1837? Que fazem êsses Paulistas orgulhosos de suas descobertas? Os Paraenses, os Sergipanos e os Cearenses, os de Mato Grosso, os Alagoanos ardentes e os valorosos habitantes das margens imensas do magestoso Amazonas, dormirão eternamente o sono da ignomínia ? E vós Catarinenses, porque não operais uma diversão poderosa em nosso favor ?

Acreditais acaso que aquí se combate inteiramente para nós ? Ah ! que vos enganais". (161)

Dirigindo-se aos Lageanos, a 21 de março de 1839, disse Bento Gonçalves, na qualidade de Presidente da República Riograndense : "Vossa posição geográfica, vosso caráter, vossos habitos e usos, tudo concorre a irmanar-nos ; liguemo-nos para sempre em anel firme ; sejamos um e o mesmo Povo".

Joaquim Teixeira Nunes, o intrépido vanguardeiro de Canabarro na incursão á Santa Catarina, em circular dirigida a diversos catarinenses, convidando-os a cooperarem para realização do ideal farroupilha, assim explica o objetivo da Revolução: Secundando o passo pelos riograndenses dado em 20 de setembro de 1835, proclamando a independência de vosso país, não penseis Sr., que nisso afetais os interêses do Brasil, do solo sagrado dos Brasileiros : pois que a República Riograndense, concienciosa de sua dignidade, do espírito da grande maioria dos Brasileiros e da honrosa missão que lhe foi confiada, nada tem tanto a peito, quanto a Federação dos Estados seus irmãos".

Já ficaram mencionados os nomes de grandes influências políticas, de diversas Províncias brasileiras, a quem os riograndenses se dirigiram com o objetivo de estabelecerem o regime federativo.

Não havendo o longo e pertinaz apêlo em prol da Federação Brasileira encontrado eco nas demais Províncias, opinaram os farroupilhas pela paz, em 1845, preferindo se reintegrarem na Grande Pátria comum a uma união exótica, evidenciando, assim, que "a filiação política mais platina que luso-brasiliense" é simplesmente imaginativa, mera ficção, desautorizada pelos fatos e pelos principais homens do decênio heróico.

Bento Gonçalves justificou, nestes termos, o desejo dos riograndenses de se reintegrarem no Brasil : "A mesma religião, a mesma língua, os mesmos usos, os mesmos costumes,

(161) — "O Povo", de 23-I-1839.

os mesmos laços de amizade, e finalmente as mais ternas simpatias inclinam nosso coração a favor de um govêrno que consideramos irmão".

Três anos depois, dirigindo-se aos brasileiros em geral, insistia nas mesmas idéias : "Ligados pelos vínculos do sangue, da religião, do interésse e da amizade, professamos princípios, idéias e pensamentos idênticos.

"Brasileiros ! Escutai os acentos da verdade : enquanto subsistir entre vós a monarquia, não gozareis as doçuras da paz, nem sereis felizes ; quebrai, ainda é tempo, os grilhões deshonrosos que roxeam vossos pulsos, e vinde conosco sustentar nos campos do sul aquelas bases duráveis, aquele princípio regenerador em que repousarão um dia a paz, a felicidade e o esplendor da Nação Brasileira".

Transcrevendo essa proclamação a **Estrela do Sul**, que era então o jornal oficial da República Riograndense, disse que era "uma expressão ingênua dos sentimentos de fraternidade e de tendência para a união que conservam todos os riograndenses em favor de seus irmãos do Brasil".

Bento Gonçalves, conseqüente com êsses conceitos e negando a filiação platina que se lhe atribue, disse, referindo-se ao perigo platino, em fins de 1844, às portas da paz : "Apesar de velho e cansado prestarei gostoso meus débeis serviços, a par de meus irmãos brasileiros".

O dr. Varela, entretanto, para insinuar o "pendor separatista" de Bento Gonçalves e o seu uruguaiofilismo o denomina "antigo companheiro de Artigas" (162) e averba-lhe estes importantes serviços : "Havia êle servido como forriel de auxiliares, na guerra de 1811, transferindo-se, por deserção, ao campo de Artigas, junto de quem pelejou algum tempo, prestando serviços, mais tarde, como autoridade subordinada ao lidador oriental: a de **alcaide**, cargo eqüivalente ao dos juízes ordinarios da nossa Ordenação". (163)

---

(162) — Duas Grandes Intrigas, I, 708 ; História da Grande Revolução, I, 333.

(163) — Duas Grandes Intrigas, I, 416.

O autor citado aplaude êsses serviços e procura justificá-los, com fundamento na lição de La Bruyêre de "não haver pátria no seio do despotismo" e adita: "O que chamamos vulgarmente inimigo, pode ser, em circunstâncias excecionais, o desejado libertador".

Perdeu, entretanto, o tempo e o latim.

Bento Gonçalves desfez, cabalmente, aquela balela, em 1820, com documentos que então apresentou juntamente com uma petição solicitando "a mercê do Hábito da Ordem de Cristo".

Alí declara o requerente que passara "à Campanha de Montevidéu com permissão do Govêrno" de sua pátria "afim de tratar de seu negócio, se estabelecendo naqueles domínios com fazenda de criar gados e casa de negócio na vila de Serro Largo"; que aí, "foi por muitas vezes solicitado por Artigas e seus chefes para entrar no serviço dos insurgentes, com promessas de grandes vantagens; porém, fiel aos seus deveres e caráter de verdadeiro e leal vassalo de Vossa Magestade, longe de anuir a semelhantes pretensões sempre se correspondeu com os comandantes da Fronteira, avisando-os de todos os movimentos dos insurgentes e os seus projetos, isto com grande risco de sua própria vida e de sua família e com despesas de sua conta".

Estes serviços são comprovados por atestados que junta, passados pelo marquês de Alegrete, general Manoel Marques de Souza, coronel Manoel Xavier de Paiva e capitão João Pedro da Silva Ferreira.

Prova, também, que exerceu efetivamente, o cargo de **alcaide** de Serro Largo, mas durante o domínio português alí, com a entrada das tropas ao mando do brigadeiro Felix José de Matos Pereira de Castro, funções essas que cessaram com a retirada das referidas tropas.

O brigadeiro Matos confirma isso, em longo atestado, onde menciona e salienta outros serviços de Bento Gonçalves. (164)

---

(164) — Documentos existentes na Biblioteca Nacional, Códice I — 31, 23, 4, transcritos por Aurélio Pôrto, no Processo dos Farrapos *in* vol. — XXIX das Publicações do Arquivo Nacional pags. 513 a 523.

Relativamente aos sentimentos de brasilidade dêste ilustre riograndense e á sua estima e consideração ao ínclito Caxias, foi tambem infeliz o dr. Varela quando isso procurou negar, utilizando-se de uma correspondência fantasista de Chilavert, publicada na **Gaceta** de Buenos Aires, onde se inventam atitudes e conferências que foram desmentidas pelas palavras autorizadas de Caxias e de Almeida Tôrres, desmentido êsse que Bento Gonçalves confirmou depois, em termos que convém fiquem integralmente registados, para se evitar que continue a exploração :

"Retirado da cena pública, desde a pacificação da Província, e afastado de todos os negócios públicos, tratando de curar únicamente dos poucos interêsses que me restam para a manutenção de minha numerosa família, no centro da qual me acho no gôzo do mais completo sossêgo, sem outras vistas, nem outro interêsse senão aquele do meu trabalho doméstico, é quando, a 15 do corrente, me vieram às mãos, enviadas por um amigo, as fôlhas 129 e 131 de outubro p. p., nas quais deparei com um artigo, transcrito de um jornal de Buenos Aires, que publicava uma imaginária conferência que diz comigo houvera, na cidade de Pôrto Alegre, na augusta presença de S. M. I., sôbre os negócios do Rio da Prata : e pôsto que também visse satisfatoriamente desmentida essa asserção pelos excelentissimos senadores Conde de Caxias e Almeida Tôrres, todavia cumpre-me declarar que semelhante anúncio foi uma caluniosa invenção, talvez com o ignóbil objeto de desconsiderar alguem ; e para desvanecer qualquer idéia pouco favoravel que o público possa fazer a meu respeito, rogo-lhe, Sr. Redator, queira admitir, no seu bem conceituado periódico, estas linhas, com que muito obrigará ao seu atento venerador. — Bento Gonçalves da Silva — Cristal, 19 de novembro de 1846."

Antônio de Souza Neto, o galhardo proclamador da República Riograndense em 1836, não obstante residir na República Oriental, onde possuía ricas estâncias, era fundamentalmente brasileiro.

Suas manifestações depois da paz, em 1845, inquietaram, entretanto, ao govêrno imperial, que temia quisesse o procla-

mador da República tentar novo levante no Rio Grande. Recomendou, por isso, ao presidente da Província, a 22 de maio de 1848 : "Continue a dar todas as informações que possa obter, acêrca das vistas e planos de Neto".

Dias antes, Soares de Andréa, que era então o presidente do Rio Grande do Sul, havia comunicado ao ministro dos Negocios Estrangeiros as seguintes informações sôbre Neto, que lhe haviam sido prestadas por "Joaquim Pedro Soares, que foi um dos militares mais hábeis que teve a Revolução" : "Falei-lhe de Neto e da possibilidade que havia dele tomar o partido dos orientais : a isto respondeu que havia tempos não se encontrava com êle, mas que tão convencido estava de que Neto deseja fomentar nova revolução na Província e que aproveitará toda a ocasião favorável a êste fim, como está de que êle não será capaz de se ligar aos estrangeiros para fazer guerra contra a sua Província ou mesmo contra o Brasil em geral". (165)

Nas campanhas contra o Uruguai e o Paraguai o destemeroso lidador riograndense confirmou, plenamente, as últimas afirmativas de seus sentimentos patrióticos, por quem o conhecia íntimamente — Joaquim Pedro Soares — que tanto influiu para seu ato proclamando a República após a vitória do Seival.

Estes fatos revelam que o ideal e a filiação política dêste riograndense ilustre, eram, como as de todos seus pares, genuïnamente brasileiros.

Não havia, pois, a influência platina que, sem fundamento, se apregoa.

Negam essa influência os fatos e os homens do Rio Grande do Sul, cujos filhos sempre colocaram o amor pelo Brasil acima de suas simpatias, que são grandes e justas, pelos países platinos.

Os ideais de liberdade dos farroupilhas não podiam encontrar abrigo à sombra liberticida dos caudilhos platinos.

Tinham os nossos antepassados perfeito conhecimento disso e por êsse motivo preferiram a uma união com os nossos

(165) — Ofício de 5-V-1848, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

vizinhos, abrir mão, de momento, de seus ideais políticos e se reintegrarem no Brasil monarquico, aguardando melhores dias para realizarem suas aspirações democráticas.

É o que afirma Manoel Lucas de Oliveira, figura de singular relêvo, pelas suas virtudes públicas e particulares, nestes termos, ao comunicar ao grande Caxias a resolução dos farroupilhas de fazerem a paz : "No dia de hoje se realizou debaixo de felizes auspícios, o ato mais essencial que conduz a pacificação da República Riograndense, êsse Estado nascente que vai deixar de existir, não por falta de elementos para sustentar-se, mas devido em grande parte á política conciliadora que V. Ex. há empregado, e ao razoável motivo que seus concidadãos sempre zelosos da Liberdade e ventura, tendo de optar entre a liga de uma Nação estrangeira com um govêrno vicioso, e a Monarquia Constitucional Representativa do Brasil, prefere abraçar os mais sólidos garantes dos Direitos Civis e Políticos, e se vão de fato entrelaçar no seio da Mãe Pátria". ([166])

Quatorze anos depois, em 1859, assim ainda se manifestou êsse ilustre varão, confirmando aquelas declarações : "A Revolução da Província tinha tocado ao seu têrmo. Suas aspirações prematuras foram renunciadas, em face das largas concessões da munificiência imperial. Os bravos que a sustentaram, restituídos ao regaço da Pátria comum, tiveram ocasião, muitos deles, de se ilustrarem e servirem gloriosamente sob o pavilhão do Império.

"Levado pelo fervor e sinceridade de minhas crenças a compartir da sorte dessa pleiade de valerosos guerreiros, não coro, de um só ato, que possa, ainda de leve, marear minha reputação. Antes tenho tido a glória de ser um daqueles, que se opuzeram, com inabalável tenacidade, que o Rio Grande do Sul fizesse parte integrante da Confederação Argentina, para o que éramos incessantemente convidados pelo govêrno de Oribe, por parte do ex-ditador Rosas.

"Como um dos primeiros magistrados, que era então do govêrno da extinta República Riograndense, tenho conciên-

([166]) — Biblioteca Nacional, Códice I — 4, 2, 2, doc. n.º 179.

cia de haver influído nessa recusa constante, que tanto nos honra.

Repelimos as armas estrangeiras, porque o sangue que as deveria tingir era de Irmãos". (167)

Em 1867 reafirma novamente êsses conceitos, como que resguardando sua convicção, sua sinceridade, de um labéu que futuramente havia de ser lançado sôbre sua memória, atribuindo-se àquelas afirmativas "inveterado processo enganatório". (168)

Entre os chefes riograndenses que desautorizam a inventiva de que a Revolução Farroupilha "nada mais foi que um reflexo das revoluções platinas" (169), figuram dezesete dos mais respeitáveis, que foram mencionados por Manoel Lucas de Oliveira, na seguinte carta, dirigida ao barão Homem de Melo, enviando-lhe, a 4 de junho de 1867, por cópia, o manifesto que juntamente com êsses chefes dirigíra ao povo riograndense, em fevereiro de 1843 :

"Tenho o prazer de oferecer a V. Ex. para a história Pátria o documento incluso, o qual muito concorreu para o regresso desta Província à União Brasileira, depois de nos despedaçarmos dez anos — Irmãos contra Irmãos, em uma luta tenaz.

"Cumprindo-me manifestar a V. Ex. que êsses dezessete membros da oposição, que vão consignados no documento, foram os que firmemente unidos, arrancaram o Rio Grande do Sul dessa aliança bárbara e selvagem do ex-ditador Rosas e seu lugar-tenente o déspota Oribe.

"Uma lágrima de saüdade Ex. Sr., um voto de gratidão ao nome dêsses onze distintos varões, que a morte já separou para sempre do mundo.

---

(167) — Manifesto do coronel Manoel Lucas de Oliveira aos seus comprovincianos, datado de 1859, impresso em Pelotas, na Tipografia de Carlos de Koseritz.

(168) — Alfredo Varela, Crítica de Escada Abaixo, no "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro, de 28-II-1834.

(169) — Alfredo Varela, Revoluções Cisplatinas, 522, reproduzidas na História da Grande Revolução, II, 399, onde substituiu o vocábulo *cisplatinas* por *platinas*.

"Um óbulo apenas de reconhecimento, Sr. Presidente, a seis que ainda vivem, e cujos nomes peço a V. Ex. para permitir consigne na presente, pois vivem pobres, isolados, esquecidos do Govêrno, depois de tanto sofrer e trabalhar pela nobre causa da União.

"São êles : o general João Antônio da Silveira, residente em São Xavier ; o tenente coronel Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Mena, em Rio Pardo ; Francisco Ferreira Jardim Brazão, nesta cidade (Pôrto Alegre) ; Manoel Martins da Silveira Lemos, em São Gabriel ; dr. Antônio José Martins Coelho, no Estado Oriental". ([170])

Manoel Lucas omitiu entre estes o seu nome.

Os onze mortos eram os seguintes : padre Francisco das Chagas Martins de Avila e Souza, Antônio Vicente da Fontoura, Davíd Canabarro, Serafim Joaquim de Alencastre, Serafim dos Anjos França, José Pedroso de Albuquerque, Onofre Pires da Silveira Canto, Vicente Lucas de Oliveira, Silvano José Monteiro de Araujo e Paula, Felix Nepomuceno Prates e Manoel José Pereira.

Manoel Lucas de Oliveira era dos chefes farroupilhas de maior responsabilidade na implantação do regime republicano e dos que melhor podiam dizer dos intuitos políticos de seus correligionários — foi por suas instâncias, secundado por Joaquim Pedro Soares, que Souza Neto proclamou a República no Seival, em setembro de 1836.

As suas manifestações, os seus depoimentos, negando a tendência platinista, são da maior valia e por isso as consignamos extensamente.

Outro grande vulto da revolução — Domingos José de Almeida, que foi uma de suas grandes cabeças, e talvez o seu maior estadista, dezessete anos depois da paz, quando não havia mais necessidade de recorrer ao "inveterado processo enganatório", injuriosamente atribuido aos farroupilhas, declarou : "Não cabe em um comunicado numerar todos os fatos magnânimos dessa Revolução e nem devo agora confrontá-los com os praticados pelos seus adversários, por aqueles

([170]) — Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

que a excitaram e sustentaram até que tendo por intriga de optarmos a união com um estranho que insistemente a solicitava ou voltarmos para os nossos, não trepidamos em abraçar a estes".

As recusas dos farroupilhas aos oferecimentos de Rosas, diretamente ou por intermédio de Oribe, são elementos de primeira ordem para demonstrarem a falta de identidade, a nenhuma conexão, entre as idéias políticas dos homens de 35 e as dos platinos.

Os tratados celebrados pelos farroupilhas com alguns chefes nas Províncias dos países vizinhos e nunca com os govêrnos dêsses países, teem impressionado mal alguns historiadores que, pela simples existência dêsses pactos, deduzem a tendência platina dos riograndenses.

Essas deduções, porém, não se apoiam na lerat dos tratados e sim, como já ficou dito, na existência dêstes, existência essa, que alguns daqueles originais exegetas conhecem por ouvir dizer e nunca de ciência própria.

Nesses tratados jamais foram pactuadas uniões políticas e sim alianças ofensivas e defensivas e reciprocidade de auxílios e de concessões de vantagens, sem perda da soberania das partes contratantes.

É o que verificará quem ler atentamente o primeiro dêsses pactos, firmado em Cangué, a 21 de agosto de 1838, por André Lamas e Martiniano Chilavert, por parte de Fructuoso Rivera e José Mariano de Matos, como delegado da República Riograndense.

A convenção firmada em São Fructuoso, aos 28 de dezembro de 1841, trata sómente de auxílio mutuo de fôrças.

Assinaram essa convenção, por parte de Fructuoso Rivera, José Luiz Bustamante e como delegado farroupilha Domingos José de Almeida.

A convenção de 29 de janeiro de 1842, assinada por Manoel Leiva e José Pinheiro de Ulhoa Cintra, como representantes, respectivamente, do brigadeiro Pedro Ferré, capitão general da Província de Corrientes e do presidente da República Riograndense, teve por fim especial, conforme se lê em seu preâmbulo, "estabelecer relações de amizade e comércio".

Pela convenção datada das pontas do Quaraí, a 5 de março de 1844, feita entre Fructuoso Rivera e o govêrno farroupilha, êste representado pelo coronel Daniel Gomes de Freitas e aquele pelo dr. José Maria Vidal, se obrigavam as partes contratantes "a se prestarem recíprocamente todos os elementos e recursos compatíveis para a conservação de ambas até destruirem os inimigos comuns".

Em nenhum dos tratados citados se cogitou de liga federativa ou confederativa.

Indica isso, positivamente, como observou o conselheiro Araripe, "que no ânimo dos farroupilhas nunca desapareceu a idéia de regresso à união brasileira".

É preciso acabar com a lenda, com a invencionice da influência platina no modo de ser e nas aspirações políticas dos riograndenses.

Os países platinos na era farroupilha não eram as democracias em que se transformaram muitos anos depois.

As suas Províncias, então, como as da Pérsia sob os sátrapas, gemiam debaixo do jugo fero dos caudilhos, que desrespeitavam os direitos e baniam todas as liberdades.

Foi contra êsse poder avassalante e ominoso que a "Legislatura" em 1835, concentrou nas mãos de Rosas a soma de todos os poderes.

Nesse mesmo ano os riograndenses levantaram-se, com as armas na mão, contra o cesarismo central, pugnando pelo estabelecimento do regime federativo, segundo alguns princípios da constituïção norte americana, tendo, entretanto, como fundamento a nossa tradição histórica, visto que a federação brasileira é "um fenômeno de todo o nosso passado".

As idéias de liberdade dos riograndenses, contrárias ao domínio ditatorial, inimigas do despotismo, avessas ao suseranismo e expressas em formas claras, definidas, de um regime autônomo, qual o federativo — não podiam se coadunar com a política platina de então, onde "faltavam fôrças dirigentes e coordenadas que orientassem as idéias embrionárias

(171) — Lucas Ayarragaray, obra cit. 216.

a que a jeringonça partidária da época classificava de organização federal ou unitária, sistemas estes puramente verbais, porque sob êsses nomes funcionava o **dinamismo anárquico** isto é, a prepotência pessoal do caudilho, única constituïção positiva".

Não condiziam, pois, as aspirações políticas de nossos maiores com as dos platinos e, por isso, não se pode admitir a existência da exótica filiação a que se refere o dr. Varela e nem se dar crédito à invencionice de que a Revolução Farroupilha não foi "mais que um reflexo das revoluções platinas".

O povo riograndense não teria sido um bloco homogêneo se para sua formação houvessem contribuído os Jesuítas e os castelhanos ou os descendentes na América, como afirmam alguns escritores, impressionados, sem dúvida, mais pela atuação daqueles na Região Missioneira e pela vizinhança geográfica dos outros, do que pela realidade.

A ação civilizadora dos Jesuítas naquela região, o progresso que alí introduziram, não foram fatores de nossa formação social, nem foram úteis ao nosso desenvolvimento cultural e econômico.

Toda a ação civilizadora e educativa daqueles padres se subordinou fundamentalmente aos interêsses da Ordem a que pertenciam, **in primo loco** e **in secundo**, por conveniência, à simpatia pela Espanha e ódio a Portugal.

Para êste último objetivo eram grandemente auxiliados pela ação dos bandeirantes, em suas devastadoras entradas caçando indígenas.

O fogo destruiu as magníficas cidades, para evitar que fôssem aproveitadas pelos conquistadores e as riquezas, ainda existentes, foram drenadas para fóra do país, durante a ação protelatória da entrega da região, consoante os termos do Tratado de 1750, que nunca foi cumprido.

Das Missões Orientais do Uruguai saíram, capitaneados pelos jesuítas, diversas vezes, grandes contingentes de indígenas para o serviço de Espanha, em suas investidas bélicas contra a Colônia do Sacramento.

Os habitantes primitivos das Missões Orientais do Uruguai ao serviço dos jesuítas, se opuseram, de armas na mão, em lutas sangrentas, à demarcação estabelecida no Tratado de 1750.

Na escola dirigida pelos jesuítas, diz o ilustrado padre Teschauer, "aprendiam os selvícolas a ler, escrever e contar e depois de aprender a língua materna era-lhes ensinado o castelhano".

Os vocabulos português e mameluco, designativos dos habitantes do Brasil, eram sinônimos de inimigo.

A obra dos jesuítas na Região Missioneira e a política de Castella, contrárias ambas ao predomínio português, e à formação da atual sociedade riograndense, obrigaram os elementos que haviam de constituir esta a se unirem para a defesa comum e daí a nossa formação social e a constituïção de nosso Estado em um bloco homogêneo e sólido.

O Rio Grande do Sul não nasceu espanhol e não tem, por isso, a origem espanhola que alguns lhe emprestam.

Não impugnamos essa origem, por depreciativa, que, absolutamente, não seria, mas por inverídica.

O verdadeiro Rio Grande, isto é, o Rio Grande primitivo, o núcleo formador de nosso Estado, é o Rio Grande denominado Capitania del Rey, desde 1620, e, portanto, antes de em nossas terras atuais penetrarem os jesuítas; é o Rio Grande explorado, visitado, estudado e povoado por lusitanos e brasileiros, que depois conquistaram o território missioneiro, de onde haviam sido expulsos os jesuítas e onde predominava o espanhol.

A população humana do território conquistado era de 14.000 almas e a riograndense ou brasileira passou a ser de 60.000, em toda a Província.

Grande foi o número de indígenas que se embrenhou nos matos.

Retornaram muitos, mais tarde, às estancias e aos centros populosos.

Tanto estes como os que alí ficaram, foram completamente dominados pelos conquistadores.

Os espanhóis abandonaram, em massa, o território.

Convém acentuar nesta altura que entre os chefes da Revolução Farroupilha não figura nenhum de origem platina.

A população riograndense, base de nossa sociedade e fundamento de nosso Estado, não teve origem nas Missões fundadas pelos jesuítas e, sim, nas estências estabelecidas ao longo de nosso litoral por lusitanos e brasileiros, antes mesmo da posse oficial do território riograndense, e que dalí se estenderam para o centro, pelos grandes caminhos de nosso povoamento e civilização — a Lagoa dos Patos e o rio Jacuí, e nos acampamentos que deram origem a muitas de nossas cidades.

Em tôrno dêsses estabelecimentos gravitava o espírito português, o nacionalismo brasileiro, o amor e defesa dos pagos, enquanto lá, nas Missões Orientais, predominava o espírito jesuítico, prègando fundamente em benefício da Ordem inaciana, lembrando simpatia à Espanha e aconselhando ódio a Portugal.

Tem explicação e era justificável êsse procedimento dos loiolanos — não o mencionamos aquí com intuitos de condená-lo, mas para desfazer a afirmativa infundada de nossa origem espanhola.

Com a conquista de 1801 encorporamos ao Rio Grande um territorio quasi deserto. Os poucos habitantes que aí permaneceram, eram de educação falha, apaticos, sem vontade própria.

Não havia entre êles nenhum tipo representativo ; formavam, assim, um simples rebanho humano.

Era o fruto do regime comunista em que foram educados e viveram no tempo dos jesuítas e da escravidão a que foram depois submetidos pelos espanhóis.

A identidade de costumes entre os riograndenses e os platinos, em suas lides campeiras, o que há de parecido entre os dois povos, não é de origem espanhola. O que não veiu dos íncolas-charruas e minuanos, especialmente destes, que habitavam àquem e além do Prata — é o resultado do meio geográfico semelhante e das mesmas fainas aquí e lá, que haviam, forçosamente, de produzir os mesmos fenômenos na vida prática, sem que, entretanto, os igualassem na vida mo-

ral e influisse na respectiva étnica, visto que os fatores para isto tinham razões mais fundas, mais íntimas, porque provinham da ancestralidade de cada um.

Daí procede a diferença de caráter e de espírito que existe entre riograndenses e platinos.

O que há de parecido, de semelhante, de aproximativo, especialmente entre riograndenses e uruguaios, procede mais de nossa influência lá do que da deles aquí.

Impressionado com o domínio brasileiro além da fronteira norte, disse um deputado uruguaio : "É notorio que nossas autoridades não teem império, pode-se dizer, além do Rio Negro — aí mandam exclusivamente as autoridades brasileiras. Os hábitos, os costumes e até os nascimentos se legitimam por meio de atos religiosos para que os indivíduos não tenham nacionalidade uruguaia e sim brasileira".

Mais tarde, para impedir a influência avassaladora do Brasil na cultura uruguaia, foi decretada lá uma lei impondo pesada multa aos que saíssem do territorio nacional com o fim de estudar.

Motivara isso o avultado número de moços que procuravam as escolas superiores do Brasil.

Ao mesmo tempo, como defesa contra a invasão da língua portuguesa, criaram os intelectuais uruguaios a **Liga da Defesa da Língua Nacional.**

Os que ainda dão curso à invencionice da influência platina no Rio Grande, os que consideram êste Estado como "uma terra saturada de castelhanismo", assim pròcedem : por pirronice inveterada, que é sinal de marasmo mental ; por exploração de ordem secundária, que revela falta de probidade como historiador ; ou porque nunca sentiram o pulsar ardente do coração riograndense, través do tempo e do espaço, em suas grandiosas, inexcedíveis manifestações de brasilidade pura, que a história regista.

COOPERAÇÃO ESTRANGEIRA

Muito se tem escrito e muito se tem exagerado sôbre a cooperação estrangeira na Revolução Farroupilha, especial-

mente pelos que teem tratado do papel de Tito Lívio Zambeccari, de José Garibaldi e de Luiz Rossetti.

Pareceu-nos, por isso, conveniente examinar, à luz dos fatos e dos documentos os serviços e a atuação dêsses três ilustres italianos naquela revolução.

ZAMBECCARI

Falso primado

A ninguém é licito menosprezar a colaboração de Zambeccari no início da Grande Revolução e até mesmo no preparo desta, mas a verdade histórica repele a atuação primacial que lhe foi atribuida, com fundamento na tradição oral, sem apôio nos documentos que foram depois divulgados e que estão de inteiro acôrdo com os fatos.

O dr. Assis Brasil, em sua **História da República Riograndense**, escrita em São Paulo, em 1881, longe das fontes documentais, ainda por serem exploradas, afirmou, baseado na tradição em voga nessa época, que "Zambeccari pode ser considerado o verdadeiro e real diretor mental" da Revolução Farroupilha (172).

A edição dessa obra, de 1882, era "preparatória".

Para esta circunstância chama a atenção o próprio autor, mencionando que "os dizeres do frontespício encerravam dupla promessa da qual nunca se julgara desobrigado: rever, retificar, refundir êsse primeiro volume **provisório.**"

Em seguida, referindo-se às condições em que foi escrita a obra acrescenta: "Escrevendo longe do Rio Grande, sôbre escassos documentos, em tempo limitadíssimo, persuadí-me, apesar de tão tenra idade de que só poderia produzir obra imperfeita e precária." (173)

Existe, entretanto, quem, desprezando esta criteriosa advertência recalcitre em fazer praça daquele juízo do ilustre publicista riograndense, emprestando a êsse conceito um

(172) Obra cit., 56.

(173) Carta ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, de 1-VII-1934.

caráter de julgamento difinitivo, que êle não tem e nem seu autor pretendeu dar-lhe.

Daquela afirmativa do dr. Assis Brasil tirou o dr. Basílio de Magalhães esta ilação: "Nenhum gaúcho naquele tempo (1835) tinha idéias republicanas. Foi o conde Zambeccari quem infiltrou as primeiras idéias republicanas no Rio Grande do Sul". (174).

Outros historiadores socorrendo-se dos trabalhos do dr. Alfredo Varela, apresentam Zambeccari como "factotum" dos farroupilhas e acrescentam, por conta própria, que quando o conde bolonhês iniciou no Rio Grande do Sul a propaganda das idéias republicanas, eram estas pouco conhecidas no extremo sul do Brasil.

A **História da Republica Riograndense**, considerando-se as condições em que foi escrita e os fins visados com sua publicação, é uma obra apreciável e só poderia ser realizada por uma inteligência vigorosa e dotada de alta e maravilhosa dose de síntese, como a do dr. Assis Brasil.

O grande, o maior mérito dessa obra, está no método expositivo de seu autor, delineando a verdadeira orientação para o estudo de nosso passado, dando à narrativa o caráter científico, afastando-se, assim, pelo estudo das causas, do método adotado pelo romantismo e então ainda vigorante.

O que há de precário aí, e o próprio autor o reconhece, provém da falta de elementos que comprovem alguns conceitos fundados na tradição e que hoje não encontram apôio nos factos, nem nos documentos, como o caso de Zambeccari.

A tradição é, em história, um meio de prova secundário, a que só se deve recorrer na falta de elementos positivos, que se coadunem com os fatos e resistam às provas da crítica histórica.

Esses elementos positivos existem e são hoje conhecidos.

Não se pode, pois, com sinceridade, isto é, com ânimo sereno e vontade de acertar e fazer justiça, invocar a autoridade do dr. Assis Brasil, neste caso.

---

(174) Diário do Congresso, de 21-XI-1929.

As idéias democráticas que congregaram e levaram os farroupilhas ao campo da luta, vinham sendo propagadas na heróica província sulina, pela imprensa, pela tribuna pública, e nas eleições, muito antes de Zambeccari aportar à nossa terra.

Em uma correspondência relatando as eleições na paróquia de Pôrto Alegre, em outubro de 1828, se afirma a existência aí de "uma facção republicana". Nessas mesmas eleições, quando o dr. Marciano Ribeiro, secundado por José de Paiva Magalhães Calvet, protestava contra o procedimento da mesa, foram ouvidos gritos de "fora, republicanos".

O **Constitucional Riograndense** circulou de 1828 a 1831, sob a direção de Vicente Ferreira Gomes, que pelas colunas dêsse jornal, antes de Zambeccari chegar ao Rio Grande, prègava, com ardor, o liberalismo.

Vicente Gomes teve assento na primeira assembléia provincial e foi dos que mais combateram a posse de Araujo Ribeiro.

Exerceu, no início da revolução, a chefia de polícia.

Foi uma das principais figuras do movimento.

O **Continentino** que, segundo o depoïmento de uma testemunha da época prègava "em favor do sistema republicano", circulou de 1831 a 1833 e portanto antes de Zambeccari colaborar na imprensa riograndense.

Êsse jornal fôra fundado por João Manoel de Lima e Silva, sendo inicialmente impresso na casa de sua residência, à rua da Igreja, atual Duque de Caxias, em Pôrto Alegre.

O **Continentista,** que circulou de 1835 a 1836, foi de julho a dezembro daquele ano redatado por José de Paiva Magalhães Calvet e pelo dr. Francisco de Sá Brito.

Êste jornal, segundo Lobo Barreto, testemunha da época, era "veículo dos aturdidos republicanos".

O **Eco de Pôrto Alegre,** que circulou de julho de 1834 a julho do ano seguinte, sob a direção de Silvano José de Araujo e Paula, propagandista da república e um dos membros da constituinte farroupilha, foi "órgão do partido exaltado que fez a revolução".

O **Compilador em Pôrto Alegre,** fundado em 1831, sem assistência de estrangeiros, foi outro órgão do partido liberal riograndense. Entre seus redatores figuravam o padre Francisco das Chagas Martins de Avila e Souza, o nome mais votado para a constituinte republicana de 42 e Antônio Alves Pereira Coruja, deputado provincial em 1834 e ilustre historiador.

O **Noticiador,** que circulou na cidade de Rio Grande, por onde não andou Zambeccari, de janeiro de 1832 a novembro de 1835, sob a direção de Francisco Xavier Ferreira, é outro jornal de grandes serviços na divulgação das idéias democráticas.

Seu redator fez parte da Junta Governativa, que administrou o Rio Grande do Sul de fevereiro de 1822 a março de 1824.

O **Vigilante,** que iniciou sua publicação em janeiro de 1830, e assim quando Zambeccari não havia ainda pisado em terras riograndenses, é uma das mais robustas e esplendidas demonstrações do talento e da cultura da mocidade gaúcha e da existência das idéias republicanas no Rio Grande do Sul. Circulava êsse jornal sob a direção do jovem portoalegrense José Apolinário Pereira de Morais, que havia sido, em 1828, um dos redatores da **Aurora Fluminense,** que tanto destaque teve como veículo de idéias liberais.

Aos que apresentavam o Imperador acima de tudo, Apolinário de Morais, respondeu, pelas colunas de seu jornal, de 21 de fevereiro de 1831: "Não é êle mais que um delegado da Nação, o primeiro empregado público, por ela pago para dirigir os demais empregados, não segundo seu capricho ou arbítrio e sim segundo as regras por ela estabelecida." (175)

O **Amigo do Homem e da Pátria,** fundado em 1828, por Lourenço Junior de Castro, seu principal redator, foi um jornal de combate em prol das idéias liberais.

Aí pontificando seu diretor proclamava: "Os homens não são escravos senão quando são tímidos, ignorantes e desarra-

(175) História da Grande Revolução, cit. I, 415.

zoados. Os países onde reina a liberdade são aqueles onde a razão tem o maior poder." (176)

Poderíamos enriquecer mais estas citações, comprobatórias da existência e da propaganda das idéias republicanas no Rio Grande do Sul, antes da chegada aí de Zambeccari, como simples agrimensor, em 1831, e depois, para colaborar em prol dessas idéias, a partir de novembro de 1833, mas o que ficou mencionado é suficiente para convencer os mais casmurros alegadores de faltas "de provas que pacifiquem a controvérsia" e evidenciar o falso primado do conde italiano.

A CESAR O QUE E' DE CESAR...

Tito Lívio de Zambeccari colaborou com a élite farroupilha na propagação das idéias republicanas, mas não exerceu o predomínio que se lhe empresta.

E' inaceitavel a inferência, por essa simples colaboração, de que foi êle o pai espiritual da revolução.

Além dos elementos de ordem histórica e cronológica que negam essa paternidade espiritual, existe a circunstância de ser êle estrangeiro e não se achar identificado com os costumes da Província, como foi observado por um dos jornais farroupilhas. (177)

E' cousa suficientemente sabida o quanto é necessário, indispensável, a identificação com o meio em que se vive, para que nele se tenha influência e predomínio.

O meio social é um dos maiores fatores das revoluções e porque Zambeccari não estava identificado com êsse meio, em nossa terra, não podia ser, não foi, o criador da idéia republicana no Rio Grande do Sul nem mentor dos chefes farroupilhas, como é inculcado, não por êle, mas pelos seus panegiristas.

O conde italiano em uma nota de seu próprio punho, citada pelo dr. Varela, declarou "haver sido um dos redatores do **Republicano**", (178) jornal que apareceu em Pôrto Alegre em 1834 e deixou de circular nesse mesmo ano.

---

(176) Número de 2-V-1830, citado pelo dr. Alfredo Varela, na História da Grande Revolução.

(177) A Idade do Pau ,de 13-III-1834, de que era redator Pedro José de Almeida, o famoso Marat farroupilha.

(178) Revoluções Cisplatinas, cit. 308.

O autor citado, fundado nesse informe, disse, referindo-se ao mesmo jornal que "Zambeccari foi um dos seus mais ativos colaboradores", (179) mas, ao transcrever as **Revoluções Cisplatinas na História da Grande Revolução**, adicionou, sem aduzir prova, e num crescendo endeusante, que o **Republicano** era "da exclusiva redação de Zambeccari". (180)

E' de se pôr em quarentena esta última afirmativa, por falta de elementos favoráveis e pela existência de circunstâncias contrárias, entre elas a de figurar no cabeçalho do referido jornal em vez de uma divisa mazzinista êste verso de Voltaire:

> Voilà ce que je suis et ce que je veux être
> soit grandeur, soit vertu, soit prejugé peut-être.

Carbonário e discípulo de Mazzini, não perderia, sem dúvida, essa ocasião para prestar uma homenagem ao grande mestre que o seduzira "com suas idéias democraticas e republicanas", segundo afirma Mansueto Bernardi. (181)

SETE, CONTA DE MENTIROSO

Tem inteira aplicação êsse adágio popular à inventiva de Enrico Spartaco e de F. Bertolini, panegiristas de Zambeccari, classificando este entre "os sete fundadores da República Riograndense, em 1836". O dr. Varela aceitou êsse disparate e o divulga como cousa certa.

Para cohonestar sua patranha o escritor italiano fantaziou a existência de um obelisco em Piratiní, recordando o nome dos tais sete, que não diz quais foram.

Não ha nenhuma prova disso e, a não ser esta referência nenhuma outra conhecemos da existência desse "monumento", segundo a classificação do dr. Varela que adiciona, compungido: "obra essa que os vai-vens de fortuna adversa dissi-

---

(179) Idem, 309.
(180) Obra cit. II, 61.
(181) Os italianos e a República de Piratiní no Almanaque do Globo, para 1927, pág. 87.

param da face da terra", ([182]) como se aí tivesse realmente existido.

Para o autor de **Revoluções Cisplatinas** as notícias de Bertolini "teem a melhor procedência". Empresta, dêsse modo, uma autoridade que êsse escritor não tem, não só pela natureza de seu livro, que é daqueles que se pode qualificar de panegírico, como pela sua falta de conhecimento do assunto, fazendo confusão de datas, de fatos e de lugares.

Menciona Piratiní como "cidade do coração do Rio Grande", quando ela está situada apenas a 90 quilômetros de nossa fronteira com o Uruguai.

Zambeccari, um "dos sete fundadores da República Riograndense, em 1836".

Irrisória afirmativa!

A República Riograndense foi proclamada a 11 de setembro de 1836, por Antônio de Souza Neto, por instâncias de Joaquim Pedro Soares e Manoel Lucas de Oliveira, à revelia de Bento Gonçalves e sem que se cogitasse da existência de Zambeccari.

Nove dias depois a câmara jaguarense, secundava o ato do vencedor de Seival, sem audiência de Bento Gonçalves e sem que se pensasse em Zambeccari.

A 6 de novembro seguinte, com a presença dos maiores vultos da revolução, menos Bento Gonçalves que se achava preso no Rio de Janeiro, foi organizado o primeiro govêrno republicano, sem a menor referência a Zambeccari.

Se é verdade que Zambeccari, depois de seu regresso à Italia, pretendeu ser considerado como um dos fundadores da República Riograndense, não procedeu com sinceridade. O seu passado, depois de 4 de outubro de 1836, não lhe dá direito a êsse título.

"Da prisão", informa o dr. Alfredo Varela, fundado em carta de Domingos José de Almeida a José de Paiva Magalhães Calvet, "nunca mais escreveu aos seus amigos do Rio Grande." ([183])

([182]) Duas Grandes Intrigas, II, 424.

([183]) Revoluções Cisplatinas cit., 314, reproduzidas na História da Grande Revolução, II, 67.

Em vista dêsse silêncio, acreditamos se tenha desinteressado da sorte dos farroupilhas, precisamente quando estes proclamaram a República.

E' esta a nossa convicção, não obstante o dr. Varela pretender que o conde carbonário "se conservou fiel aos amigos do sul." (184)

Como prova desta afirmativa o escritor zambeccarista cita um artigo transcrito do **Atlântico** no **Cidadão**, do Rio de Janeiro.

Êsse artigo, que não tem assinatura, é uma fantasia nebulosa, em lirismo piegas, sôbre a formação de nova geração humana, depois de um dilúvio.

Parece, pelo que diz o autor de **Revoluções Cisplatinas**, que Zambeccari declarou, mais tarde, ser de sua lavra essa produção literária.

Diz o dr. Varela: "Percebe-se no escrito que apesar da campanha difamadora de que foram víctimas os "farrapos", o velho companheiro vislumbrava a verdade, a respeito deles." (185)

Lemos e relemos êsse artigo e não percebemos nem uma vaga referência aos "farrapos".

Acrescenta o dr. Varela que alí se "menciona o sacrifício que fazia a ambição para impor-se dominadora no Rio Grande" e que se menciona também "as monstruosidades efetuadas na Baía". (186)

Não é ai, absolutamente, mencionado o nome do Rio Grande nem o da Baía.

Alí se lê, depois da referência a um dilúvio que durou três dias: "O primeiro instante do quarto dia tinha assomado, rasgou-se o negro lençol de nuvens, que envolvia a vastidão dos céus e do lado do sul brilhou uma estrêla, em cujo centro se lia: Amor, Fraternidade, Humanidade."

O dr. Varela, para cohonestar sua afirmativa de haver nesse artigo referências aos "farrapos" e menção do Rio

---

(184) Ibidem.

(185) Revoluções Cisplatinas, 314 e História da Grande Revolução, II, 68.

(186) Ibidem.

Grande, acrescenta, por sua conta e risco, às três últimas palavras do período transcrito, esta: **Piratiní,** que lá não existe e que o autor citado, em seu delírio zambeccarista, quis fazer passar como parte integrante do artigo. A prova de que isso pretendeu temo-la no fato de terem sido colocadas as aspas indicadoras do têrmo da transcrição, após aquela palavra.

Ainda com aquele mesmo objetivo o dr. Varela diz que o artigo é de 1839 quando é, de fato, de 1838. Foi publicado em o n.º 31 do **Cidadão,** de 18 de outubro dêste último ano.

Com essa mudança de ano pretendeu o autor da alteração insinuar que aquelas três palavras se referiam à divisa inscrita no escudo do lenço riograndense, visto que essa divisa só principiou a ser adotada em 1839, primeiramente no cabeçalho do jornal oficial "O Povo", n.º 46, de 6 de março; depois nas proclamações de Teixeira Nunes, como vanguardeiro da expedição de Canabarro a Laguna nesse mesmo ano e, finalmente, em 1843, no escudo riograndense estampado nos lenços de seda, mandados confeccionar, nos Estados Unidos, por Bernardo Pires.

O Brasão de armas da República Riograndense não tinha inscrição alguma.

Zambeccari, se é êle efetivamente o autor do artigo, não podia, em 1838, se referir a uma cousa que ainda não existia.

Além disso Piratiní, nome da cidade riograndense em que foi organizado o primeiro govêrno da República, não se lê, absolutamente, como já dissemos, no referido artigo.

Existe ainda esta circunstância a denunciar o embuste: a divisa riograndense é Liberdade, Igualdade, Humanidade e não a tríade mencionada no artigo: Amor, Fraternidade, Humanidade.

Fica assim desfeito mais êste truque vareliano com o objetivo de sobrepor o conde bolonhês aos verdadeiros, nobres e leais vultos da cruzada farroupilha.

Não é esta a única vez em que o dr. Varela, ao serviço dessa causa estúrdia adultera documentos.

Para deprimir o egrégio visconde de S. Leopoldo atribuiu a Zambeccari cousas que êste não disse.

Se Zambeccari tivesse sido um dos fundadores da República Riograndense, não a renegaria no período áureo da vida desta, como o fez em 1839.

Nenhum entusiasmo ou nenhuma conveniência tinha em reconhecer então essa República e chegou a considerá-la como não existente.

O Rio Grande do Sul para o conde italiano, nessa época, não era um país independente e sim uma simples província brasileira.

Prova nossa afirmativa a carta geográfica que então publicou com êste título: **Mapa da Província do Rio Grande do Sul.**

E' êste um trabalho medíocre, de compilação.

Há entretanto, quem o qualifique de "um dos melhores mapas que hemos possuído"; que o apresente como trabalho original e como tendo servido "aos chefes da Revolução, para o norteio das operações, como para o estabelecimento dos movimentos de vulto que efetuaram", — o que é, positivamente, uma impostura.

Êsse mapa é, pela sua deficiência, imprestavel como carta militar.

Um dos maiores senão o maior feito militar dos farroupilhas, durante o épico decênio, como já observamos, em outra ocasião, foi o realizado pela coluna ao mando de Canabarro, saíndo da Setembrina em fins de 1840 e surgindo, do seio da floresta, na Vacaria.

Para a realização dessa ousada e memorável operação o mapa de Zambeccari era inútil, pela carência de elementos informativos.

Inútil tambem o era, pelo mesmo motivo, para o movimento que simultaneamente executou Bento Gonçalves em direção a Tôrres.

Deante destes fatos; em face da propaganda republicana pela élite farroupilha, constituída por filhos do Rio Grande do Sul e de outras províncias brasileiras; em vista das circunstâncias em que foi proclamada e organizada a República: se é forçado a repelir a lenda de Spartaco e Bertolini, preten-

dendo impingir Zambeccari como "um dos sete fundadores da República Riograndense, em 1836." ([187])

PREPONDERÂNCIA INVENTADA

Alguns historiadores ingênuos ou ignorantes do grau de cultura dos riograndenses em 1835 e julgando o nosso meio social de então à semelhança do em que viviam os charruas e minuanos nas Missões, no tempo dos Jesuítas, supõem os nossos maiores uns analfabetos, sem idéias, e daí o desassombro com que se apresentam em público, apregoando a supremacia de Zambeccari no movimento farroupilha e o apresentarem como pai espiritual da revolução, como autor do programa revolucionário, como redator das proclamações de Bento Gonçalves e, finalmente, como mentor do chefe supremo dos farroupilhas.

Que não foi pai espiritual da Revolução, já deixámos demonstrado. Tão absurda é semelhante afirmativa, que o próprio dr. Varela que, geitosamente, a seu modo, mexe os pausinhos para mostrar a preponderância de Zambeccari, a repele, classificando-a de "positivo exagêro". ([188])

AUTORIA DO MANIFESTO DE 25 DE SETEMBRO

Demonstrada a inexistência daquela paternidade espiritual; conhecida a atuação da élite farroupilha no campo doutrinário, pela imprensa e pela tribuna; provada a cultura dessa élite, durante a propaganda e no decurso da revolução, especialmente na feitura do projeto de constituïção e no manifesto de Bento Gonçalves de 1838, o mais importante de todos os seus manifestos; em face de tão altos e significativos atestados da capacidade cultural dos nossos maiores, que prepararam e realizaram a cruzada farroupilha: se é obrigado a não aceitar como sendo de Zambeccari o manifesto de 25 de setembro de 1835.

([187]) História da Grande Revolução, II, 62.
([188]) Idem, idem, 57.

ESTRATEGISTA IMAGINÁRIO

Enrico Spartaco inventou tambem que Zambeccari fôra o "autor do programa que tinha servido como base das operações" farroupilhas.

Desconhecida como é, essa exposição básica e conhecidos os recursos inventivos dos insufladores de Zambeccari, pode se afirmar que semelhante programa só tem cabimento no programa do endeusamento do conde bolonhês.

Outra fantasia é a de ter "Bento Gonçalves nomeado Zambeccari secretário e chefe do seu estado maior."

Não se conhece nenhum documento que comprove essa nomeação.

Além disso é sabida a incapacidade militar de Zambeccari.

Tendo chegado ao Uruguai em 1826, apresentou-se ao general Lavalleja em Durazno. Êsse general o convidou para assumir o comando geral da artilharia.

"Zambeccari não escondeu a sua inexperiência da guerra, e preferiu recusar o pôsto a investir-se de funções para que não se julgava apto ainda." (189)

A informação é de Spartaco, mas a versão transcrita é do dr. Varela.

O advérbio **ainda** foi aí intencionalmente empregado, isto é, com o objetivo de justificar a chefia do estado maior de Bento Gonçalves.

Não consta, entretanto, que daquela data a 1835 houvesse o endeusado italiano cursado acadêmias militares ou feito estudos especiais da arte da guerra, nem como diletante, ao menos.

Em 1829 achava-se Zambeccari na Argentina quando foi aí organizada a legião italiana, contra os federais que ameaçavam a capital portenha.

O conde italiano foi eleito para o comando da 5.ª companhia dessa legião e como **ainda** era incapaz, mesmo para o

(189) Revoluções Cisplatinas, 306.

pôsto de capitão, "declinou a honra pelas razões expostas antes a Lavalleja." (190)

Sabe-se também que não havia coordenação das operações militares no início do movimento revolucionário e daí o desastre de Côrte Real e outras occorrências reveladoras da falta dêsse controle.

Um exemplo frisante disso é a vitória do Seival e a proclamação da república, em seguida, à revelia de Bento Gonçalves, que aderiu depois a êsse ato, o mais importante do período revolucionário e para o qual não havia combinação alguma com os chefes ostensivos do movimento, sendo, entretanto, obra da **élite** farroupilha, os idealistas da república federativa.

O quadro a óleo existente no Museu de Bolonha, representando Zambeccari como chefe do Estado Maior de Bento Gonçalves — é uma fantasia de artista, não tem valor histórico.

SECRETÁRIO E MENTOR DE BENTO GONÇALVES

Tem-se feito praça desta dúbia informação de Antônio Alves Pereira Coruja, em carta particular ao dr. Alfredo Varela: "Passavam como dêle (Zambeccari) as proclamações de Bento Gonçalves." (191)

O verbo **passar** está aí empregado no sentido de andar de bôca em bôca, ser voz corrente. Não representa, por isso, uma afirmativa de ciência própria, ou fundada em elementos positivos.

Contra essa versão existe o fato de dar o dr. Varela, que é um grande zambeccarista, "por averiguado" que apenas uma das proclamações de Bento Gonçalves é "da lavra de Zambeccari, a 24 de março de 1836." (192)

---

(190) Idem, 307.
(191) Idem, 311.
(192) Ibidem. Esta proclamação não é, como se tem afirmado, "uma das mais notáveis do chefe revolucionário". Não contém ela nenhuma idéia política — expõe simplesmente o castigo infringido a diversos farroupilhas que haviam cometido tropelias e deshumanidades.
Êsse documento se acha transcrito no "Jornal do Comércio", do Rio

Atingem a algumas dezenas as proclamações e ofícios do chefe farroupilha até outubro de 1836, quando foi o conde italiano afastado do cenário riograndense e só um dêsses documentos se dá "por averiguado ser da lavra" do tal secretário, sem que entretanto, se exponha, se comprove, o fundamento dessa averiguação.

Dois foram os secretários de Bento Gonçalves naquela época: o primeiro dêles Francisco de Paula do Amaral Sarmento Mena e o segundo José da Silva Brandão, espíritos cultos e dotados de grande inteligência.

Paula Amaral, que abandonara a carreira das armas depois de atingir ao oficialato, segundo um de seus coetâneos "excedia por seu grande talento e gênio belicoso", a Propício Mena Barreto, a Osorio e ao 3.º Marques de Souza.

Confirma êsse juízo um adversário político do ilustre farroupilha — João Luiz Gomes, em seus **Apontamentos.**

Paula Amaral, acrescenta êste autor, "era o braço direito de Bento Gonçalves", segundo se lê nas **Revoluções Cisplatinas** do dr. Alfredo Varela ([193]) que, entretanto, ao transcrever essa obra na **História da Grande Revolução,** suprimiu êsse informe anulatório de suas inculcas zambeccaristas.

A informação de J. Luiz Gomes é verdadeira.

Paula Amaral era realmente "o braço direito" do chefe dos farroupilhas e por isso quando êste o perdeu, em conseqüência dos ferimentos recebidos no ataque às trincheiras de Pôrto Alegre, apelou imediatamente para outro braço precioso — José da Silva Brandão — dizendo-lhe: "Agora mais do que nunca me faz falta V. S., pois próximo a carregar sôbre os perversos da cidade, lamento a perda do bravo coronel Amaral, que ontem pelas duas horas da tarde passou para a

---

de Janeiro, de 8-VI-1836 e há dêle uma cópia no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Lata n.º 131, doc. n.º 2.264, fl. 2.

E' êrro considerá-lo como "obra da mentalidade de Zambeccari".

O dr. Varela, grande zambeccarista, que havia dado, em 1912, "por averiguado ser da lavra de Zambeccari" a referida proclamação, disse em 1933, que das proclamações de Bento Gonçalves "parece" — vide bem — "parece cousa averiguada ser da redação de Zambeccari, pelo menos a de 24 de março de 1836".

([193]) Pág. 775.

eternidade, de resulta do ferimento que sofreu no dia 15 do corrente; portanto se V. S. puder vir hoje até amanhã muito estimarei."

Os termos com que Bento Gonçalves inicia o ofício transcrito desmontam as inventivas sôbre o mentorado de Zambeccari e evidenciam quais foram, de fato, os auxiliares mais prestimosos do chefe farroupilha.

Silva Brandão, que era oficial reformado de 1.ª linha, pertencia, como Paula do Amaral, à élite farroupilha. Foi um dos maiores vultos da República Riograndense, onde geriu as pastas da guerra, da marinha e do exterior.

A BANDEIRA FARROUPILHA

Manoel Lobo Ferreira Barreto, depondo no Processo dos Farrapos, em outubro de 1836, disse que estando em Buenos Aires, em outubro de 1835, alí soubera que "antes da revolução de 20 de setembro se havia preparado uma bandeira para a República que a Revolução pretendia estabelecer na Província do Rio Grande e que esta bandeira tinha sido mandada fazer por Francisco Modesto Franco e que o plano e emblema da mesma bandeira tinha sido delineado por um italiano de nome Lívio Zambeccari."

Esta referência vaga e "por ouvir dizer", é tudo o que consta sôbre uma bandeira delineada por Zambeccari.

Não falta, entretanto, quem, fundado exclusivamente no depoïmento citado, afirme que tão grande era a "influência exercida por Lívio Zambeccari nos negócios da República de Piratiní, que o próprio estandarte que a simbolizava, foi por êste delineado e composto."

"A bandeira da revolução", diz outro historiador, "segundo o depoïmento de Manoel Lobo Ferreira Barreto no processo mandado instaurar pelo govêrno da Regência contra os rebeldes presos no Rio de Janeiro, foi desenhada pelo mesmo Zambeccari, antes da explosão."

---

(194) Ofício de 18-VII-1836, em original no I vol. do Processo dos Farrapos, no Arquivo Nacional e transcrito a fl. 174 do vol. XXIX das Publicações do mesmo Arquivo.

Quem examinar o depoïmento de Ferreira Barreto, com atenção, verificará:

a) que o depoente não descreve a bandeira a que se refere, nem menciona as côres da mesma;

b) que não afirma ser a bandeira que cita, a da Revolução e, sim, uma destinada à "República que a Revolução pretendia estabelecer";

c) que o emblema da bandeira que menciona fôra também delineado por Zambeccari.

Por êsse depoïmento não é possivel se identificar a bandeira delineada pelo conde bolonhês, mas se pode, ao contrário do que tem sido dito, afirmar que essa bandeira não é a bandeira tricolor dos farroupilhas — esta não tinha emblema, nem atributo ou divisa e aquela tinha um emblema.

E' a única indicação que a testemunha menciona, mas suficiente para evidenciar que essa bandeira não é a decretada em 1836 e que tremulou altiva entre os farroupilhas.

O dr. Alfredo Varela, entretanto, afirma, enxertando o depoïmento citado, que a bandeira de 1836 é "a que Zambeccari desenhara, anos antes, em Buenos Aires, a pedido insistente de seus amigos continentistas." (195)

O plano do escudo riograndense que figura no lenço republicano, é de José Mariano de Matos, segundo afirma Bernardo Pires, autor do desenho dêsse escudo.

José Mariano se achava em Piratiní quando foi decretada a bandeira tricolor, ao ser estabelecido o primeiro govêrno republicano, do qual fez parte como ministro da Guerra e interinamente da Marinha.

O decreto estabelecendo a bandeira farroupilha está referendado por Domingos José de Almeida.

Existiam então diversas bandeiras de côres e formatos diferentes.

Não parece mais aceitavel que a bandeira farroupilha seja da autoria de José Mariano em colaboração com Domingos de Almeida, ou talvez, exclusivamente êste, o autor do decreto que a instituiu?

---

(195) História da Grande Revolução, III, 347.

Esta hipótese tem como fundamento a circunstância de ser o ilustre estadista farroupilha homem de idéias, uma das maiores cabeças da Revolução e que teve real, verdadeira, incontestavel influência na vida do Estado Riograndense.

ANISTIADO

Diz o dr. Alfredo Varela que não obstante diligências de pessoas influentes e de elevada posição, em favor da liberdade de Zambeccari, "foi difícil converter a prisão em destêrro." (196)

Essa afirmativa se funda neste informe de José de Paiva Magalhães Calvet a Domingos José de Almeida: "muito custou a deportação".

Enrico Spartaco, citado pelo dr. Varela, diz que foi "a seu pesar que Zambeccari abandonou os seus amigos."

Há, em tudo isso, fantasia e, na carta de Calvet, impropriedade de expressão.

Zambeccari não foi desterrado, não foi deportado, nem seguiu para a Europa com pesar de abandonar "os seus amigos" — foi por seu desejo, em virtude da anistia que lhe foi concedida "por humanidade", no dia do aniversário natalício do Imperador, "com a cláusula de sair para fora do Império e de não poder jamais voltar a êle, sob pena de ficar de nenhum efeito a presente graça."

Zambeccari aceitou isso como um presente do céu, como uma verdadeira graça e foi embora, sem um adeus aos "seus amigos" e se manteve, para com êles, em mutismo absoluto, lá no velho mundo.

GARIBALDI

Êste grande homem foi, pelo seu heroísmo e pelo seu espírito forte e ávido de aventuras, um dos prestimosos servidores da República Riograndense.

---

(196) Revoluções Cisplatinas, 314.

Combateu ao lado dos farroupilhas e com êle se irmanou em heroísmo, não tendo, entretanto, feito o mesmo na defesa do ideal por que pelejaram.

Entrou para o serviço da República em princípios de 1837. Foi-lhe dada carta de côrso, no uso da qual se estreou apreendendo uma galeota particular com grande carregamento de café.

À bordo dessa embarcação seguiu para Maldonado, na República Uruguaia, onde viveu algum tempo do produto daquela presa, sem ligação com os farroupilhas. Perseguido, porém, alí, pelas autoridades legais, em 1838, refugiou-se no Rio Grande do Sul e só então entrou definitivamente para o serviço da República Riograndense.

Foi-lhe confiado, em boa hora, o comando de uma esquadrilha que êle improvisou, construindo no Camaquam as embarcações, que foram transportadas por terra até a barra do Capivarí, afim de serem depois lançadas no Oceano.

Com êsses barcos Garibaldi aportou à Laguna e auxiliou os triunfos de Canabarro em terras catarinenses.

O emprovisamento dessa esquadrilha e o seu lançamento ao mar são dois grandes e maravilhosos feitos da década da Grande Revolução, que atestam as grandes qualidades combativas de Garibaldi e revelaram ao mundo do quanto eram capazes os destemidos e estóicos farroupilhas.

Garibaldi foi, incontestàvelmente, um dos braços mais vigorosos ao serviço da República Riograndense.

E' lamentável entretanto, que não tivesse se integrado, de corpo e alma, no ideal farroupilha, para melhor serví-lo; para lutar por êle sem esmorecimentos; para o sustentar nas horas de provação, na fase dos revezes, — como o servira no período de seus triunfos.

Não obstante isso são valiosos seus feitos nas fileiras riograndenses e não é, portanto, lícito esquecê-los e cumpre-nos glorificá-los.

Tem-se, entretanto, exagerado, levado ao excesso, endeusado e fantasiado os serviços prestados pelo ilustre italiano aos republicanos riograndenses e homenagens especiais lhe teem sido prestadas, com esquecimento dos nossos antepassa-

dos, com maiores serviços e mais nobres dedicações na cruzada memorável.

Garibaldi ocupa, no monumento a Bento Gonçalves, na cidade de Rio Grande, o lugar de vultos de maior significação que êle na Grande Revolução e tem seu nome imortalizado em um dos municípios riograndenses, enquanto estão esquecidos Gomes Jardim, Antônio Neto, Marciano Ribeiro, João Antônio, Canabarro, Xavier Ferreira, Domingos de Almeida, Ulhoa Cintra, Vicente Fontoura e muitos outros homens eminentes dêsse período heróico.

Para que o leitor tenha uma idéia das invencionices que se tem escrito sôbre Garibaldi no período farroupilha, vamos mencionar algumas delas.

O dr. Antônio Pereira Pinto, em a **Notícia Histórica sôbre a Revolução Pernambucana de 1824,** lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na presença de d. Pedro II, em 1866, diz que a República Riograndense foi proclamada porque a influência "de alguns estrangeiros notáveis e ilustrados, como Zambeccari e Garibaldi, "transformaram" a índole do movimento" com o "pêso de sua espada e a propaganda de suas idéias".

Garibaldi em nada contribuiu e nenhuma influência teve na implantação da República Riograndense, visto que quando chegou ao Brasil ela já tinha sido proclamada e só dois anos depois foi que entrou definitivamente para o seu serviço.

O dr. Américo Brasiliense, em suas **Lições de História Pátria,** professadas no Colégio de S. João, em Campinas, em 1873, declarou que o "comendador José Maria Guimarães Peixoto, illustre paulista", disse-lhe que "Garibaldi comandou uma divisão na ação de Ponche Verde" e acrescentou outras invencionices.

A batalha de Ponche Verde foi ferida em 1843 e Garibaldi, que não tinha o dom da ubiqüidade, desde 1841 se achava na República Oriental do Uruguai, por ter abandonado as fileiras riograndenses e nunca mais voltou ao Rio Grande do Sul, a despeito de chamados insistentes de alguns de seus ex-companheiros.

Vittorio Buccelli, em **Un viaggio a Rio Grande del Sud,** diz que Garibaldi trocou com Bento Gonçalves, em 1835, as primeiras idéias para a proclamação da República Riograndense, à sombra do histórico cipreste de Pedras Brancas, que o escritor italiano transforma em **figueira** e logo depois metamorfoseia em **umbú.**

No ano da Revolução, Garibaldi nem o solo americano havia pisado.

Deolindo Amorim, em longo e interessante estudo **A Sabinada e a sua grande significação histórica** ([197]), depois de revelar apreciáveis conhecimentos do assunto estudado, deu lamentável sincada afirmando que essa revolução fracassou "porque não teve o braço de um Garibaldi, portento e aguerrido, que integrou nos pampas o sonho republicano."

E' isto uma verdadeira heresia histórica.

Não há em toda a vida guerreira de Garibaldi, ao serviço dos farroupilhas, um ato que autorize semelhante afirmativa.

O herói italiano entrou para o serviço da República Riograndense em 1838, quando ela atingia o período áureo de seus triunfos, sem a cooperação daquele braço portentoso, e abandonou-a, em 1841, quando se iniciava o declínio de suas glórias.

Para justificar êsse abandono alegou: a necessidade de cuidar de sua pequena família, constituída no Brasil; o desejo de saber notícias de sua genitora, as saüdades da Itália!

Tudo isso, para Garibaldi, naquele momento, era superior ao ideal dos farroupilhas, ideal êsse que pouco depois varreu definitivamente de suas cogitações, em troca da liberdade de comerciar, conforme declarou expressamente, em têrmo que assinou, aos 18 de setembro de 1841, na legação brasileira em Montevidéu, implorando anistia, que lhe foi concedida pelo govêrno Imperial. ([198])

Foram os braços dos brasileiros do Rio Grande e de outras Províncias do Brasil, que iniciaram e sustentaram a contenda, em prol da República, a custa de sacrifícios ingen-

([197]) "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, de 12-I-1935.
([198]) O têrmo mencionado se acha no Arquivo do Itamaratí.

tes, a golpes de heroísmos assombrosos, com tenacidade sem igual nos fastos de nossas lutas.

Com evidente falta de fundamento histórico e com aqueles anacronismos flagrantes, se tem criado uma lenda em tôrno de Garibaldi no Rio Grande do Sul, lenda essa que êle não precisa para ser enquadrado entre os heróis farroupilhas, mas que o tem sobreposto, com injustiça, a vultos de maiores proporções que as suas, quer no terreno das idéias, quer na constância da luta, durante a cruzada inolvidável.

Não queremos diminuir as glórias que Garibaldi conquistou no Rio Grande — o que visamos, o que desejamos, é reivindicar as glórias de nossos maiores, que teem o direito de nosso culto inabdicável ,de nossa veneração conciente, sincera e sagrada.

ROSSETTI

Neste prestante genovês, "inclinado à vida aventureira", segundo o juízo insuspeito de Garibaldi ([199]), vê o dr. Varela um "mentor espiritual da incipiente administração" farroupilha. ([200]).

Outros, glosando uma circular de Domingos José de Almeida sôbre o aparecimento do jornal **O Povo**, onde declarava que era Luiz Rossetti seu redator, concluem que êste foi, realmente, o redator efetivo dêsse jornal, à testa do qual esteve dois anos, tendo assim dirigido "a fôlha republicana do primeiro ao último número".

As duas afirmativas transcritas estão a exigir duas reivindicações, visto serem graciosas, não devendo por isso continuarem à revelia da verdade histórica. Além disso, tais afirmativas roubam grande parte do esfôrço e da glória de nossos maiores, especialmente do preclaro Domingos José de Almeida.

Que Rossetti não foi "mentor espiritual da incipiente administração" farroupilha, prova-se, fácil e claramente, com

---

([199]) Memórias, 139.

([200]) Política Brasileira, II, 211, reimpressa na História da Grande Revolução, V, 499.

os três elementos seguintes do domínio lexicológico, cronológico e moral:

a) **Incipiente** é o que principia, o que começa, isto é, a parte, o período inicial de uma cousa.

Mentor é o que guia, o que ensina alguém e, para isso, deve ter ação permanente sôbre o dirigido.

A administração farroupilha já havia saído de sua fase inicial, já estava funcionando admirávelmente, quando Rossetti entrou, em definitivo, para o serviço da República Riograndense. Além disso não teve, como se verá em seguida, permanência efetiva na sede daquela administração, nem é conhecida sua atuação orientando-a de longe.

b) Rossetti entrou definitivamente para o serviço da República Riograndense em dezembro de 1837. Dias depois seguiu para Montevidéu, afim de "engajar a necessaria maruja para os vasos de guerra novamente armados ([201]). Na capital uruguaia ainda se achava em fevereiro de 1838. Não se sabe quando retornou ao Rio Grande — aí, entretanto, devia estar em setembro, é o que dá a entender a circular de Domingos José de Almeida, de 5 dêsse mês, pedindo que fôssem remetidos a Rossetti as importâncias das assinaturas do jornal **O Povo**, aparecido a 1.º e do qual disse que era redator o referido Rossetti. Este, porém, em outubro seguinte, já estava novamente em Montevidéu e lá permanecia ainda em 23 de novembro. Não podemos verificar se retornou ao Rio Grande nesse ano de 1838 — apuramos, entretanto, que se achava na capital uruguaia, de março a maio de 1839. Em julho seguinte tomou parte na expedição à Santa Catarina, de onde regressou em princípios de 1840, indo para Viamão, onde foi morto, em combate, a 23 de novembro.

c) Desde 1836 se achava instalada e funcionando, admiràvelmente, como foi dito, a administração farroupilha, sob a direção capaz do grande estadista Domingos José de Almeida, cuja atuação Alcides Maya acaba de salientar em uma série de brilhantes artigos e já havia sido posta em re-

---

([201]) Documento datado de 19-XII-1837, assinado por Afonso José de Almeida Côrte Real, na qualidade de encarregado do expediente do Govêrno farroupilha.

lêvo pela pena admirável e benemérita de Alfredo Ferreira Rodrigues.

Espírito independente, inteligência de escol, homem pondonoroso e dotado de grande amor próprio pela conciência de seu valor, Domingos de Almeida não se sujeitaria nunca à pupilagem de pessoa alguma, pela vaidade pueril, própria das almas fúteis, de se manter em um pôsto de destaque. E', pois, uma injúria, atribuir-se-lhe um "mentor espiritual" na esfera de sua ação administrativa, que abrange um longo período da vida farroupilha — de 1836 a 1841.

Desfeita a invencionice do mentorado, passamos a tratar da que se refere à atuação jornalística de Rossetti.

Foi dito, como já se mencionou, que Rossetti redigiu "a fôlha republicana do primeiro ao último número."

O Povo apareceu a 1.º de setembro de 1838. Em outubro seguinte, como já vimos, Rossetti se achava em Montevidéu e por lá estava em março de 1839, já exonerado de redator do referido jornal "por errônea estima de suas crenças", alegou em carta de 9. ([202]).

A 13, ainda de março de 1839, continuava naquela capital e "assim se explica" que não é de sua autoria, como foi dito, o editorial do **Povo** dessa data.

Também não o é o de 10 de novembro de 1838, como errôneamente afirma o dr. Varela ([203]), nem os da última fase do referido jornal, como supôs um dos investigadores de nosso passado.

Êsses editoriais eram do grande Domingos José de Almeida, dotado de grande pendor para as lides jornalísticas e que teve grande atuação em toda a vida do referido jornal.

Era êste ilustre estadista farroupilha, segundo assevera um de seus biógrafos, "filiado à escola política da Jovem Itália." ([204])

([202]) Alfredo Varela, Política Brasileira, I, 389, reproduzida na História da Grande Revolução, IV, 456.

([203]) Política Brasileira, I, 237, reeditada na História da Grande Revolução.

([204]) Domingos José de Almeida, estudo biográfico por Alfredo Ferreira Rodrigues "in" Almanaque do Rio Grande do Sul para 1902, pág. 21.

Daí as citações em italiano e da obra de Mazzini em seus editoriais e a adopção da divisa Liberdade, Igualdade e Humanidade no cabeçalho do **Povo** depois da exoneração de Rossetti, isto é, a partir do número 46, de 6 de março de 1839, em que é dada por encerrada a primeira fase do referido jornal, que "por circunstâncias imprevistas", se havia afastado da marcha encetada.

Promete, em seguida, identificar-se "com o poder que rege a guerra e sustentar seus atos."

Se o editorial do **Povo**, de 30 de janeiro de 1839 é, como supomos, da autoria de Rossetti, foi êsse artigo que motivou sua exoneração, visto que aí o redator, por causa do desaparecimento de três pessoas, faz acres censuras ao govêrno, reprovando a tolerância com que êste tratava os prisioneiros e a moderação com que procurava conseguir adeptos entre os imperiais, que êle, redator, considerava como feras.

Tais conceitos deviam ter causado repulsa no meio farroupilha, onde os sentimentos de fraternidade com os filhos das outras províncias sempre existiu.

A exoneração de Rossetti da redação do **Povo**, é mais um desmentido da existência de seu mentorado.

Os farroupilhas com êle concordaram enquanto se manteve de acôrdo com suas idéias e com os sentimentos que os norteava.

Apurando-se bem os serviços de Rossetti como redator do **Povo**, não se chega a dar-lhe dois meses de efetivo labor e o jornal teve uma vida de quasi dois anos.

Rossetti, como Garibaldi, foi em 1840 dominado pelo desânimo, perdeu completamente a esperança de um triunfo e passou a dizer que se tratava de uma luta entre irmãos, já sem objeto, e reconheceu a necessidade dos farroupilhas de tornarem "a obedecer ao mais digno soberano, que felizmente domina sôbre todo o Brasil", submetendo-se sem tratado, mas simplesmente confiantes "na magnanimidade do Sr. d. Pedro II" (Carta de 16 de novembro de 1840 a Álvares Machado, mencionada pelo dr. Varela).

Êsse parecer da "discutida ninfa Egéria" ([205]), mereceu repulsa dos farroupilhas, que preferiam morrer lutando a depor as armas, como vencidos, sem condições. Foi por isso que a luta se prolongou ainda por 5 anos.

O desânimo de Rossetti derramou-se 4 dias antes de sua morte, em longa carta a Domingos José de Almeida, onde, depois de diversas considerações sôbre a necessidade da paz, diz: "O ministério atual é eminentemente brasileiro e a meu ver quer tirar-nos da posição eqüívoca aonde nos temos collocado e isto, com todo o prestígio, com toda a glória de cem combates, que hemos vencido. Exmo. Sr., não atraiçoemos seu pensamento generoso! Não transtornemos com um procedimento indigno dêles e de nós, que as circunstâncias não querem, o plano regenerador que eu julgo terem êles adotado, como o único que pode dar sossêgo ainda ao país, e Liberdade verdadeira à Nação.

"Se nós continuarmos a guerra, como a República Francesa, a República Riograndense sòmente aborrecimento deixará, e ficarão para sempre perdidos no Brasil os princípios democráticos, por cujo estabelecimento os homens de fé trabalhos vamos aturando."

Conceitos semelhantes emitiu em carta a Manoel Lucas de Oliveira.

Êsse modo de pensar foi alvo de reprovação geral dos farroupilhas, desautorizando com êsse ato a afirmativa da existência do predomínio da suposta "ninfa Egéria".

Rossetti teve conhecimento dessa repulsa e procurou justificar sua atitude, em enérgica carta a Bento Gonçalves, onde declara que não via por parte dos republicanos elementos para continuar a luta e que, quando acreditou que isso existia, declarou textualmente: "sacrifiquei vida e interêsses de uns patrícios e amigos meus" e acrescenta: "talvez a mesma minha honra."

Dias depois morria em combate, sem que se houvesse integrado no Rio Grande. E' êle mesmo quem o diz, na ci-

---

([205]) Assim o dr. Alfredo Varela considera Rossetti, emprestando a êste, autoridade sôbre os chefes farroupilhas. Política Brasileira, I, 387, transcrita na História da Grande Revolução, IV, 454.

tada carta a Álvares Machado, declarando-se estrangeiro, falando com saüdades de sua Pátria, a Itália e se considerando hóspede dos farroupilhas.

Estamos às portas do centenário da Grande Revolução e não é justo, não é digno, que se comemore êsse feito extraordinário, menosprezando seus legítimos heróis — aqueles que foram a alma dêsse feito, na propaganda de suas idéias; na manutenção destas, com as armas na mão; na prática das mesmas, na vida administrativa da República.

Não consintamos que dêsses heróis se roubem ou se ofusquem suas glórias, atribuindo-as integralmente a outros que nelas compartilharam, sem que tivessem sido, entretanto, partes principais ou indispensáveis.

O historiador não tem o direito de criar heróis segundo suas simpatias, porque a história não se inventa, visto que ela só é nobre e merece crédito quando os que a cultivam são orientados pela "vontade firme e perpétua de dar a cada um o que lhe pertence."

Batamos, pois, palmas aos três ilustres italianos — Zambeccari, Garibaldi e Rossetti, mas cantemos os nossos hinos, entoemos as nossas hosanas em louvor dos verdadeiros heróis farroupilhas e do povo estóico de nossa terra, alma feita de aço, que foi o instrumento de todos os triunfos dos diretores da Revolução.

Glorifiquemos êsse povo admirável, visto que toda a epopéia sem par da durabilidade e da vastidão da luta, assenta sôbre o bloco granítico da massa popular, constituída por essa gente, que pela sua formação social, pelo seu modo de ser, se identificou com as idéias prègadas pelos evangelizadores da democracia.

Foi essa identificação que manteve a Revolução Farroupilha e deu-lhe um caráter diferente das demais revoluções brasileiras, que só encontraram adeptos e servidores, até o sacrifício, na élite intelectual, nos doutrinários e nos idealistas.

No Rio Grande do Sul o povo se irmanou com os homens de pensamento, foi o suporte de seus ideais no terreno prático da luta, combateu conciente, com corpo e alma, por uma aspiração definida: a República federativa sob a bandeira do Brasil.

E porque assim aconteceu a guerra heróica de 10 anos foi propícia à nossa unidade política e territorial.

Viveiros de Castro observou que "a guerra civil consolidou definitivamente a união" da América do Norte. (206)

O mesmo se pode dizer, para o nosso caso, da Revolução Farroupilha, que foi pela sua longa duração, pela índole de seus homens, pela persistência do estabelecimento do regime federativo em todo o Brasil, pelas constantes manifestações de brasilidade dos riograndenses — um dos elementos principais na consolidação de nossa união.

A transigência com a aparente renúncia do ideal político, em benefício da paz, foi uma edificante lição de tolerância e de patriotismo, foi um exemplo que calou profundamente no espírito público porque pôs em relêvo que o nosso maior interêsse, o nosso supremo bem político, a grandeza do Brasil, não residia exclusivamente na forma de govêrno, no momento, porque tudo indicava que essa forma seria transitória e, sim, na Unidade Nacional.

O Brasil deve êsse serviço à Revolução Farroupilha. Há de se reconhecer isso, como já foi reconhecido e proclamado pelo verbo apostólico de Rui Barbosa dizendo, em uma de suas prègações cívicas, que "o Rio Grande do Sul, pelos seus serviços à nacionalidade, tem, no tesouro incalculável de seus merecimentos, glórias para encher a guerra e a paz."

Sim, efectivamente, tem glórias para encher a guerra e a paz.

Na guerra:

com a bravura serena e emocionante de Osório, que arrancava lágrimas de entusiasmo de seus comandados, como aconteceu com o visconde de Taunai, ao contemplá-lo, em

(206) Direito Administrativo, 65.

seu garboso corcel, como o símbolo do heroísmo, na Batalha de Tuiutí;

com a lança invencível de Andrade Neves, que tinha a rigidez e a impetuosidade do minuano de suas plagas natais;

com o entusiasmo heróico e comunicativo de Antônio Neto, adail sem par, na majestade do porte e na direção de uma carga, de espada alta, à frente de seus centauros;

com a bravura generosa de Canabarro, que se encastelava em sua aparência rude — bravura legítima, que tinha repugnância de castigar os tímidos, ainda no maior fragor da peleja; como aconteceu certa vez, em seguida a um entrevero em que Canabarro se enfrenta com um dos inimigos e que, quando ia desferir um golpe sôbre o adversário, êste se encolhe, tìmidamente, sem gesto de contra-ataque ou defesa — Canabarro, então, baixa vagarosamente o gládio, que a sua mão potente sustinha, e aconselha: fuja camarada, fuja por esta canhada abaixo...

com o heroismo bizarro de Marques de Souza, o estilizador da bravura riograndense, o galã refulgente das batalhas, para as quais se engalanava, com o seu grande uniforme, coberto de medalhas;

com muitos outros generais, do mesmo plano dos citados, nas glórias nacionais; com uma coorte de oficiais como os que constituiram o fulgurante e heróico regimento que às ordens de Souza Neto combateu, em 24 de maio de 1866, em Tuiutí;

com a legião destemida de todos os soldados do Rio Grande, que afinavam por êste diapasão dos soldados de Jacinto Guedes da Luz:

"Eu sou aquele que disse,
Depois de dizer não nego:
Eu sou da gente do Guedes,
Morro sêco e não me entrego."

Na paz:

plantando, incentivando e desdobrando o progresso, a riqueza nacional, com o gênio construtor do barão de Mauá;

enriquecendo a literatura e opulentando as artes pátrias, com o talento multiforme de Araújo Pôrto Alegre;

enaltecendo e tornando conhecido o Brasil, em prélios diplomáticos, na defesa de seus direitos, com Joaquim Caetano da Silva;

conquistando para nossa pátria um pôsto de destaque, no concêrto universal, com ilustres diplomatas, como José de Araújo Ribeiro;

colocando o nome de um brasileiro no cenáculo universal das ciências, em "lugar eminente entre os primeiros sabios do mundo", segundo o parecer do sabio norte americano J. C. Branner, com o **Fim da Criação,** do mencionado José de Araújo Ribeiro, preclaro visconde de Rio Grande.

Todos êsses grandes homens são do ciclo da Grande Revolução; todos êles — generais e estadistas, viveram e formaram seu caráter no ambiente dessa grande era e, embora monarquistas uns, republicanos outros, foram todos, sem exceção, brasileiros acima de tudo.

A revolução Farroupilha não foi, pois, um elemento funesto à integridade do Brasil, ao contrário, contribuiu para a consolidação dessa integridade, com o espírito que sempre a norteou e, por isso, comemorar o primeiro centenário dessa revolução é comemorar um dos maiores feitos da nacionalidade, um dos mais belos anseios em prol do regime democrático em nossa terra, um dos mais heróicos esforços para integrar o Brasil em seus verdadeiros destinos, no concêrto dos países americanos; é comungar, na ara sagrada da Pátria, com a memória dos que sonhando com a sua grandeza, defenderam-na com a fôrça de seus braços, a iluminaram com as luzes de seu cérebro e amaram-na com todas as fôrças de sua alma.

E' tempo e é ocasião de nos elevarmos acima das paixões e fazer justiça aos farroupilhas.

Rendamos um culto fervoroso e conciente a êsses heróis esquecidos e até menosprezados.

Sejamos dignos de possuir o patrimônio glorioso que eles nos legaram, dignificando-os.

Evitemos os entusiasmos exagerados e fúteis pelos semi-deuses que a fantasia criou, para não sermos, à luz da verdade histórica, decepcionados, como o visitante dos santuários egipcios, quando o sacerdote, alí, levanta, ante seus olhos curiosos, o véu tecido de ouro, que cobre a imagem do deus lá venerado: um crocodilo, uma serpente venenosa, outro qualquer animal asqueroso que, no dizer de Taine, se arrasta sôbre um tapete de púrpura.

Rio de Janeiro, junho de 1935.

Souza Docca.

Apontamentos sôbre Mendanha e o Hino de 35

MENDANHA

"Joaquim José de Mendanha nasceu em Minas. (1) Mocinho fôra para o Rio de Janeiro onde se alistou como mestre da banda musical de um batalhão do exército. Exerceu as funções de mestre de Capela na Catedral de Pôrto Alegre, onde dirigia a orquestra e os coros, sendo também mestre de uma banda de rapazes da sua particular estima. Usava a barba escanhoada e vestia de preto; raramente trazia cartola, pois preferia um chapéo de feltro com abas largas. O olhar era vivo e benevolente. Amigo antigo e admirador do marechal Duque de Caxias, êste glorioso guerreiro e estadista, sendo presidente do Conselho de Ministros, agraciou-o em 1877 com a condecoração da Imperial Ordem da Rosa, o que muito agrado lhe causou". (2).

"Caxias designou-o para organizar a banda de música que deveria ir buscar a espôsa de D. Pedro II." (3)

Como compositor deixou música de vários gêneros, além do hino de 35 que lhe deu notariedade.

---

(1) Damasceno Vieira nas suas Memórias Históricas Brasileiras, tomo 2.º páginas 457, em **Nota**, diz que Mendanha é baiano.

(2) Leopoldo de Freitas, Almanack Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul de 1911, páginas 149.

(3) Valter Spalding: "As Províncias brasileiras e a revolução farroupilha", jornal Federação de 1-1-935.

José Gabriel Teixeira cita duas "peças de música" que Mendanha escrevera "por tributo de gratidão aos revolucionários" e que êle Gabriel, reproduzira em 1887 por tê-las "impressas na memória", e descreve: "A uma intitulou **A derrota de Rio Pardo;** tem sete partes adequadas aos periodos do combate de 30 de abril de 1838, desde os primeiros tiros de canhão e descargas de fuzilaria, até a debandada geral das tropas vencidas. A outra é um lindo **Dobrado** que intitulou Affonso Corte Real e ofereceu à mãe daquele heróe, tão prematuramente roubado à pátria". (4)

O **Povo,** órgão oficial do govêrno farroupilha, em seu n.º 46 de 6 de março de 1839, noticiando as festas havidas por ocasião da mudança da capital da República de Piratiní para Caçapava, em 14 de fevereiro de 1839, publica o seguinte: "Domingo, depois das cerimônias na Câmara Municipal, todos se dirigiram a ouvir Missa e o Te Deum em ação de Graças ao Altíssimo pelo muito que protege a causa Rio Grandense. Orou a Missa o Reverendíssimo Padre Vigário da Vara, Fidencio José Ortiz da Silva, servindo de acolito o Rev. Padre Antonio Homero de Oliveira, e o Snr. Mendanha a rendeu mais devota com uma melodia tão penetrante e religiosa que nosso coração cheio de fé e arrebatado em um êstase celestial, se lançava no futuro e via o cumprimento da vontade de Deus: A nossa Pátria livre, grande e poderosa"... "À noite houve iluminação e a música tocou por muitas vezes o hino nacional". (Assim denominavam o Hino da República Rio Grandense, composição de Mendanha).

O mesmo jornal **O Povo** n.º 63 de 4 de maio de 1839, descreve as festas havidas em homenagem à passagem do primeiro aniversário da tomada do Rio Pardo em 30 de abril e realizadas em Caçapava, a nova capital dos farroupilhas, e dos quais fez parte um Te Deum, assim descrito: "Então S. Exa. Reverendíssima Snr. Vigario Apostolico entoou o Hino Ambrosiano que foi acompanhado e sustentado

(4) Almanack Lit. e Est.º do R. G. do Sul de 1911, pág. 151.

pelas harmoniosas vozes do côro e de sua brilhante orquestra; Música do Patriota Joaquim José de Mendanha a um tempo magestosa, variada e cheia de transições verdadeiramente divinas".

Gabriel Teixeira defendendo Mendanha da acusação de que êle fizera a música do hino "por encomenda", (5) diz que Mendanha "tinha um caráter pundonoroso e nobre e incapaz de baixar-se a compôr qualquer peça de música só porque seus superiores hierárquicos o mandassem compor". Êle o fizera "expontaneamente, por gratidão aos que dela se tornaram credores".

Leopoldo de Freitas, (6) escrevendo de S. Paulo sôbre a personalidade de Mendanha, diz que ouvira êste dizer a seu tio Conselheiro Leopoldino de Freitas, recordando episódios da revolução, "que a instrumentação da música para o hino, custara-lhe muito trabalho". Esta confissão faz crer que Mendanha não tinha grandes conhecimentos de harmonia, pois a simplicidade da música do seu hino, é de molde a não embaraçar a quem conheça harmonia.

A MÚSICA DO HINO

Em 30 de abril de 1838 a Vila do Rio Pardo é tomada pelas forças revolucionárias, que a fizeram capital da República Rio Grandense. Na parte que Antonio de Souza Neto dirigiu a Bento Gonçalves sôbre êsse memorável feito, datada de 4 de maio de 1838, dizia êle: "Fizemos presa de uma rica banda de música que felizmente ficou intacta". "Era a banda do 2.º batalhão da qual era mestre Joaquim José de Mendanha, que ficou ao serviço do exército republicano". (7)

Em seus **Apontamentos para a História da Revolução de 35,** (8) Manoel Alves da Silva Caldeira conta que Cres-

(5) Almanack Lit. e Est.º do R. G. do Sul de 1911, pág. 151.
(6) Almanack Lit. e Est.º do R. G. do Sul de 1911, pág. 149.
(7) Publicações do Arquivo Nacional XXIX volume (1933).
(8) Revista do Inst. Hist. do R. G. do Sul 1927-II-367.

cencio após o combate de Rio Pardo, perguntara ao tenente inimigo, a quem havia feito prisioneiro, aonde estava o Mendanha e seus músicos e o oficial lhe respondera que estava em uma casa imediata à ponte. "Pois que apareçam que serão bem tratados como prisioneiros". "Havia mato na margem do Rio Pardo e Mendanha e seus músicos tinham-se ausentado nele, porém vieram logo, faltando uma figura, como disse Mendanha".

Gabriel Teixeira ([9]) narra que "desde que o capitão dos farrapos Delfino o aprisionau (a Mendanha), isto é, **encontrou** com toda a banda no lugar em que se achavam refugiados, foram cercados de carícias e confortos". E diz que foi "testemunha ocular da deferência e aprêço com que Mendanha, poucas horas depois do combate de 30 de abril de 1838, em completa liberdade, como toda a banda, era tratado pelos vencedores e assim continuou a ser até 20 de dezembro de 1839, ([10]) em que nesta mesma cidade (Rio Pardo), foram, êle e a banda de música, retomada pelo então tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, depois Barão de Jacuí, (o Moringue)".

Foi esta a única banda musical que teve a República Rio Grandense.

Poucos dias depois de ser aprisionado, compoz Mendanha, em princípios de maio, um hino para solenizar essa vitória das armas farroupilhas, o qual ficou sendo o hino oficial da República.

Em data de 6 de março de 1839 o n.º 46 do **O Povo** noticiava a mudança da capital da República de Rio Pardo para Caçapava nestes termos: "No dia 24 às cinco horas da tarde o Exmo. Presidente, acompanhado do seu Estado Maior e das autoridades locais, foi reünir-se ao Govêrno para assim fazer sua entrada solene na Vila, o que efe-

---

([9]) Alm. Lit. e Est.º do R. G. do Sul, 1911, pág. 151.

([10]) O Anuário Azambuja de 1885 dá a retomada em 25-XI-1839. A Rev. do Inst. Hist. do R. G. do Sul, 1928-1.º e 2.º-81, diz: "Foi só em 1840 em uma sortida feita em Rio Pardo, que a música de Mendanha foi resgatada pelos legalistas".

tou depois de ter comprimentado a S. Exa. o Snr. Ministro da Fazenda, os Magistrados e mais empregados de todas as repartições. Vinha escoltando o Trem de Guerra e o Material das oficinas públicas, uma fôrça das três armas comandada pelo valoroso tenente-coronel Moraes. A banda militar dirigida pelo habil Professor Mendanha a precedia tocando o hino nacional".

Descrevendo as festas que solenizaram o primeiro aniversário da tomada do Rio Pardo, o n.º 63 do **O Povo**, de 4 de maio de 1839, assim se expressa sôbre um baile havido: "À noite houve um baile onde antes de principiar as danças, postos em pé em tôrno do Pavilhão todos os cidadãos e senhoras convidados, cantou-se acompanhado da Música, o Hino da Nação, findo o qual derão-se os mesmos vivas acima indicados, no mais fervoroso exaltamento e vivas entusiásticos".

O velho farroupilha José Gabriel Teixeira, morador em Rio Pardo, se propoz esclarecer a confusão reinante entre duas músicas, ambas tidas como produção de Mendanha. Em outubro de 1887 escreveu para Piano e Canto e "por simples reminiscência" (11) a música que êle afirma ser o hino oficial da República Rio Grandense, e a fez publicar em 3 de dezembro dêsse mesmo ano, pela A Federação, órgão do partido republicano em Pôrto Alegre. Fez também uma redução para Piano só, que mandou imprimir a sua custa, na litografia de Alvares Leite Sucessores, em novembro de 1887, "distribuindo gratuïtamente em larga escala, pela imprensa, clubes e particulares". Para comprovar a autenticidade dessa música, escreve: (12) "Em 4 de dezembro de 1887 em uma retreta, prèviamente anunciada, fiz tocar pela banda de música desta cidade, **Santa Cecilia**, o hino republicano que escreví, tendo o prazer de logo ser êle reconhecido por dez ou doze pessoas, que dos tempos passados o conheciam e que a curiosidade alí os levara com a massa popular, que afluira sedenta de ouvir

(11) Alm. Lit. e Estat.º do R. G. do Sul, 1911.
(12) Alm. Lit. e Estat.º do R. G. do Sul, 1911.

o hino dos Farrapos". Mais provas aduzira êle em favor da autenticidade da música que escrevera, dizendo: (13) "Contemporaneo do decênio 1835-45, assisti à execução do hino oficial da ex-república rio-grandense composto por Mendanha a primeira vez que foi tocado em público, tendo depois ouvido tocar mais algumas vezes pela mesma banda de música, acrescendo que, tendo Mendanha passado aquela música para piano, nesse instrumento a ouvi tocar e cantar por mais de dois anos, inumeras vezes em minha casa por pessoas de minha família que também o cantaram em público e muitas vezes", e acrescenta que foi uma das primeiras músicas que tocou na flauta, quando aprendiz. Apresenta êle o testemunho de várias pessoas, entre elas um senhor Antonio Ricardo Martins, e um tal Bartholomeu, que fizeram parte da banda de Mendanha".

Rebatendo uma afirmativa de que êsse hino havia sido "uma música encomendada a uma prisioneiro de guerra que sabia fazer música, sendo logo esquecida, só tendo sido executada pela banda prisioneira, de Mendanha", Gabriel Teixeira afirma que "o hino de Mendanha foi muito popular e conhecido da geração então existente", e que "era êle tocado ou cantado nos atos oficiais da república, como também era cantado por senhoras, ao piano, sendo que nos bailes oferecidos a chefes republicanos, era de estilo ser cantado no começo dêles".

Em 1887 a Revista Musical Guaraní, que se publicava em Pôrto Alegre, estampa um música com a denominação de Hino Republicano Rio Grandense, música esta que é uma adaptação ou plágio, como se verá adiante.

Depois da proclamação da república em 89, esta música entra também — como a outra revivida por José Gabriel, — a ser executada pelas orquestras e bandas e ambas cantadas nas escolas como hino farroupilha, ao sabor de cada qual ou da facilidade da obtenção do respectivo original.

---

(13) Anuário de G. Azambuja, anos 1892, 1893.

(14) Alm. Lit. Est.° do R. G. do Sul, 1911, pág 152 e seguintes.

José Gabriel, zeloso e conciente de que reproduzira o autentico hino de Mendanha, passa a demonstrar que a Revista Musical Guaraní, publicando aquela música, o fizera em "boa fé, devido à falsas informações". (15) "Reproduzindo o hino (escrevia êle), (16) não fui levado por outro móvel mais que o desejo de restabelecer a verdade histórica daquela música que, devido a uma errônea tradição, fôra substituída por uma corriqueira canção popular muito em voga nos tempos da República Rio Grandense". E prosseguindo, contradita o que escrevera em jornal o Dr. Assis Brasil, que asseverara ser a Canção **Senhor Neto** uma "expontânea creação popular suprindo perfeitamente sua adorável simplicidade o aparato musical que por ventura lhe falte", e denominara-a "hino dos farrapos". (17) José Gabriel então explica: "A canção **Snr. Neto va-se embora,** denominação por que sempre foi conhecida, desde seu aparecimento em fins de 1836, nunca foi nem podia ter sido considerada como hino, por faltarem-lhe para isso requesitos exigidos em tais caracteres de composições musicais", e continua; "não podendo admitir-se, sem incorrer em contradição, que o hino nacional de um partido político seja conhecido por um denominativo de **chacota** e **ridículo** a um dos mais conspícuos chefes dêsse mesmo partido". E passa a demonstrar que "essa música é a primeira parte da marcha do compositor alemão Mozart que, simplificada para estudo de principiantes, se acha sob N.º 2 à folhas 50 do muito vulgar método para estudo de piano, de Francisco Huntem", e pouco adiante diz: "O **plagiario orelhano,** como costumam chamar vulgarmente aos que executam músicas só por ouví-las, apenas **filou a toada** (como dizem), da primeira parte da marcha, e foi pena porque, se tivesse compreendido a segunda, dela teria feito o côro do hino, que assim completo, teria sido transmitido à geração pre-

(15) Anuário Azambuja, 1892.
(16) Alm. Lit. Est.º do R. G. do Sul, 1911, pág. 152.
(17) Alm. Lit. Est.º do R. G. do Sul, 1911, pág. 153.

sente sem ser necessário acrescimo de nova lavra para poder figurar de hino **tradicional** dos **antigos farrapos"**.

Realmente a **Aria** de Mozart a que alude José Gabriel serviu de tema para a popular Canção e é bastante interessante êste fato que José Gabriel qualifica de plágio. Estampando a música ([18]) e a quadra:

Senhor Neto va-se embora
Não se meta a capadócio,
Vá cuidar dos parelheiros
Que fará melhor negócio.

afirma êle que "um soldado das fôrças imperiais, que depois desertara e que andou oculto nos matos de uma sua irmã chamada Feliciana", é que fôra o autor dêsses versos, cantados com a melodia transfigurada, de Mozart, que se tornou na popular canção.

Em carta dirigida a José Gabriel, Sebastião Xavier do Amaral confirma que essa canção fôra feita "por um soldado legalista, irmão de D.ª Feliciana, viuva do tenente farroupilha Felisberto Fagundes". ([19])

O autor dêsses versos satíricos não os teria feito para uma música que lhe cantava no cérebro, cuja música era a **aria** de Mozart que êle conhecia de a ouvir no lar ou algures e que numa estranha substituïção, por uma dissociação de idéias, tomara forma diversa? Como essa quasi mesma idéia melôdica vem aparecer vestida de uma introdução brilhante e consegue impor-se como hino oficial?

Damasceno Vieira ([20]) diz que "outra canção patriótica, o Hino Rio Pardense, lembrava-lhe as vitoriosas datas de 20 de setembro de 1835 e 30 de abril de 1838, com letra de Serafim J. de Alencastre".

Alfredo Ferreira Rodrigues, o ilustre historiador dos farrapos, publicou no seu Almanaque Estatístico de 1910

([18]) Anuário Azambuja 1893.
([19]) Alm. Lit. e Est.° do R. G. do Sul, 1911.
([20]) Damasceno: Menórias Históricas Brasileiras, tomo 2.° pág. 458.

a páginas 220, o seguinte: "O que há de mais curioso no histórico dêste hino, e parece-me que digo cousa que muito poucos sabem, é que a música não é original de Mendanha, porém plagiada, ou melhor, adaptada por êle. O Snr. Francisco de Paula Chaves Campello, que conhecia perfeitamente o hino revolucionário, por tê-lo ouvido tocar muitíssimas vezes por seu pai, o capitão farroupilha Manoel dos Santos Campello, ouvindo em um teatro da Europa uma valsa de Strauss (o velho), ficou surpreendido de notar semelhança entre ela e o hino.

De volta ao Rio Grande, referiu o fato a seu pai, que lhe confirmou que Mendanha havia aproveitado uma valsa para fazer o hino, mudando apenas o compasso. Pessoa competente asseverou-me que essa mudança de compasso é possível, vindo isto comprovar o plágio ou adaptação de Mendanha".

Citando êsse fato encontramos nas Publicações do Arquivo Nacional, ([21]) os seguintes conceitos: "Não faltavam a Mendanha conhecimentos profundos de sua arte e inspiração musical para fazer obra sua, como mais tarde sucedeu, deixando trabalhos de valor. Talvez a premência de tempo ou um pequeno despique pela prisão, que ainda lhe doia, pois o hino se destinava às festas comemorativas da vitoria do Rio Pardo, dessem origem a não ter Mendanha feito trabalho original".

José Gabriel conta ([22]) que em companhia de Sebastião Xavier do Amaral Menna recordavam e juntos cantavam "alguns hinos farrapos daqueles tempos, com as respetivas poesias. Êsses improvisados hinos, porém, eram músicas de corriqueiras e singelas valsas que na deficiência de um hino oficial, com música própria, antes de maio de 1838, serviam de hinos e eram cantados como tais em bailes e outros lugares públicos".

Não teria sido algum dêsses "improvisados hinos" que ouvira o Snr. Campello e que seu pai equivocadamente atri-

([21]) Publicações do Arquivo Nacional XXIX volume pág. 470-74.
([22]) Alm. Lit. Est.° do R. G. do Sul, 1911.

buira à Mendanha? Não seria de espantar que Mendanha se tivesse tornado um plagiário, mas inconsciente. As valsas de João Strauss àquele tempo, dominavam e a banda do regimento, que Mendanha dirigia, tinha-as forçosamente em seu repertório. Alguma que mais o impressionasse podia ter-lhe surgido em rítmo diverso, que êle não reconheceu e deu-a como fruto de sua inspiração. São comuns estes casos de plágios inconscientes. Não se deve, entretanto, confundir o plágio propositado, quem se apropria de uma melodia, modificando-a, mudando-lhe algumas notas e o rítmo, apresenta-a como sua, consciente do plágio, porque lhe reconheceu a origem ou mesmo a foi buscar propositadamente. Outrotanto se não dá com o plágio inconsciente, em que numa curiosa substituïção, a **inspiração** aparece irreconhecível ao autor da **nova** composição e até repetições de si mesmo, que o próprio autor não reconhece. Notáveis autores se repetem e tem reproduzido frases de outros. Dificil se torna averiguar se o plágio é consciente ou não. Só a obra e o critério artístico do compositor é que poderão servir de guia para o juizo a fazer. A ser exato o caso da semelhança notada entre a Valsa de Strauss e a melodia do hino, seria mais aceitável que Mendanha tivesse incorrido em plágio inconsciente do que o fizesse pela "premência de tempo", pois plagiar se torna mais difícil a quem tem inspiração, do que compor. Fazê-lo maldosamente "por um pequeno despique pela prisão que ainda lhe doia", o garbo e o critério artístico não o permitiriam.

Segundo José Gabriel, a música de Mendanha tornou-se popular e durante dois anos foi ouvida e executada em público e no íntimo das famílias, havendo o próprio Mendanha feito "partituras para piano".

Leopoldo de Freitas ([23]) relata que "no decorrer de 1883 e 1885, quando a propaganda republicana orientada na imprensa pela Federação, começou a desenvolver-se, o maestro Mendanha nas ocasiões em que ouvia o hino da

([23]) Alm. Lit. Est.° do R. G. do Sul, 1911 pág. 149.

República, dizia: "Ora, estão a fazer-me lembranças dos tempos de moço e de tanto perigo!".

Faleceu Joaquim José de Mendanha em Pôrto Alegre a 2 de setembro de 1885. ([24]) Não deixou arquivo onde existisse algum exemplar de partitura para banda ou para piano? Sendo êle tão conhecido em Pôrto Alegre, algum dos seus alunos ou os republicanos da propaganda não teriam tido o desejo de possuir exemplares do histórico hino? Ter-se-iam extraviados todas as partituras para piano que Mendanha havia feito em Rio Pardo e presumìvelmente em Pôrto Alegre, onde fixara residência e exercia a sua profissão, para que em 1887 José Gabriel tivesse de reviver essa música por "simples reminiscência?" Essa reminiscência ter-se-ia conservado fiel, para após quasi meio século, reproduzir exactamente o original?

Pelo exposto, encontramo-nos com 3 hinos: A Canção Snr. Neto, plagiada da Aria de Mozart, depois inexplicàvelmente, tornada hino. O Hino Rio Pardense e o hino de Mendanha revivido por José Gabriel. Serão os dois últimos o mesmo hino com denominação diversa, tal como aconteceu ao Hino Nacional Brasileiro que foi chamado Hino 7 de Abril, Hino da Abdicação e por fim Hino Nacional?

Assim parece pelo que afirma Damasceno Vieira, como se verá adiante.

Foi noticiado que iria ser feita uma nova harmonização do hino. Não me parece acertado por duas razões: A primeira, é que uma nova harmonização irá encher de "ciência" uma música cujo maior valor está na expontaneidade da inspiração, se é que José Gabriel reproduziu fielmente o original; a segunda é que o hino é tão conhecido, tem sido tocado tanto, que a sua harmonização já está assaz familiarizada com todos os músicos. Apenas uma revisão inteligente bastaria, para depois ser publicada uma edição para canto e piano e outra de partitura para banda, para que estas e as orquestras sigam a edição oficial.

([24]) Publicações Arquivo Nacional, vol. XXIX 1933 pág. 507.

A LETRA

Três são as letras que aparecem como sendo o Hino de 35. A de Alencastre, que foi a primitiva letra e que homenageava as datas de 20 de setembro e 30 de abril cujos versos são estes:

No horizonte Rio-Grandense
Se divisa a divindade
Estasiada em prazer
Dando vivas à liberdade.

Coro

Da gostosa liberdade
Brilha entre nós o clarão;
Da constância e da coragem
Eis aí o galardão.

Avante oh! povo brioso
Nunca mais retrogradar
Porque atraz fica o abismo
Que ameaça vos tragar.

Da gostosa liberdade
etc. etc.

Salve o vinte de setembro
Dia grato e soberano
Dos heróis continentistas
Ao povo republicano.

Coro

Salve oh! dia venturoso
Risonho trinta de abril
Que os corações patriotas
Encheste de gostos mil.

Coro

Damasceno Vieira ([25]) dá esta mesma letra dizendo: "Outra canção patriótica, o Hino Rio Pardense, lembravalhes as vitoriosas datas de 20 de setembro de 1835 e 30 de abril de 1838, sendo a letra do capitão Serafim Joaquim de Alencastre".

O nome do autor desta letra, que era um bravo capitão farroupilha, tem sido escrito de três maneiras diferentes: Serafim José de Alencastre, usado por Alfredo Ferreira Rodrigues, Othelo Rosa e outros e nas Publicações do Arquivo Nacional às páginas 473 do XXIX volume. Nesta mesma obra às páginas 345 encontra-se a nomeação para um regimento, de um alferes Serafim **Joaquim** de Alencastre, forma esta também seguida por José Gabriel Teixeira, Damasceno Vieira e outros. V. Spalding (Poesias do Povo, folclore) grafou Serafim Joaquim de **Alencastre.**

José Gabriel Teixeira ([26]) contestando um escrito de um tal Filgueiras, no qual êste dissera que as quadras apresentadas no hino publicado por José Gabriel, (que são as mesmas que acima transcrevi), "não se aproximavam do original", escreve: "Não ha tal; por serem elas as originais, compostas **expressamente** (grifo original) para serem cantadas naquele hino quando foi escrito, é que, entre muitas outras que depois foram compostas para o mesmo hino, as preferi, publicando-as com a música respectiva; tanto assim que a quarta quadra que publiquei com a música do hino é alusiva à vitoria aquí alcançada em 30 de abril de 1838, para festejo da qual foi o hino feito. Essa quadra foi um verso de ocasião que pelo tempo adiante não teve mais razão de ser, deixando por isso de ser cantada no hino. Foi autor dessas quadras o então capitão das fôrças republicanas, Serafim Joaquim de Alencastre, que as compoz nesta cidade (Rio Pardo), em princípios de maio de 1838". Mais adiante, José Gabriel confirma o que escreveu na Memória histórica que publicou na Federação de 1887 e que dizia:

([25]) Memórias Históricas Brasileiras, tomo 2.° pág. 458.

([26]) Anuário Azambuja 1892.

"que elas tinham **apenas** o mérito da contemporaneidade com o hino para o qual foram escritas".

A segunda letra é de Francisco Pinto da Fontoura, mais conhecido por "Chiquinho da Vovó", o qual gosava de fama de grande improvisador, deixando bom número de poesias que fazem parte do cancioneiro da revolução, sendo êle cognominado o "poeta dos farrapos".

São estes os seus versos:

Como a aurora precursora
Do farol da divindade
Foi o vinte de setembro
Precursor da liberdade.

Coro

Mostremos valor, constância
Nesta ímpia, injusta guerra
Sirvam as nossas façanhas
De modêlo a toda terra.

Entre nós reviva Atenas
Para assombro dos tiranos,
Sejamos gregos na glória
E na virtude, romanos.

Mostremos valor, constância
etc., etc.

Mas não basta p'ra ser livres
Ser forte, aguerrido e bravo;
Povo que não tem virtude
Acaba por ser escravo.

Mostremos valor, constância
etc., etc.

E Damasceno Vieira nas suas já citadas Memórias, às páginas 457 estampa estes mesmos versos dizendo: "Com

que prazer entusiástico não entoavam o Hino Nacional Republicano cuja letra dizia:", e em nota esclarece: "Música do compositor baiano Joaquim José de Mendanha e letra do poeta Francisco Pinto da Fontoura, (Chiquinho da Vovó".

Mas o Hino Nacional que foi cantado como oficial no baile de 30 de abril de 1839, em Caçapava, quando se solenizava o primeiro aniversário do combate do Rio Pardo, é como se verá, uma variante da letra de Serafim de Alencastre, notando-se também, na primeira quadra, um "motivo" da última quadra do hino de Pinto da Fontoura.

Essa letra foi cantada, pela primeira vez em Caçapava, na mesma festa já referida do batismo do pavilhão, na sala de baile e, diz a crônica: "Antes que elas principiassem (as danças), postos de pé em tôrno do Pavilhão todos os cidadãos e senhoras convidados, cantou-se acompanhado da Música do Hino da Nação". Essa letra era a seguinte, constante do mesmo número 63 do O Povo:

Nobre povo rio-grandense
Povo de heróis, povo bravo
Conquistaste a independência
Nunca mais serás escravo.

Coro

Da gostosa liberdade
Brilha entre nós o clarão
Da constância e da coragem
Eis aquí o galardão.

Avante oh! povo brioso
Nunca mais retrogradar
Porque atraz fica o inferno
Que vos há de sepultar.

Da gostosa liberdade
etc., etc.

O magestoso progresso
Hé preceito divinal
Não tem melhor garantia
Nossa ordem social.

Da gostosa liberdade
etc., etc.

O mundo que nos contempla
Que peza nossas ações,
Bemdirá nossos esforços
Cantará nossos brazões.

Da gostosa liberdade
etc., etc.

Diante da diversidade de letras, estabeleceu-se a confusão, pois as 3 letras eram indiferentemente cantadas com qualquer das duas músicas conhecidas e das quais já tratamos. Ouvia-se cantar a letra de Pinto da Fontoura com a adptação ou plágio da Aria de Mozart e com o hino que José Gabriel diz ser de Mendanha, cantavam-se os versos publicados pelo **O Povo** e acrescidos da primeira quadra dos versos de Serafim Alencastre.

O ilustre escritor, sr. Othelo Rosa, em reünião do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em maio de 1933, apresentou uma indicação para que fosse remetida ao govêrno do Estado "no sentido da sua adopção nas escolas públicas e quaisquer atos e documentos oficiais", a letra do Hino de 35 a qual foi oficialmente publicada pelo órgão ministerial do govêrno da República de Piratiní sob o título "Hino Nacional ou ainda Hino da Nação, letra que era cantada pelos Farrapos em suas comemorações cívicas".

Indo esta indicação a uma comissão para dar parecer, esta discordou da indicação do Sr. Othelo Rosa e opinou "pelos versos de Francisco Pinto da Fontoura para fica-

Sinhô Netto, vá s'imbora

Canção Popular nº 35

rem definitivamente conjugados com a respectiva música farroupilha constituindo o Hino de tão efêmera quão gloriosa República de Piratiní", e acrescenta: "Cingimo-nos, justificando essa preferência, entre outras razões, às próprias palávras daquele ilustre confrade, o qual, referindo-se aos

versos de Fontoura, classificou-os de fluentes, inquestionàvelmente belos e que, por isso mesmo, vem encontrando

maior repercussão nalma popular; viéram até nós; foram oficialmente adotados nas Escolas Públicas e em atos oficiais, são cantados por nossas crianças que o sabem de cór".

Por êste parecer, prefere-se o belo à verdade histórica.

Quanto ao "ser cantado nas escolas" podemos afirmar que aquí no sul do Estado a letra preferida e a que foi publcada pelo **O Povo,** cantada com a música de Mendanha. Dá-se até o caso de que, no côro, em vez de repetirem os dois últimos versos, repetem quatro vezes o verso "eis aquí o galardão" no que a meninada acha infinita graça e leva alguns a mudarem o substantivo "galardão" por outros de igual rima, que lhes ocorra na ocasião. A letra de Francisco Pinto da Fontoura conhecêmo-la na música plagiada de Mozart.

Uma prova da balbúrdia existente: Quando eu lecionava na Escola Industrial Elementar desta cidade, filial da Escola de Engenharia da Capital, a primeira vez que ensinei o hino de Mendanha com a letra do **O Povo,** o diretor da Escola me observou não ser aquele o hino que cantavam na Escola em Pôrto Alegre. Levando a música plagiada de Mozart, que era uma cópia da que fôra publicada em Pôrto Alegre, em 1887, pela revista musical "Guaraní", me foi dito que era essa, e essa ficou.

A indicação do Snr. Othelo Rosa é, a nosso vêr, a que obedece ao melhor critério porque se baseia em dados oficiais da época.

Como simples curioso de coisas da nossa história, reüni nestes apontamentos o que fui encontrando nas minhas leituras. Talvez possam êles facilitar o trabalho de algum competente que se proponha escrever sôbre o assunto.

Rio Grande, março de 1935.

Antenor de O. Monteiro

ÍNDICE

I TRIMESTRE

Memorável Centenário, pelo dr. Leopoldo de Freitas 3
Caxias e os generais de 35, pelo coronel Alvaro de Alencastre 11
O naufrágio do Martim Afonso de Souza, pelo coronel Souza Docca 53
A graça e o lirismo heroico dos Farrapos, pelo dr. Fernando Osorio 73
A Patria do Gaúcho, por Castilhos Goycochêa 119
Cruz Alta (Sua flora municipal), por Josino dos Santos Lima 137
Nótulas bibliográficas, por Walter Spalding 145

II TRIMESTRE

O sentido Brasileiro da Revolução Farroupilha 165
A ideia federativa no Brasil 167
Apontamentos sôbre Mendanha e o Hino de 35 311

54187

GEOGRAFIA:

Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Dr. Antão de Faria.
Cel. Aurelio Porto.
Dr. Alcides Maya.

ARQUEOLOGIA, ETNOGRAPHIA E PALEONTOLOGIA:

Dr. Alfredo Clemente Pinto.
Dr. Leonardo Macedonia.
Prof. Jorge Bahlis.
Dr. Armando Dias de Azevedo.

FOLCLORE E LÍNGUA DOS INDÍGENAS:

Cel. Manoel de Faria Correia.
Prof. Valter Spalding.
Dr. Antão de Faria.
Dr. Darcy Azambuja.

ESTATUTOS E COMISSÃO DA REVISTA:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Cel. A. F. de Souza Doca.
Prof. Othelo Rosa.
Dr. Eduardo Duarte.

ADMISSÃO DE SOCIOS:

Dr. Armando Dias de Azevedo.
Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Cel. Gaston Hasslocher Marzeron.
Dr. Eduardo Duarte.

Condições de assinatura:

Por ano ..... 15$000 rs.
Por fascículo trimestral ..... 4$000 rs.
Preço da coleção até 1930 .... 1:000$000 rs.

Fascículos atrasados, preço da tabela existente na secretaria.

Para assuntos da Revista dirigir-se diretamente ao Dr. Eduardo Duarte, á rua Duque de Caxias n.º 1231. Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.